

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA SOCIAL

LUTAR, CRIAR PODER POPULAR:

UMA PERSPECTIVA ETNOGRÁFICA DO BLOCO DE LUTAS PELO
TRANSPORTE PÚBLICO EM PORTO ALEGRE/RS

MIGUEL JOAQUIM JUSTINO MUHALE

PORTO ALEGRE

2014

Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social

LUTAR, CONSTRUIR PODER POPULAR:

Uma Perspectiva Etnográfica do Bloco de Lutas pelo Transporte Público em Porto Alegre/RS

Miguel Joaquim Justino Muhale

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação do Departamento de antropologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Antropologia Social.

Orientadora: Patrice Schuch

Porto Alegre

2014

Miguel Joaquim Justino Muhale

LUTAR, CRIAR PODER POPULAR:

UMA PERSPECTIVA ETNOGRÁFICA DO BLOCO DE LUTAS PELO TRANSPORTE
PÚBLICO EM PORTO ALEGRE/RS

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação do Departamento de antropologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Antropologia Social.

Orientadora: Patrice Schuch

COMISSÃO EXAMINADORA

Dra. Patrice Schuch (orientadora)
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Dra. Antonádia Borges
Universidade de Brasília

Dr. Arlei Sander Damo
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Dr. Marcelo Kunrath
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Porto Alegre, Março de 2014.

Agradecimentos:

Escrever notas de agradecimento é percorrer a mente delimitando momentos, eventos e destacando pessoas que de acordo com a nossa percepção e memória, foram-nos importantes na realização de algum empreendimento. É fazer uma etnografia. A etnografia das nossas vidas.

Este trabalho cujos créditos recaem infelizmente apenas a mim, apenas foi possível mediante uma vasta combinação de conspirações do universo vistas como casuais e sem propósito algum aos limitados olhos do Homem do sec. XXI. Trata-se de combinações que já me deram tamanhas felicidades, mas também não pouparam na dosagem de tristezas. Quero expressar meus agradecimentos a todos que directa ou indirectamente me ajudaram a levar a cabo este empreendimento.

Primeiro a memória dos meus falecidos pais e irmão (tenho certeza de que olham sempre por nós), aos meus irmãos Elizabeth, Lúcia, Izidro e Sérgio, obrigado por tudo.

Aos amigos de Moçambique: Iva Garrine, Alfas Faquir, Arlete Maulana, Beto Chapiscado, Beto Magaia, Danilo Joao, Arsénio Tembe (e família), Maria Helena Pinto, Oldino Alfredo, Ulisses Tembe, Amina Maimel, Mega Júnior, Francisco Ardiles, Duas Caras, Helénio Jerónimo, Mariza Chibindze, Benoca Alfredo, Yara Cossa,

Aos amigos e colegas no Brasil: Juliana Mesomo, Alex Moraes, Ulisses Duarte, Marcos Silberman, Eduardo Zanella, Juliano Florjack, Fernanda Heberle, Rodrigo Toniol, Luisa Dantas, Énio Dill, Fernando Tivane, Segone Cossa (que me sugeriu considerar a hipótese de vir ao Brasil), Vincent Arcarta, Matheus Gomes, Mariana, Onir Araujo, Luciano.

Juliana, muito obrigado pela amizade e por seres a maravilhosa pessoa que és. Valeu muito ter vindo ao Brasil e espero te receber em Moçambique. Não posso também deixar de registar as ricas sugestões e críticas que fizeste a este escrito na tua criteriosa leitura.

Estendo meus agradecimentos aos estudantes estrangeiros com os quais desenvolvi amizade no Brasil: Jasmine Besinger, Arri Daniels, Sara Cristie, Hélio Barros

Não tenho palavras para expressar gratidão à minha orientadora, Patrice Schuch pelo sentido humano, pela cordialidade, compreensão, ajuda, atenção e principalmente pelos ensinamentos ao longo da minha estada no Brasil, como também pelo empenho durante a produção deste escrito.

À banca examinadora que aceitou participar deste processo, os professores: Antonádia Borges, Arlei Damo e Marcelo Kunrath.

Ao corpo docente do PPGAS especialmente aos professores: Maria Eunice, Denise Jardim, Cláudia Fonseca, Ondina Leal, Bernardo Levgoy, Emerson Giumbelli e Carlos Steil.

À Rose, secretária do PPGAS – ela faz parte dessas combinações ardilosas do cosmos sobre a humanidade. Minha vinda ao Brasil deveu-se muito ao seu zelo nas suas actividades. Sem ela, provavelmente nem a minha vinda tardia ao Brasil teria ocorrido.

À CAPES pela bolsa de estudos que permitiu levar a cabo o empreendimento aqui apresentado.

À juventude de Porto Alegre reunida no Bloco de Lutas pelo Transporte Público, com quem aprendi imenso e reacendi meu espírito socialista e revolucionário, reabilitando-me como um ser com sentido de existência. Companheiros, avante na *luta*.

À todos e aos não lembrados pela traição da memória, o meu MUITO OBRIGADO!

Resumo: Esta dissertação privilegia a etnografia para avançar uma proposta de entendimento das dinâmicas do Bloco de Lutas pelo Transporte Público em Porto Alegre/RS – uma coalizão de forças políticas que agrega desde indivíduos singulares, colectivos autônomos, anarquistas até organizações juvenis de partidos políticos de orientação à esquerda, cujas estratégias incidem na acção directa como meio de luta política. É um estudo empírico sobre os sentidos e práticas de um valor e um princípio ordenador da vida em sociedade- a política.

Palavras-Chave: Bloco de Lutas, acção directa, aumento da passagem de ônibus, mobilização popular, movimento e luta

Abstract: this dissertation gives privilege to ethnography in order to bring forth the proposal of an understanding of the dynamics of BLOCO de LUTAS PELO TRANSPORTE PÚBLICO EM Porto ALEGRE/RS - a collision of political forces that assembles itself from anything ranging between unique individuals, an autonomous and anarchist collectivity, and left-wing political parties whose strategies lie in direct action as an approach to political struggle. The present research is an empirical stud dealing with practices and meanings that revolve around a value and principle that governs life in society – politics.

Keywords: Bloco de Lutas, direct action, increase in bus fare, popular mobilization, movement and fight

Lista de siglas e abreviaturas

ANEL – Assembleia Nacional de Estudantes Livre

CUT – Central Única dos Trabalhadores

DCE – Directório Central de Estudantes

EPTC – Empresa Pública de Transportes e Comunicação

FAG – Federação Anarquista Gaúcha

PSOL – Partido Socialismo e Liberdade

PSTU – Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado

PT – Partido dos Trabalhadores

PUC – Pontifícia Universidade Católica

SIMPA – Sindicato dos Municipários de Porto Alegre

SIND PPD – Sindicato de Trabalhadores em Tratamento de Dados

TCE – Tribunal de Contas do Estado

UJS – União da Juventude Socialista

UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Sumário

Introdução 12

1.1 Defesa Pública da Alegria 21

1.2 O Estudo Etnográfico da Política ou a Política como Questão Etnográfica 28

1.3 A Continuidade do Percurso de Pesquisa 31

1.4 O Trabalho de Campo 34

Capítulo I: *Lutas na Prática*

1.1 Acordos de Luta 38

1.2 Lutar na Rua, Granjear Simpatias 43

1.3 "Se a Passagem Aumentar, Porto Alegre Vai Parar" 51

1.4 Bloquear a Ipiranga 52

1.5 Somos o Povo, e esse aumento, nós vamos derrubar 60

1.6 Notas de encerramento 77

Capítulo II: *A Ampliação de Público e de Pautas e a Instauração de uma Nova Temporalidade*

2.1 Nova Frente de Batalha, Velhas Hostilidades 80

2.2 Não Era Por Vinte Centavos 83

2.3 A Ampliação de Pautas e Integração de Novos Actores 90

2.4 A Instauração de Uma Nova Temporalidade 92

2.4.1 A Rotinização da "Luta": Relações Improváveis e Violência 95

2.5. Tensões e Conflitos em Torno dos Modos de Protesto 102

2.6 Em fecho: cacofonia sinfônica 107

Capítulo III: *Estratégias ordinárias*

3.1 As Assembleias: estrutura e forma de efectivação 115

3.2 A Assembleia de 18 de Junho: alguns apontamentos etnográficos 122

3.3 Dura lex, sed lex? 126

3.4 Os Ritos de Expulsão e a Renegociação das Estratégias de Luta 132

3.5 Notas de encerramento 137

Epílogo

Os rumos do movimento 140

Referências Bibliográficas 148

À memória dos meus pais

Justino Dinís Muhale, Linda Joaquim Mabasso

E também à do meu irmão

Justino Muhale (postiga)

“Take the first step in faith. You don’t have to see

The whole staircase,

Just take the first step”

Martin Luther King, Jr

Introdução

"Lutar, Criar, o Poder Popular!"

Lutar, Criar, o Poder Popular!

Lutar, Criar, o Poder Popular!"

As palavras acima, jamais deixarão de ecoar na minha mente. Creio tê-las ouvido pela primeira vez em Outubro de 2012 na frente da prefeitura de Porto Alegre. Gritadas ordeiramente por pouco mais de uma dezena de centenas de pessoas, despedaçavam o ar e impunham-se na atmosfera do que podia ser *mais uma noite* de "manifestação na prefeitura" para muitos jovens ali presentes. Não era o meu caso. Além do fascínio, esses gritos marcavam meu primeiro contacto com uma nova realidade, introduzindo-me à um mundo onde a mobilização colectiva, a organização, a articulação, as alianças, a unificação das diversas formas de protesto, e a contestação pública são transformados em formas de enfrentamento ou de luta política e reivindicação por direitos colectivos.

Na época, não imaginava que tais maneiras de mobilização viriam a se tornar o objecto da presente dissertação de mestrado, cujas interrogações giram em torno dos modos, sentidos e práticas de protesto originados nas formas de mobilização colectiva produzidos a partir da luta pelo transporte público em Porto Alegre/RS. Como espero mostrar ao longo desse trabalho, essas formas - que são um *fazer a política* - são *performatizadas* mediante um vasto leque de modos pelos quais os sujeitos concebem as relações com a política; ilustram as complexas maneiras pelas quais o universo social por mim estudado estabelece recortes de domínios, classificações e descontinuidades significativas da política; e também possibilitam descrever e analisar o que neste contexto é delimitado como pertinente à política.

Quando o Brasil venceu a corrida para a realização do maior evento futebolístico mundial - a Copa do Mundo de 2014 - assumia automaticamente compromissos rigorosos com o mundo do futebol e com entidades internacionais encabeçadas pela FIFA (organismo soberano do futebol mundial). Como ónus, o governo brasileiro adotou uma postura promotora e facilitadora da implementação das recomendações deste organismo, de modo a acolher a realização do megaevento desportivo.

Regra geral, as recomendações da FIFA impõem um padrão moderno de infra-estruturas o que implica adaptações ou mudanças estruturais nas cidades que acolherão os jogos que, como outros megaeventos desportivos, proporcionam uma oportunidade aos governos para implementar reformas urbanísticas, vendo-se neste caso obras viárias ou aeroviárias, vias de acesso de modo a fluir com trânsito e a comunicação etc. Dessas intervenções, decorrem construções habitacionais cujo processo é cercado de balbúrdia. Assim, estes eventos são sempre mencionados pelos governantes e dirigentes desportivos como positivos, modernizadores e transversais à sociedade, pois, em função das obras, deixarão um *"legado nas cidades e no país"*.

Sendo Porto Alegre uma das doze cidades-sede do evento, através da sua prefeitura (que se serviu da oportunidade, pois já tinha o plano de implementá-las), anunciou e colocou em marcha grandes obras dentre as quais a ampliação e remodelação do Aeroporto Salgado Filho, reabilitação do Estádio Beira-Rio (palco dos jogos), duplicação de avenidas, construção de novas rodovias, acompanhada de grandes remoções habitacionais ao longo das "zonas abrangidas pela Copa". Esta requalificação urbana, na zona central da cidade, é acompanhada de grandes investimentos empresariais, cedência pela prefeitura de espaços públicos como jardins e praças públicas ao sector privado de forma a serem "revitalizados" e destinados à outras funções, reforço da vigilância e policiamento nas ruas, passando pela interdição da actividade comercial dos vendedores ambulantes e apresentações de artistas de rua, até ao encerramento de bares populares na Cidade Baixa (zona boémia da capital). Tais intervenções traduzem a incidência duma nova racionalidade em torno das políticas de segurança pública e higienização sociocultural, um movimento biopolítico de gestão da vida das populações e espaços (Foucault, 2002).

Era meu primeiro ano em Porto Alegre. Entrava em contacto com um novo espaço físico, social e cultural e conseqüentemente acessava outras formas de significação do mundo. Foi necessário algum esforço e paciência por parte dos poucos amigos de faculdade¹ que incansavelmente desdobravam-se diligentemente para me responder e explicar (várias vezes de forma repetida), as questões que escapassem ao meu entendimento sobre a vida local. Sabendo do meu interesse no campo das manifestações, pois meu projecto inicial para o mestrado² estava ligado aos protestos que vinham ocorrendo em Maputo (cidade donde venho), em virtude dos aumentos das taxas da passagem do transporte público; meus amigos, assim que tivessem informação, esmeravam-se em me pôr ao corrente de eventos a ter lugar na cidade. Por essa época, Alex e Juliana me tinham como "hóspede" e eles "anfitriões" da cidade acompanhando-me ao longo desses actos que aconteciam alternadamente em frente à Prefeitura, Mercado Público, Largo Zumbi dos Palmares, Parque da Redenção e no viaduto Otávio Rocha.

A multidão que afluía nesses espaços apresentava uma grande heterogeneidade, na qual se encontravam estudantes, militantes de diferentes movimentos sociais, sindicatos e partidos, educadores populares, trabalhadores autónomos e em alguns casos, moradores de rua. Essa pluralidade apresenta como pontos de intersecção o fato de, no geral, se tratar de jovens de ambos sexos, predominantemente brancos e residentes nas regiões centrais da cidade.

Deu também para perceber a existência duma avançada organização e coordenação de diversos colectivos, embora suas actuações fossem geralmente individualizadas e dispersas. Fui percebendo também a grande heterogeneidade nas suas demandas, das quais podia-se encontrar a Frente Quilombola que exige a reparação, demarcação e titulação dos territórios indígenas e quilombolas; a crítica ao 'carrocentrismo' e o culto ao uso da bicicleta feito pelo grupo Massa Critica;

¹ Juliana, Alex, Marcos e Ulisses.

² Não tendo conseguido a bolsa de estudos no meu primeiro ano de mestrado, apresentava-se impraticável meu deslocamento à Maputo para a realização do respectivo trabalho de campo; logo, enveredei numa prospecção de temas para meu trabalho, onde equacionei abordar a greve da polícia ocorrida em Salvador na véspera do carnaval de 2012 e que deflagrara vários assaltos e saques no comércio local, ideia que se mostrou também inviável. Vim a ter a bolsa no segundo ano do mestrado, que me foi concedida pela CAPES através da coordenação do PPGAS.

movimentos de defesa de animais, o Levante Popular da Juventude que, através da organização popular em comunidades, nas vilas, escolas, assentamentos e acampamentos, luta contra as injustiças e desigualdades sociais; o Movimento Nacional de Luta pela Moradia; a Federação Anarquista Gaúcha, Comitê Popular da Copa, etc.; colectivos de músicos, artistas, trabalhadores e frequentadores da Cidade Baixa, que se caracterizavam por fazer grandes concentrações nocturnas, ocupando a praça pública como reacção à medida municipal de encerramento dos restaurantes e bares sem alvará na zona boémia da capital. Juntavam-se também as juventudes de partidos políticos com orientação à esquerda como o PSOL, PSTU, UJS (Juventude Socialista ligada ao PC do B), do próprio PT e tantos outros colectivos que mantinham uma intensa actividade de contestação pública das medidas tomadas pelas autoridades locais (Damo, 2013; Kunrath, 2013; Kunsler, 2012).

Sendo época eleitoral³, estes colectivos intensificaram e passaram a realizar com frequência actividades contestatárias, ainda que em datas e espaços aleatórios ou por vezes coincidindo geralmente no Largo Glênio Peres. A partir desse momento, observou-se a adesão e cada vez maior pluralização de atores, alargando-se desta feita as actividades, que continuavam organizadas e coordenadas individualmente por cada colectivo. Por outro lado, a adesão vinha oscilando a cada evento.

Geralmente, os actos caracterizavam-se por reunir jovens de ambos sexos, maioritariamente brancos, alguns negros e também alguns índios que além de fabricar, expor e vender obras artesanais, realizavam gratuitamente pinturas faciais. Distribuía-se panfletos e explicava-se os objectivos das manifestações aos transeuntes, cartazes e faixas eram empunhados e fixos na grade que rodeia o chafariz da Prefeitura, e imediatamente em frente às escadas que dão acesso ao edifício municipal. Ali decorriam as actividades artísticas, onde em frente a uma bateria, bandas se apresentavam. Declamavam-se poemas e também ocorriam intervenções, durante as quais, indivíduos prestavam testemunho da sua vivência no novo quotidiano da capital. Palavras de ordem e cânticos populares de contestação eram feitos em coro pela multidão. Artistas de rua também abrilhantavam e alegravam os presentes. Oportunistas, vendedores ambulantes prosperavam na comercialização de cerveja, churrasco, cigarro, dentre outros. Homens e

³ Trata-se do segundo semestre de 2012, na véspera de Outubro, mês das eleições no Brasil.

mulheres bebiam, fumavam, cantavam, dançavam e gritavam. Era uma festa! Da variedade dos gritos, cânticos e cartazes, percebia críticas e acusações direccionadas ao Prefeito da capital, ao Governador estadual e também ao Governo Federal numa multiplicidade de reivindicações diferenciadas, o que até então me causava estranheza, pois vinha do meu país familiarizado com outras formas de manifestações e reivindicações populares onde a presença de artistas de rua, a dança, a cerveja, o churrasco, as pinturas estéticas faciais, o namoro, a diversão, o cigarro, a maconha, a pluralidade temática das reivindicações - só para citar alguns - não eram de modo algum recorrentes.

Algumas conversas, além de mostrar desapontamento com determinadas estratégias dos decisores políticos apelidadas pelos meus interlocutores de “neoliberais” como a promoção das privatizações, o favorecimento às empresas multinacionais, que por sua vez eram acusadas de corromper o poder público, apontavam como alternativa o modelo de gestão pública que denominavam de "*socialismo do séc.XXI*", implementado na Venezuela por Hugo Chávez, visto como progressista e que não "virou à direita"⁴, contrariamente ao que se supõe dos sucessivos governos do PT, principal alvo da crítica de alguns movimentos. Certos manifestantes que se reivindicavam anarquistas, por sua vez, faziam menção de se distanciar dessa sugestão, mostrando aversão às políticas do então líder venezuelano.

Ia já no sexto mês da minha chegada ao Brasil, e passei a fazer muito gosto em frequentar aos actos, não apenas pela simpatia pelo debate político que se travava ou pela minha busca desesperada por um tema de pesquisa para o mestrado, mas, também devido à facilidade de aceder às pessoas (coisa que era muito difícil na minha rotina académica na UFRGS), e conseqüentemente avançar com a minha integração na capital gaúcha. Passei a reconhecer muitas caras de estudantes da minha faculdade, que vim a saber mais tarde serem maioritariamente alunos das áreas de ciências sociais e humanas, comunicação, integrantes de grêmios estudantis, etc. Gradualmente conhecia mais gente e brotavam novas amizades.

⁴ Meus interlocutores acusam o Partido dos Trabalhadores como tendo adoptado um modelo de governação que foge das propostas apresentadas no manifesto eleitoral. Consideram de direita a governação petista por favorecer a diversos interesses capitalistas e privados.

Foi nessas circunstâncias que conheci Leonardo, jovem de 26 anos, branco, pós-graduado em ciências sociais pela PUC-RS⁵ e activista social com passagem pelo Movimento Acorda Brasil e, na época empenhado com o Movimento Voto Nulo desde 2006. Desenvolvemos amizade e passamos a nos encontrar com frequência noutros espaços, tendo eu começado a acompanhar suas actividades e de seus colegas no activismo político (dentre as quais, desenvolviam actos de panfletagem e pichações pelo voto nulo, debates sobre a situação política da cidade e do país, realização de acções beneficentes e angariação de fundos para ajuda a famílias carenciadas e sobretudo, a exigência do fim da obrigatoriedade de voto, etc). Este último ponto chamou-me especial atenção, pois só nesse momento fiquei sabendo do carácter obrigatório do voto no Brasil, o que suscitou em mim tamanho estranhamento, já que desconhecia tal situação além de que vinha dum país onde o voto é facultativo. Assim, nesse momento decido tornar essas "acções colectivas contra a obrigatoriedade do voto no Brasil" como meu tema de pesquisa, passando deste modo a acompanhar com maior proximidade as actividades levadas a cabo por Leonardo e seus companheiros que, em paralelo à campanha eleitoral que decorria, pichavam e pintavam paredes, colavam cartazes e distribuíaam panfletos com apelo ao voto nulo e ao fim da sua obrigatoriedade. Foi em meio a essa azáfama que no final de Setembro, registei uma conversa com Leonardo sobre as actividades cívicas que desenvolvia, da qual destaco o seguinte relato:

"(...) Organizamo-nos localmente entre amigos e conhecidos... somos movidos por uma descrença nos poderes instituídos e também não confiamos nos partidos políticos, não os vemos como nossos representantes, apesar da sua institucionalização legal... só pra tu ver, o maior empresário do país, financiou os dois grandes candidatos para as presidenciais, o que quer dizer que qualquer um que ganhasse, estaria na mão dele... tá vendo a debilidade do nosso sistema?"

"(...) quando começamos com acções pelo Voto Nulo, mesmo não estando organizados de forma institucionalizada, percebemos um movimento institucional contra nós. Achamos também que deve acabar a obrigatoriedade do voto. Fazemos Marketing de Guerrilha, que nos permite visibilidade, apesar de sermos poucos, não somos de massa: colocamos, plantamos algo

⁵ Pontificia Universidade Catolica do Rio Grande do Sul

na mente da população...é uma semente sendo plantada; é muito mais uma guerra de consciências. É uma guerra para que as pessoas passem a ser actores e não espectadores de suas vidas. Fazemos a articulação por agregação... todos grupos estão em consonância com causas da cidadania, todos compramos ideias boas vindas doutros grupos. Somos todos grupos horizontais e fugimos da institucionalização. Juntos conseguimos ter alguma influência política e, há dois anos, conseguimos fazer aprovar uma lei que reverte 20% das multas a favor do transporte alternativo... percebemos que o poder público não está voltado a cumprir as suas promessas...a gente é diferente dos partidos políticos que se dizem representantes do povo, ninguém nos representa e, continuaremos lutando por nossas causas. Muita gente diz que nós estamos abrindo mão de um direito mas a gente está fazendo o contrário. Até como estratégia de marketing, somos subtis para mostrar a falha dessa ideia de que não se pode "tocar" no voto, por ele ser fruto duma conquista do povo...o que é uma falsidade hoje porque somos uma falsa democracia e nesse sentido, todo voto é nulo. Buscamos dar importância a todo voto da população."

De fato, algumas linhas são possíveis de traçar com base nas palavras do meu interlocutor, reflectindo uma generalidade do que ia observando: a existência de indivíduos e colectivos que, movidos pela descrença com a actual representatividade do sistema democrático e insatisfação com o modo de gestão pública, juntam-se associando formas comuns de protesto. Numa analogia militar, onde meu interlocutor vê ao Estado e seu poder político como o grande e poderoso inimigo em guerra contra esses indivíduos e colectivos que seriam a parte fraca e que, em virtude dessa desproporcionalidade de forças, colocam em marcha diversas estratégias compostas por diferentes ferramentas - isto é, métodos pouco convencionais, visto não usufruírem dos "equipamentos e refinamentos" em domínio do Estado, na reivindicação por seus direitos.

Visto que os diversos colectivos apontavam suas reivindicações às autoridades governamentais, foram fazendo interacções sustentadas (contra o seu alvo), agregando pessoas com demandas e identidades diferentes, em lugar definido com campanhas conjuntas de acção colectiva. Assim, definiram-se desafios colectivos, instigaram-se

redes sociais, traçaram-se objectivos comuns e quadros culturais, e construiu-se uma solidariedade através das estruturas de ligação e das identidades com vista a manter a acção colectiva.

Tive oportunidade de constatar essa interacção sustentada quando Leonardo me fez chegar um panfleto que circulava na cidade, convocando um acto para o dia 4 de Outubro denominado "Defesa Pública da Alegria". Foi colado em diversas esquinas da cidade e também circulou pelas redes sociais da internet, além de que era assunto de conversa entre muitos jovens. Ostentando a imagem do boneco mascote da Copa com as inscrições: "*FORTUNATI NÃO COLA*" em alusão ao patrocinador oficial da Copa do Mundo (a Coca-Cola), do lado acompanhava-lhe o seguinte texto:

"Porto (ex)Alegre se tornou numa capital que arranca as pessoas de suas casas em nome dum campeonato de futebol⁶, que esvazia de gente as ruas e praças, que persegue a música e qualquer forma de arte nas ruas e nos bares, que mutila parques e impõe um viaduto na beira do Guaíba - Sabia? - em nome da falida cultura do carro que abandona o transporte público e a bicicleta e orgulha-se de sua ciclovía de 400 metros.

Nossa resposta será na cara do prefeito. Independente de afinidades partidárias, na próxima quarta-feira, 4 de Outubro, semana da eleição, vamos mostrar o repúdio da cidade às políticas do governo de Fortunati. Sem perder a ternura. Nosso palco e arena é a Praça Montevideu, em frente à prefeitura. A contestação é a partir das 16h com diversas actividades que seguem noite a dentro.

Nossa alegria como uma bandeira, como um direito"

A indignação e revolta que vinham se observando ao longo do tempo nesses colectivos, foi exacerbada com a concessão pela prefeitura do espaço em frente ao Mercado Público (o Largo Glénio Peres) à Coca-Cola para "revitalização", fixação dum parque de estacionamento de automóveis, tendo-se de imediato colocado o boneco insufável, mascote da Copa do Mundo (Tatu Bola), de cerca de sete metros. O projecto visava também instalar um chafariz e uma rede de internet Wi-fi no espaço. Desta

⁶ Grifo do autor.

concessão resultou a proibição da realização da habitual Feira Económica Solidária, a interdição das apresentações dos artistas de rua, do comércio ambulante e demais actividades que faziam parte do quotidiano daquele espaço - '*tudo por causa dum boneco da Coca-Cola?*', ouvia-se reclamar.

Assim, a convocação deste ato constitui a tentativa de transformação da força em grandeza, empreendida pelos diversos colectivos que se sentem violentados e injustiçados pelas acções governamentais, associando-se numa espécie de rede de apoio de forma a obter maior eficácia, visibilidade e generalização da denúncia. Assim, estamos perante um 'acontecimento político' nos termos de Araújo (2008), através da elaboração e construção desta denúncia pública em que, este fato ganhou uma dimensão explicitamente política e se tornou uma *causa*. Apoiado em reflexões sobre as formas de justificação e a análise das denúncias públicas propostas por Boltanski (1990), o autor acrescenta ainda que

o momento da denúncia pública aparece como "detonador" do acontecimento político, uma disputa e uma busca pela legitimação pública dos interesses por parte do denunciante. É neste processo de "justificação" da denúncia, de buscar provar que uma injustiça foi cometida e necessita de ser reparada, que vão se constituindo os sujeitos políticos com todas suas potencialidades e fragilidades.

O acto Defesa Pública da Alegria, constituiu uma oportunidade para que cidadãos comuns expressassem individual e colectivamente a sua opinião e ira contra o modo de gestão da coisa pública, através de repertórios recorrentemente empregues pelos diversos colectivos, expandindo-os e criando inovações marginais, como foi o caso da pichação⁷ da prefeitura.

Da aliança de forças, preparação, coordenação e manutenção destes actos frente às autoridades, deflagra-se o "confronto político" que, de acordo com Tarrow (2009),

⁷ A pichação é o ato de escrever ou rabiscar sobre muros, fachadas de edificações, asfalto de rua ou monumentos com o uso de tinta em *spray*, dificilmente removível. Na pichação, o valor estético é secundário e suas escritas podem ser frases de protesto, declarações de amor, assinaturas pessoais, insultos. É também usada como demarcação de territórios entre grupos ou gangues rivais. É encontrada em todos lugares, ainda que muitas vezes seja ilegível para olhos destreinados. Não é considerada arte e é proibida no Brasil, tendo por isso suscitado indignação dos sectores mais conservadores ao ver vários rabiscos nas paredes da prefeitura. Uma afronta às autoridades e aos pensamentos locais hegemónicos.

conduz à uma interacção sustentada com opositores quando é apoiado por densas redes sociais e estimulado por símbolos culturalmente vibrantes e orientados para a acção.

Nos discursos dos manifestantes pouco ou nada se separava, a autarquia do poder estadual ou federal. Eram todos tomados homogeneamente e contra eles desferido todo descontentamento pela forma como exerciam a governação e a gestão da coisa pública. Uma crítica a qualquer forma de autoridade instituída. Isto, pode ser lido à luz do pensamento de McAdam et al (2002), que no seu trabalho sobre a Democracia nas sociedades contemporâneas, apontam que, devido às suas responsabilidades, o Estado é alvo dos descontentamentos de pessoas comuns, que organizam acções das mais variadas formas, para exigir ou arrancar algo dele. Essas acções, geralmente são levadas a cabo por sujeitos que se encontram à margem da política institucional.

No caso vertente, havia também sujeitos ligados a política institucional, como é o caso dos partidos políticos, tanto do governo como da oposição, sindicatos de trabalhadores que também mantêm uma base de diálogo com os governos. Tudo isso associado às outras questões apontadas anteriormente demonstra uma riqueza de formas de resistência e agência política que convida a um estudo mais cuidadoso. Essa riqueza, demonstrava-se com a sucessão de vários eventos que, tidos como especiais pelos próprios *nativos*, inquietavam minhas reflexões sobre os sentidos da política que emergiam aos meus olhos. Um desses eventos segue relatado nas notas abaixo.

1.1. Defesa Pública Da Alegria

Três dias antes das eleições municipais, a coisa mais importante entre muitos jovens era a manifestação do final da tarde desta quinta-feira. Vários estudantes e moradores da cidade exerceram seu direito de cidadania protestando contra algumas políticas municipais de gestão de espaço urbano.

Já na véspera, havia muita expectativa sobre o evento, notando-se em conversas alguma desconfiança/incerteza sobre como ocorreria e era também patente alguma

tensão na percepção das pessoas "familiarizadas" sobre como seria visto (o evento) pelas autoridades locais (prefeitura e polícia).

Dentre colegas da faculdade e amigos, combinamos de nos encontrar na prefeitura, cerca das 18 horas. Perspectivava-se um óptimo encontro, afinal era uma tarde muito quente e combinamos de "beber uns tragos". Dirigi-me ao local do evento muito cedo ainda com a luz do sol raiando. Levei comigo apenas o bloco de notas, carteira e celular. O lugar já se apresentava cheio de manifestantes ostentando cartazes, letreiros, roupas com diversas palavras de indignação e de revolução, apelando à "Hora de Ação" aos moradores da cidade que viam seus espaços mal geridos a cada dia. O transporte público era uma das grandes pautas.

Rapidamente, pessoas iam chegando, cada vez ia aumentando a afluência, e diversas actividades culturais decorriam em simultâneo. Nas conversas percebi que se tratava na verdade dum encontro de militantes de "diversas causas" que se reuniram numa única frente de modo a mostrar sua indignação com a remoção de habitações em zonas abrangidas pelas obras da copa, venda de espaços públicos, encerramento de espaços culturais e proibição de algumas actividades artísticas na zona turística do centro da cidade.

É importante referir que um dos grandes motivos do evento, foi a apropriação pela prefeitura dum espaço em frente ao Mercado Público, que anteriormente servia aos feirantes, palhaços e outros artistas de rua, tendo-o remodelado e cedido à Coca-Cola que colocou o enorme boneco "Tatu" mascote da Copa do Mundo com cerca de 7 metros. O discurso de acusação muito repetido pelos indignados é de que a Prefeitura, mancomunada com o grande capital da multinacional, priorizava um boneco, retirando um espaço de lazer e de "ganha-pão" das pessoas, o que gerou imenso ódio pelo boneco "Tatu".

A manifestação

Na minha chegada vi um grande contingente da Guarda Municipal na entrada do edifício da Prefeitura, cujos degraus de acesso encontravam-se cercados por uma fita em claro sinal de limitação da mobilidade dos manifestantes pelo lado sul do largo. No mesmo, encontra-se um enorme chafariz protegido por uma extensa grade redonda

em torno da qual estavam colados panfletos com variados dizeres relativos às diversas demandas dos grupos ali presentes. Ainda em torno da grade se encontravam encostadas incontáveis bicicletas que também podiam ser vistas em todos cantos e postes de iluminação do largo.

Um sistema de som (não tão audível para imensa multidão), estava montado do lado esquerdo da quadra que constitui o largo, sendo a parte central das actividades, mas devido a enchente, os diversos grupos presentes foram apresentando suas actividades culturais simultaneamente nos lugares onde se encontravam. Nalguns momentos paralisava-se todas actividades e se virava para o "centro" (entrada da prefeitura), onde se prestava atenção a uma actividade que se pretendia geral como é o caso de performances musicais, poesia e rezas (orações).

Uma das actuações de artistas de rua foi exactamente em frente à entrada do edifício da prefeitura e chamou enorme atenção, tendo os presentes "invadido a área de restrição" para filmar ou fotografar o momento com melhor ângulo. Esta "invasão" da área protegida aconteceu sob atento olhar da Guarda Municipal sem qualquer incidente.

Houve dança, gastronomia, venda de roupa personalizada, capoeira, ginástica etc, um dos momentos mais aplaudidos foi a intervenção emocionada duma mulher falando sobre a retirada de habitações nas zonas abrangidas pela copa e o ressarcimento proposto pela municipalidade (quantia irrisória) às famílias. Depois seguiu-se a distribuição de velas que foram acesas para acompanhar a oração dirigida também por uma mulher que foi bastante ovacionada.

Todos esses momentos, como habitual, eram ostensivamente acompanhados com álcool, cigarro, maconha, etc. Começou a circular entre os presentes a ideia de atravessar da prefeitura para o Mercado Público em direcção ao "Tatu-Bola". Algumas vozes não concordavam e sugeriam que "a manifestação seguisse onde se encontrava pois "estava tudo muito lindo", outros inconformados juravam "morte" ao boneco. A noite já ia muito avançada quando de repente um grupo que rodeava a apresentação dum trompetista, marchou em direcção ao boneco. O resto da multidão os seguiu. Involuntariamente desloquei-me no sentido contrário, tentando encontrar os meus amigos, quando em pouquíssimos instantes estalou uma forte algazarra.

Grades arrastadas, pessoas correndo em todas direcções, polícia açoitando impiedosamente quem quer que encontrasse, jovens, homens e mulheres sangrando, alguns corriam em direcção ao chafariz onde tinham suas bicicletas...nem chegavam, cediam à implacável mão policial que desferia tremenda dor em seus corpos. Vi telemóveis, máquinas de filmar e fotografar destruídas pelo chão, fez-se fumaça e um péssimo odor. Não sabia para onde ia, seguia aos que conheciam os caminhos do centro, em fuga daquele espaço. Entramos por algumas ruas e fomos finalmente aparecer na avenida Borges de Medeiros. Ouvia-se ainda barulho das armas, gritos, e gente em fuga procurando por seus conhecidos. Era muita revolta que testemunhava, ninguém acreditava naquela violência, ninguém esperava aquela reacção policial. No caminho de casa ouvi uma menina dizendo "gente conseguimos, o Tatu morreu", outro dizia "viu toda gente que estava ali? Acho que Fortunati já perdeu"

Ao longo da madrugada houve um intenso debate nas redes sociais (principalmente no Facebook), onde procurava-se entender o sucedido. O relógio marcava 3h57min da madrugada, já não podia com tanto sono. Fui dormir. No dia seguinte, recebi um convite pelo Facebook, tanto os colectivos organizadores do evento Defesa Pública da Alegria, quanto indivíduos singulares e simpatizantes ou os demais colectivos da capital empenharam-se na divulgação da reunião que estava sendo programada visando um balanço e debate sobre a última noite. Será no sábado, 6 de Outubro na Escadaria da Borges, no Assentamento Utopia e Luta.

Diário de campo, 5 de Outubro de 2012



Figura 1 - A afluência de jovens ao acto Defesa Pública da Alegria - 04/10/2012
(Fonte: acervo pessoal)



Figura 2 - detalhe do perímetro de segurança feito pela Guarda Municipal no controle dos manifestantes - 04/10/2012 (Fonte: acervo pessoal)



Figura 3 - Detalhe deflagração da alteração em frente ao mascote da copa (Fonte: Juliana Mesomo)



Figura 4 - A queda do mascote da Copa e a acção violenta polícia (Fonte: Alex Moraes)

Estes eventos trouxeram alterações no cenário social, cultural e político de diversos indivíduos e colectivos da capital gaúcha. A violência considerada desproporcional resultando em dezenas de feridos, prisões, e inclusive apreensão arbitrária e destruição de câmaras fotográficas, celulares, etc., aumentaram a revolta e incredulidade da juventude que naquela noite sofreu ou viu amigos sofrendo aquelas agressões. Ainda que se priorizasse a cura dos feridos (cujas cicatrizes internas, ninguém se permitia deixar sarar), as reuniões subsequentes focaram na resolução da situação dos manifestantes presos e estudos de possibilidade de responsabilização do Estado pela violência policial e, por outro lado, diversos membros dos diferentes colectivos respondiam aos inquéritos policiais de que eram alvos. Em outras palavras, esse momento representou o que se chamou pelos próprios militantes de *judicialização do movimento e perda do foco das ruas*. Isso transcorreu até o mês de Janeiro.

Ainda assim, tais colectivos concordaram com a necessidade de agudizar o embate político através da mobilização nas ruas, no que chamam de ir à "*luta*", que é o desenvolvimento dum vasto leque de actividades inseridas na reivindicação de direitos colectivos e na contestação política. Tais actividades podem ser a produção, distribuição e divulgação de panfletos, abordagem e sensibilização de pessoas em pontos de ônibus, agendamento e realização de actos de protesto em diversos pontos da cidade e, também, a realização de reuniões, denominadas de assembleias. A "*luta*", é um momento marcado como distinto dos acontecimentos quotidianos pelos próprios indivíduos, envolvendo uma performance colectiva em busca de determinado objectivo.

O fato é que a sucessão de acontecimentos, especialmente no evento "Defesa Pública da Alegria", introduziu uma nova temporalidade não só no quotidiano das actividades desempenhadas por Leonardo e seus companheiros que até então eram meu foco de pesquisa para o mestrado, como também no dia-a-dia dos diversos colectivos que se reuniam com frequência estabelecendo debates sobre os rumos do "*movimento*" - nome que os activistas dos diversos colectivos atribuem à confluência de suas actividades articuladas na contestação política e reivindicação de direitos colectivos. Assim, por exemplo, um indivíduo ou organização que não dialoga (no sentido de integrar suas actividades) com os colectivos precursores da *luta*, não é considerado como pertencendo ao *movimento*, ainda que faça exigências ou reivindicações ao Estado (como será demonstrado ao longo do trabalho). Nesse sentido, o termo movimento não

é empregue neste trabalho aludindo aos "movimentos sociais" teorizados nas ciências sociais, mas sim às mobilizações e à toda actividade de contestação pública protagonizada, com intersecção à ou ocorrida em virtude de alguma acção do Bloco de Lutas.

Este facto, impeliu-me a reconsiderar meu interesse de pesquisa pois, além de Leonardo e seus companheiros terem parado com as suas actividades de luta pelo voto nulo e pelo fim da obrigatoriedade do voto no Brasil - muito em virtude do término da época eleitoral - e dedicando-se às reuniões em sequência do ocorrido no evento já citado. Ainda que nublado, construía reflexões e também relações, num mundo que apresentava diversidades de formas de pensar e fazer/conceber e actuar na política. Esse "mundo da política", não é um dado *a priori*, como refere Kuschnir (2007:164), ele precisa ser investigado e definido a partir das formulações e dos comportamentos de actores sociais e de contextos particulares, como é o caso dos interlocutores que se "construíam" no meu campo.

1.2 O Estudo Etnográfico da Política ou a Política como Questão Etnográfica

É dentro do campo da antropologia da política que ancoreo minhas elucubrações sobre meus interlocutores, sua *luta* e seu *movimento*, que tomou posteriormente a designação de Bloco de Lutas Pelo Transporte Público. Tal como Peirano (1998), aqui a assunção é de que a política está imbricada no tecido social, fundando-se em princípios que atravessam toda a sociedade; ela é também um valor e um princípio de ordenação da vida em sociedade, uma noção polissémica cujos sentidos são definidos contextualmente pelos agentes e grupos sociais, sucedendo o mesmo com a democracia. Não obstante, nem sempre foi assim, a história da nossa disciplina nos mostra que

o estudo da política está ligado a um desafio intelectual particular: nos mais diferentes tipos de sociedade, a política aparece como um domínio de actividades marcado simultaneamente pela escolha individual e pelos grandes rituais colectivos. O esforço para superar esse

desafio, deu lugar nos anos 1940 a 1960 ao projecto de uma *antropologia política* concebida como uma sub-disciplina da antropologia social com objectos e métodos próprios e que como outras sub-especialidades (antropologia económica, antropologia jurídica etc.) procurou analisar um subsistema, o político - distinto do económico ou do jurídico (Peirano, 1998:6).

Essas abordagens, apresentaram ao longo do tempo, diversos desdobramentos (habituais na antropologia, com o seu carácter auto-reinventivo) e, posteriormente, no Brasil, desenvolveu-se a partir da década de 1990 conjuntos de trabalhos denominados *antropologia da política*, cujo objectivo era partir da suposição básica de que a categoria política é sempre etnográfica. Como diz Kushnir (2007:166):

Ao investigar a política legitimada pelos padrões ocidentais modernos, deslegitimando pretensões essencialistas, sociocêntricas e conformistas, revela-se que a própria percepção da política como uma esfera social a parte de outras esferas, é produto dessa ideologia moderna. No caso brasileiro, o investigador vai enfrentar uma "combinação complexa" de universalismo científico e ideologia nacional de moldes holistas'.

Na sua elaboração sobre Antropologia e Política, Karina Kuschnir, aponta que a abordagem da política pela antropologia pode ser definida simplesmente como explicar os modos como os actores sociais compreendem e experimentam a política, isto é, como significam os objectos e as práticas relacionadas ao mundo da política. Para a autora, trata-se de uma compreensão de grupos específicos em circunstâncias particulares, que leva a comparação e diálogos com a literatura sobre contextos mais amplos (Ibidem).

Acompanhar as pessoas em actividades nas quais elas se envolvem ou se afastam, quando dizem estar a fazer política, não deixa de ter consequências para a própria concepção e recorte da política. Quando consideradas a partir do ponto de vista dos agentes sociais, observa-se que as concepções de política em jogo nos seus julgamentos e acções, não se assemelham necessariamente, no contexto dos Estados nacionais, à sua formulação estatal (Comerford & Bezerra, 2013).

Para a antropologia, é preciso investigar essas concepções, julgamentos e acções dentro do contexto etnográfico em que ocorrem, buscando a compreensão das relações sociais envolvidas. Em muitos casos, essa compreensão é fundamental para percebermos que a política opera com valores da sociedade mais abrangente, tradicionalmente associados a outras esferas da vida social, tais como família, religião, consideradas ilegítimas quando operadas na esfera política.

Por outro lado, isso implica adoptar sobre a política uma perspectiva antropológica absolutamente não-normativa, o que não significa, evidentemente, antiética. A questão não é dizer se os indivíduos pensam e agem de forma correcta nas suas acções e escolhas, mas sim, ouvir o que eles têm a dizer sobre essas escolhas e extrair daí teorias, filosofias, práticas próprias que, por seu turno devem lançar luz sobre o próprio funcionamento da política. São lições que devem ser levadas à sério na tentativa de compreender o funcionamento da democracia, que tende muitas vezes a incluir a subversão das regras do jogo tomadas inicialmente, como aponta Goldman (2006) no seu estudo sobre a política em Ilhéus. Fundamental no conjunto dos argumentos trazidos pelo autor e também pelos demais argumentos aqui apontados em torno de uma "antropologia da política" é a centralidade concedida à etnografia e as práticas e teorias elaboradas pelos indivíduos e colectivos estudados. É pela etnografia das práticas e sentidos associados à política que, portanto, pode-se compreender a fundamental contribuição antropológica sobre esse tema.

Apoiando-me nessa linha argumentativa, nesta dissertação a etnografia - como veremos - assume centralidade e é a própria condição de geração de saber em torno de uma forma de acção política e seus sentidos. Acredito que a antropologia pode contribuir no debate sobre as formas de produção da política porque a sua principal tarefa é estudar não o que a política *deve ser*, mas o que ela *é* para um determinado grupo em um contexto histórico e social específico. Compreender "do ponto de vista nativo", práticas muitas vezes diferentes daquelas que idealizamos, pode gerar incómodos intelectuais ou cívicos, mas incómodos necessários, pois, como disse Geertz, se quiséssemos verdades caseiras, deveríamos ter ficado em casa (Geertz, 2001, p. 67).

1.3 A Continuidade do Percurso de Pesquisa

As reuniões que vieram na sequência do Defesa Pública da Alegria, realizaram-se entre Outubro e Novembro de 2012, coincidindo com uma época de intensas actividades lectivas do mestrado que me impediram de presenciar muitos desses eventos o que implicou num défice na "observação participante" e colecta de "dados". Ainda bem que o trabalho do antropólogo não versa sobre dados, mas sobre "construídos", como aponta Antonádia Borges (2009), pois os vínculos e lealdades que fui estabelecendo me ajudaram na *construção* de reflexões em forma de questões que apenas uma "observação próxima" do *movimento* daria respostas.

Meu interesse passou a ser o *movimento*. Até então, me conduziam o estranhamento daquelas formas de organização e reivindicação, o conteúdo das reivindicações, as indagações, preocupações, as reflexões, os dilemas, as angústias, as incertezas, perplexidades e diversidade de emoções e as formas de expressá-las na *luta*. Portanto, não seguia nenhuma "grande questão" derivada dalgum campo teórico específico. Postura certamente não recomendada pelas correntes mais convencionais e hegemónicas do *mainstream* da produção do conhecimento em antropologia, mas que veio a revelar algumas potencialidades.

Dário⁸, jovem que se reivindica negro e anarquista, estudante de ciências sociais na UFRGS e militante do Centro de Cultura Libertária da Azenha (bairro onde reside), com quem vim a construir uma grande amizade, colocou-me ao corrente do que definitivamente seria meu tema de pesquisa. Seu relato também dá importância ao sucedido no evento Defesa Pública de Alegria, apontando que

[...] aí foi chamado o Defesa Pública da Alegria...e foi o estopim assim...vários movimentos chamaram o acto...bahhh umas mil e quantas pessoas, um quórum legal, um clima de festa (...) enfim né, rolou aquele quebra-pau generalizado que acabou destruindo o boneco do tatu-bola (risos), e a perícia provou que o único dano do boneco tinha sido um "tiro de doze" dos policiais (...) houve gente muito ferida...os policiais contribuíram para o crescimento do movimento com aquilo, dali as coisas mudaram.

⁸ Nome fictício

Depois daquilo convocaram-se várias reuniões, a gente já tava em contacto, os grupos mais anarquistas e autonomistas e fazíamos bate-papo sobre as "lutas" na cidade e...veio de a gente fazer um convite estendido né...toda Esquerda para estar compondo uma Frente única, mas, mais para estar fazendo actos maiores e expressivos. a gente discutiu sobre o que aconteceu, mas botando até uma auto-crítica, acabou havendo uma judicialização do movimento... até por causa da gente que tava presa ou que foi indiciada, foi colocado tudo na parte jurídica...começou a ter muita reunião dum GT-Jurídico e coisa de advogado e tal... e perdemos um pouco o foco das ruas. Mas depois em Dezembro, começaram os primeiros pedidos e a iminência de aumento da passagem, então o que fez a gente pegar e voltar para as ruas, entendeu? Aí a gente pegou tudo de novo e marcou de volta pela internet a primeira reunião do Bloco de Lutas Pelo Transporte Público, no Assentamento Utopia e Luta e foi muito boa...muita gente, muito concorrida...aquele espaço é muito importante... ali "a gente se fechou" e começou a trabalhar nas primeiras manifestações [...]

Assim, grupos que se assumiam como tendo uma orientação de esquerda agregaram-se e formaram uma Frente única com vista a fazer actos maiores e mais expressivos, articulados inicialmente em torno da luta contra o aumento da passagem do ônibus. Suas primeiras deliberações foram realizadas no espaço Assentamento Utopia e Luta, grande reduto do anarquismo e das mobilizações populares em Porto Alegre. Evidentemente, essa luta não se restringiu apenas à contestação do aumento da passagem (acto político por excelência), foi estendida a diversas esferas, como demonstrarei adiante com as actividades feitas em virtude da articulação por agregação dos diversos colectivos que formaram o **Bloco de Lutas Pelo Transporte Público**. Era introduzido um novo tempo para os diversos colectivos, entrando-se naquilo que se poderia designar de "momento da política" teorizado por (Palmeira; Heredia, 1995:32). A unidade de acção, aqui estabelecida pelos diversos colectivos, faz emergir no universo social recém-formado um conjunto de ideologias e práticas que passam a ser o meu interesse de estudo.

Outro aspecto por ressaltar é o carácter autónomo na comunicação. Ao usar as redes sociais da internet como seu principal veículo de comunicação, o Bloco de Lutas Pelo Transporte Público, também chamado pelos seus membros de "o Bloco", "Bloco de

Lutas" e "o Movimento" (designações que alternadamente passo a adoptar ao longo da narrativa), possibilita o estabelecimento de uma relação com a sociedade em geral, fugindo da dependência dos meios de comunicação tradicionais, bem como dos jogos de influência orquestrados pelos detentores de poder na grande imprensa, como mostra Castells (2012) no livro "Movimentos Sociais na era da internet".

Desencantados com o desempenho da classe política e do actual regime de representatividade democrática, estes actores colectivos e movimentos populares, juntaram-se com vista a praticar a linguagem dos direitos tornando-se assim "actores políticos" e "sujeitos colectivos" de direitos. E, à medida que esses actores colectivos conseguiram ocupar mais espaços e defender seus interesses, criaram maior visibilidade pública, legitimando assim suas reivindicações (Paoli, 1992; Azevedo et al, 2012). Logo, tornou-se pertinente para mim examinar os processos através dos quais esses actores colectivos procuraram legitimar suas demandas, e como se mobilizaram na *luta* de modo a angariar simpatia popular.

Desta forma, são as actividades levadas a cabo no âmbito da *luta* do Bloco de Lutas Pelo Transporte Público, entendidas aqui como formas de agir e conceber a política, que constituem o objecto deste trabalho. Com o privilégio duma abordagem etnográfica, pretendo entender as dinâmicas de funcionamento do Bloco de Lutas olhando para as suas formas de resistência e agenciamentos políticos; descrever os agentes concretos e as suas modalidades de envolvimento e interacção, as múltiplas expectativas, definições e percepções "a respeito do que fazem", entender seus valores e normas internas, e também perceber as racionalidades e lógicas que norteiam o engajamento desses agentes na *luta*.

A potencialidade de privilegiar uma abordagem etnográfica da política, e neste caso das actividades levadas a cabo pelo Bloco de Lutas, reside na possibilidade da captação da constituição quotidiana "no campo" dos modos pelos quais seus integrantes concebem as relações com a política e a produzem, bem como a percepção das complexas maneiras pelas quais este universo social estabelece recortes de domínios, classificações e descontinuidades significativas; além disso possibilita descrever e analisar o que neste contexto é delimitado como pertinente à política. Isso intercepta com a analítica que actualmente goza de grande circulação na nossa disciplina,

apontando que a produção de conhecimento, ou melhor, as tentativas de compreensão duma determinada realidade empírica, fundamentadas na pesquisa etnográfica, devem priorizar às “pessoas”. A acção humana, as práticas quotidianas (discursivas e não discursivas) dos actores, sua "vida real", a perspectiva que eles têm dos fenómenos por si vividos e/ou produzidos, constituem alguns ingredientes analíticos que podem enriquecer a produção duma teoria etnográfica, e também tornar a ciência mais realista (Goldman, 2006; Latour, 2007; Biehl, 2011 Schuch, 2012).

1.4 O Trabalho de Campo

Meu trabalho de campo foi realizado de forma constante e continuada entre os anos de 2012 e 2013, na medida em que além de priorizar a assistência das assembleias e frequência dos actos convocados pelo Bloco de Lutas, ao longo da minha rotina académica no Campus do Vale, precisamente no Centro de Estudantes de Ciências Sociais (CECS) - cujos membros são destacados activistas que devotam engajamento ao "Bloco" - conseguia presenciar a "preparação" da *luta*. Via na prática o processo de fabricação dos cartazes, bandeiras e pintura de letreiros por esses agentes, além de presenciar diversos debates, conversas, boatos e fofocas que me permitiram uma melhor leitura dos posicionamentos políticos e das disputas ao longo das assembleias entre as diversas correntes de pensamento integrantes do "movimento", como mostrarei posteriormente.

A ida aos actos que, maioritariamente decorreram em frente à prefeitura (Praça Montevideú), ou a tinham como ponto de partida e/ou de chegada, permitiu-me ver na prática os diversos modos como o protesto é concebido e executado pelos indivíduos e colectivos do universo social em estudo. Essa temática é o foco dos dois primeiros capítulos desta dissertação. No capítulo 1, exploro a emergência dos protestos, os modos de relação entre sua expressividade e as construções simbólicas elaboradas e o conteúdo da proposta da acção directa como modo de concepção e prática política.

A frequência às assembleias permitiu-me aceder às concepções de política, além de que, através de seus acesos, tensos e por vezes hostis e beligerantes debates, vi o

crescimento, aprimoramento e elucidação das pautas do *movimento* ao mesmo tempo que testemunhava as adesões massivas ao mesmo. Essa é a temática que explorarei no capítulo 2 desta dissertação, cuja matéria prima é formada pelas reuniões das assembleias do Bloco de Lutas pelo Transporte Público. Espaço de disputas de concepções onde, por um lado se actualizavam e se renovavam as diferenças entre indivíduos e colectivos participantes, e por outro, se alcançavam consensos entre os indivíduos e as forças políticas integrantes. Como procurarei demonstrar, as assembleias mostraram-se como um espaço de reflexão onde evidenciavam-se diversas *performances* dos indivíduos como estratégias na competição por algum tipo de prestígio no interior da organização. Nas assembleias também é possível compreender um modo de acção e de prática política em que qualquer tipo de representação é combatida, sendo portanto um espaço de pedagogia e da própria produção da política da acção directa.

Com as diversas etapas e actividades que abarcam, pode-se dizer que as assembleias e os actos do Bloco de Lutas constituem a *luta*. Foi os frequentando que expandi a minha rede e consegui aceder aos actores políticos em questão, muitos dos quais por via do contacto permanente na universidade, brotando daí nalguns casos laços de amizade. Seguindo os itinerários quotidianos desses amigos/interlocutores, pude vivenciar e participar de parte considerável do "mundo no qual estão inseridos", o que possibilitou circular por certos espaços e também aceder a racionalidades específicas, o que viabilizou descortinar alguns aspectos ao longo da pesquisa.

A página Bloco de Lutas Pelo Transporte Público na rede social da internet *Facebook* foi um grande meio de colecta de informações pertinentes para este trabalho. Nela, são publicadas os agendamentos das actividades, comunicados, deliberações do grupo e afins. Sendo um espaço de liberdade, após ter seu pedido de adesão aceite, os membros publicam diversa gama de informações desde vídeos, reportagens, entrevistas e principalmente notícias de jornais *online*. Também, é sobretudo um espaço que serve de continuidade das assembleias na medida em que se debate e se comenta assuntos de interesse do *movimento* que, inevitavelmente acabam sendo retomados em plena assembleia e vice-versa. Apesar de demandar tempo e atenção pela multiplicidade e diversidade de assuntos, acompanhar os comentários e publicações nesse fórum, manteve-me a par das provocações, polarizações, insultos, intrigas, enfim, da

35

renovação, actualização e fomento das disputas internas não só entre os indivíduos, como também entre as diferentes correntes ideológicas.

Paralelamente a observação directa nesses "espaços da política", achei importante compreender a reflexividade de alguns participantes do *movimento* acerca de suas formas de engajamento e rumos das acções. Meus interlocutores privilegiados na realização das entrevistas em profundidade foram activistas engajados no Bloco de Lutas. Foram também relevantes as conversações informais e depoimentos que recolhi ao longo dos protestos com os manifestantes ou em outros espaços, principalmente nas confraternizações em mesas de bar ou restaurantes. São diálogos que se revelaram importantes na medida em que colocavam em acção a reflexão desses agentes expondo (no mínimo parcialmente) suas formas de perceber e significar as situações que se apresentavam. Por outro lado, permitiram que indivíduos menos desenvoltos, que pouco intervinham em assembleias, expressassem suas opiniões com maior conforto. Fiz também entrevistas com oficiais da Secretaria da Segurança Pública e da Brigada Militar como o Tenente-Coronel Godoi e o Major Leandro Balen. Para tal, foi importante a simpática e atenciosa intermediação de António Cândido, coordenador de comunicação social dessa instituição. O não uso dessas entrevistas (por não ter encontrado espaço neste trabalho para efectuar a devida análise, que espero efectuar de forma densa em futuros trabalhos), de modo algum retira a expressão de gratidão pela assertividade, pedagogia e paciência que tiveram ao responder as minhas – por vezes - desconfortáveis questões. As demais entrevistas e conversas com integrantes do Bloco de Lutas estão integradas ao longo do texto.

Sendo meu objectivo elaborar formas de compreensão das dinâmicas do funcionamento do Bloco de Lutas Pelo Transporte Público, privilegiando a etnografia, baseio-me em pessoas concretas com diversas e divergentes opiniões e singularidades próprias. Baseio-me também em eventos concretos, ocorridos em espaços concretos e testemunhados por dezenas, centenas ou até milhares de pessoas; então, eventos de carácter público (ainda que reconheça o não esgotamento do debate sobre o público/privado). Entendo que neste trabalho, qualquer tentativa de dissimular/ocultar a identidade dessas pessoas, dos espaços ou eventos, além da artificialidade, redundará num fracasso pois, podem ser facilmente identificados numa leitura (mesmo que superficial) por quem os vivenciou. Assim, após avaliação criteriosa, elidi do texto

informações ou situações que considere capazes de trazer constrangimentos à integridade moral, política ou de outra ordem aos meus interlocutores e, com sua aquiescência, nalguns casos emprego seus nomes/apelidos verdadeiros. Por outro lado, eles sempre estiveram informados da natureza do meu trabalho, que versa sobre assuntos públicos, ocorridos reiteradamente em espaços públicos. Todavia, em virtude da instauração de processos policiais visando vários militantes do “Bloco”, vejo-me à contra-gosto obrigado a usar em certos casos nomes fictícios (retirando deste modo sujeitos/agentes políticos concretos dum processo histórico ao qual se entregaram abnegadamente na luta pelos seus direitos – e de gerações vindouras) como é nestes casos recomendado pelas directrizes académicas.

Uma última nota nesta introdução - que já vai longa - antes de passar à apresentação dos capítulos é referente à escrita. Minhas tentativas de redigir em "português brasileiro" mostraram-se tão lentas quanto o processo de alfabetização, e acabaram por redundar em fracasso pois, demandavam desta feita, tempo e esforço redobrado, luxos que não me podia permitir nessa fase. Nascido e socializado em Moçambique, onde a norma ortográfica vigente é anterior aos acordos de 1990 de língua portuguesa. É-me difícil realizar operações mentais elidindo um aprendizado enraizado por mais de duas décadas de socialização (inclusive académica). Não posso deixar de registar o quão desconfortante, opressiva, humilhante e artificializadora é a normativa que me obriga - enquanto proveniente dum Estado cuja língua oficial é portuguesa, e que reconhece a especificidade linguística brasileira - a subverter uma dimensão essencial, existencial e identitária do ser humano – a sua língua.

CAPÍTULO I

Lutas na Prática

1.1 Acordos de Luta

Aos 28 de Dezembro de 2012, o Tribunal de Contas do Estado (TCE), enviou um ofício à Empresa Pública de Transportes e Circulação (EPTC), solicitando informações sobre o cálculo usado na verificação do Percurso Médio Mensal (PMM) dos ônibus, que influi no reajuste da tarifa. Esta solicitação teve como origem a provocação do Ministério Público de Contas que, após inspecção especial realizada às contas da EPTC, constatou que a Prefeitura contabiliza a frota-reserva de ônibus em seus cálculos - o que seria equivocado.

Essa informação teve repercussão imediata na imprensa e conseqüentemente nas redes sociais digitais, galvanizando os diversos colectivos a se mobilizar mais uma vez na construção duma união⁹ com vista a lutar contra o aumento da passagem. Por outro lado, fruto de experiência, esses colectivos suspeitavam da existência duma artimanha estratégica pela Prefeitura, de sistemático aumento da passagem no início do ano¹⁰, coincidindo com as férias escolares, período no qual o movimento estudantil e jovem urbano encontra-se disperso.

Não obstante as férias lectivas, a quadra festiva, bem como a época balnear, na qual cidadãos de Porto Alegre se deslocam massivamente ao litoral gaúcho; as redes estabelecidas entre os colectivos locais (Assentamento Utopia e Luta, DCE-PUC, DCE-UFRGS, Levante Popular da Juventude, Colectivo Vamos à Luta, Defesa Pública da

⁹ Tal como nos anos anteriores, no início de 2012 havia sido feita uma tentativa de união dos diversos colectivos, tendo redundado num fracasso devido às desavenças entre os partidos que compõem o Bloco, membros de movimentos autónomos e independentes, tendo-se observado uma fragmentação em dois grupos pequenos (num lado os partidos, e os autónomos no outro), ainda no processo embrionário das lutas.

¹⁰ Meus interlocutores apontam que desde 2001 registam-se na capital, sucessivos aumento da passagem de ônibus no período de férias escolares, na segunda metade do mês de Fevereiro, período no qual alguns colectivos se reuniam, indo à rua na tentativa de barrar o aumento. Porém, era sempre tarde, pois o aumento já se tinha consumado.

Alegria, CUT, Colectivo Juntos, Movimento Anarquista, ANEL, UJS, juventude ligada ao PC do B, as juventudes do PT, PSOL, PSTU - só para citar alguns), facultou a chamada duma assembleia à realizar-se no dia 8 de Janeiro de 2013.

Ao longo da segunda-feira, 7 de Janeiro de 2013, um dia antes da assembleia, os meios de comunicação anunciavam a resposta da EPTC ao questionamento do TCE, a qual, resumidamente, garante que nos seus cálculos a empresa cumpre com o estipulado na legislação municipal. Se, por si, a inspecção especial e o ofício do TCE junto com o Ministério Público à EPTC, tinham animado os colectivos, a resposta dos administradores da empresa ao referido questionamento, logo na véspera da assembleia, causou neles forte indignação que repercutiu nos debates e publicações nas redes sociais digitais nesse dia, projectando o decurso da assembleia que se avizinhava.

No intenso calor do verão portalegrense, ao fim da tarde de terça-feira, 8 de Janeiro de 2013, individualmente ou em pequenos grupos, foram os mobilizados chegando ao Sindicato dos Municípios de Porto Alegre (SIMPA), num encontro que, marcado para as 18h30min, acabou começando com cerca de quarenta e cinco minutos de atraso. No maior dos optimismos, esta assembleia¹¹ contou com uma participação oscilando entre 30-35 indivíduos. Na senda dos debates ocorridos no ano anterior entre os diversos colectivos, este encontro tinha como principal objectivo, construir uma frente única de luta contra o aumento das passagens, que conseguisse ter o mínimo de unidade entre as diferenças tácticas, metodológicas, ideológicas entre os partidos e diferentes colectivos autónomos.

Como já foi referido, essa tentativa de construção vinha sendo implementada nos anos transactos, tendo-se revertido sistematicamente em fiasco sobretudo, por disputas entre sectores de partidos políticos e indivíduos ou colectivos sem vinculação partidária. Além das diferenças e divergências ideológicas, os sectores partidários eram acusados pelos sem filiação partidária (que se reivindicam independentes e/ou autónomos) de colocar à frente do processo a sua auto-afirmação partidária, suas agendas eleitorais; trazendo grande quantidade de militantes às assembleias anteriores

¹¹ Apesar de ter o próximo capítulo reservado para uma incursão sobre as assembléias do Bloco, detenho-me aqui na primeira do ano, devido ao seu carácter fundador e inaugural da nova composição e articulação entre colectivos portalegrenses.

com o desígnio de disputar a fala, monopolizando os debates em detrimento dos sectores ditos independentes e autónomos.

Este facto é colocado como tendo estado na origem da desistência de vários indivíduos ao longo das referidas tentativas de construção. Aprendida a lição, desta vez ficou evidenciado através de debates e negociações em assembleia, por parte dos considerados autónomos e independentes que não permitiriam o aparelhamento¹² do movimento pelos partidos; não deixariam que estes se servissem da mobilização colectiva para obter simpatias e ganhos particulares na esfera social ou no interior de suas instâncias partidárias; ingredientes suficientes para um debate cáustico e duro, tal como aconteceu.

Visto que os grupos anarquistas, libertários e autónomos, apregoavam como estratégia a acção directa que, então, supunham ser ideologicamente "impedida" pelos partidos guiados pelo seu interesse propagandístico, foi colocado em assembleia a necessidade de consensos básicos que permitissem a acção conjunta e coordenada, na qual todos partilhassem responsabilidades. Após aceso e intenso debate, reforçou-se o carácter "de esquerda" do movimento e definiu-se: a) unidade de acção; b) independência e autonomia do Bloco de Lutas perante qualquer entidade; c) o "Bloco" é horizontal, democrático e sem representantes e, principalmente, ninguém deverá publicamente falar em seu nome; d) a assembleia como espaço soberano do qual deverão sair todas as decisões do colectivo; e) a acção directa como estratégia de luta; f) na definição das agendas e rumos do movimento, bem como a conciliação entre as diferenças tácticas, metodológicas, ideológicas junto dos diferentes colectivos, deve prevalecer o consenso; g) na ausência de consenso, segue-se para votação; h) as decisões tomadas em assembleias são de cumprimento obrigatório dentro do Bloco, devendo seus transgressores serem responsabilizados em assembleia.

Essa resolução permitiu avançar numa organização que apostasse mais nas acções de rua, ocupação do espaço público de forma coordenada, contrariamente às

¹² Por "aparelhamento", meus interlocutores referem-se a captura pelos partidos, de todas esferas da mobilização e actividades realizadas pelo Bloco de Lutas, com o intuito de aproveitar-se dessa ferramenta para fins e agendas de interesse particular. Nessa suposição, os sectores ligados aos partidos, estariam dentro do *movimento* em obediência dos seus interesses "corporativos" e, em última instância eleitorais.

experiências pretéritas¹³ de individualização da luta pelos colectivos. Todavia, os colectivos anarquistas, os autónomos e independentes, com memória e trauma das derrapagens do passado, e com o amadurecimento aliado à trocas de experiências com colectivos de outras regiões, decidiram se unificar dentro do "Bloco" de modo a ombrear em melhor posição nas disputas internas, fazer frente aos partidos, impedindo deste modo o que era considerado por muitos como tentativas de "aparelhamento" do *movimento* e constituir, assim, uma força que pudesse fortalecer a pauta autónoma, avançando com a mobilização independentemente da vontade das forças partidárias. É nesse âmbito que nasce a Frente Autónoma que entrosa todas as forças sem cunho partidário ou eleitoral dentro Bloco de Lutas, pautando pela unidade entre as distintas vertentes políticas e organizativas, impedindo deste modo o que se considerava a polarização das assembleias entre os partidos, e também procurando sempre tirar encaminhamentos para a luta¹⁴.

Criadas condições de acção concreta, fortaleceu-se a questão do transporte público como principal foco do "Bloco". Nessa luta, exigiu-se inicialmente o Passe Livre para estudantes e o fim dos sucessivos aumentos da passagem do ônibus. Estruturaram-se e encaminharam-se comissões de trabalho principalmente focados na organização do movimento, mobilização e na divulgação da informação à população local. Suas actividades deviam ser de imediato iniciadas, pois, contrariamente aos anos transactos, a estratégia seria de "sufocar a prefeitura" através da pressão popular com as massas nas ruas, de modo a "desaconselhar" qualquer reajuste por parte da municipalidade. Foi definida a realização semanal de actos de protestos e, também, saiu agendado consensualmente o primeiro acto do ano para segunda-feira, 21 de Janeiro às 18 horas, em frente à prefeitura na Praça Montevideú.

Ainda que continuadora de algumas interacções preexistentes, esta assembleia rompeu com a lógica monogrupal e individualista das manifestações e protestos contra o aumento da passagem em Porto Alegre, criando uma simbiose entre indivíduos e

¹³ A acção corriqueira até entao vigente era caracterizada pela separação dos actos por grupos ou afinidades, fraccionamento que enfraquecia o poder de visibilidade mediatica dos protestos.

¹⁴ Nas tentativas anteriores, aponta-se que os partidos traziam muitos militantes que disputavam falas entre si, desgastando o debate e terminando as assembleias sem encaminhamentos.

colectivos partidários, autónomos, anarquistas e independentes dentro do Bloco de Lutas. Um evento especial, formalizado, estruturado por uma ordem, um sentido de acontecimento imbuído de propósito colectivo e destacado como especial pelos próprios integrantes do "Bloco", na medida em que efectivou uma aliança entre grupos e indivíduos com diferentes e/ou divergentes ideologias, que passaram a agir conjuntamente (unidade de acção) em torno de um objectivo comum. Assim, eles inventaram um outro tempo a partir desta disposição em se relacionar de outra maneira, consequentemente, inventam-se como pessoas políticas distintas (no duplo sentido: diferentes de si anteriormente, e dos que não frequentam as manifestações, os que não vão para as ruas e distinguidas pelo valor invejável de acções desta ordem).

Por outro lado, a assembleia foi um acto simbólico visto que uma série de relações, conflitos, manobras, desejos e poderes, foram representados e dirimidos ou suspensos na solenidade do evento.

Esta unidade de acção, instaurou uma nova temporalidade, na qual seus associados, além das suas actividades profissionais e particulares, redimensionaram o seu próprio quotidiano, passando a integrar nele reuniões, debates, definição de estratégias, elaboração e distribuição de material propagandístico, passeatas na via pública etc. Por outro lado, essa nova temporalidade estendeu-se aos cidadãos de Porto Alegre – numa reverberação – na medida em que trouxe ao seu dia-a-dia uma nova realidade na qual, sistematicamente, a zona central da cidade adquiria outra dinâmica de funcionamento onde, pelo menos uma vez por semana, a praça Montevideu e o Largo Glénio Peres eram alvo de ocupação, que animava e condicionava a circulação dos transeuntes, bem como o funcionamento da prefeitura que era alvo dos manifestantes; o horário e a circulação, não só do transporte público como também do privado, podia ser suspenso e/ou alterado, causando graves dissabores e complicações às pessoas e ao tráfego, isto é, as manifestações, pelo seu ritmo afectavam a vida de quem as desencadeava, e também de quem nelas não tomava parte activa. Enfim, uma subversão do quotidiano pela introdução dum momento e formas específicas na vida social da capital, provocadas pelo tempo particular da acção política à semelhança do que sugerem em seus estudos (Palmeira e Herédia, 1995).

O objectivo deste capítulo é compreender a emergência das formas públicas dos protestos e mobilizações e relacionar alguns dos elementos presentes em sua expressividade simbólica - como por exemplo, o público presente, os modos de emprego dos cânticos, as performances individuais e colectivas e os espaços de circulação em que os protestos ganhavam vida - com os próprios modos de acção política empreendidos e conclamados em oposição à representação. Trata-se de um esforço de mostrar a contigência dos protestos e sua performatividade na produção de uma prática percebida como política: a acção directa.

1.2. Lutar na Rua, Granjear Simpatias

Tarde de segunda-feira, 21 de Janeiro de 2013, sol abrasador e típico do verão local que atíça o serpentear das passadas largas com destinos inimagináveis da infindável multidão que diariamente agita o centro de Porto Alegre. Fim de tarde, hora de pico, população deslocando-se para os pontos de ônibus, intensificação do tráfego, vendedores ambulantes empurrando seus carrinhos pelos passeios, tornando mais sinuoso o percurso dos transeuntes. Desviando-me desses veículos de mão, vezes sem conta me vi na iminência de chocar frontal ou lateralmente tanto com pessoas caminhando pela rua, ou mesmo com as que aguardavam em longuíssimas filas pelo transporte colectivo, tanto quanto com obstáculos fixos ao longo da via pública pela administração municipal. Pouquíssimas vezes terá se consumado tal fatalidade, pois a minha inaptidão em me mover sorrateiramente pela multidão, era colmatada pelo caminhar zeloso e preventivo¹⁵ dos locais que se desviavam ou esboçavam gestos indicativos de pouca simpatia com a minha mobilidade na via.

¹⁵ Desde a minha chegada, chamou-me atenção a extremíssima rapidez com que as pessoas se movimentam na via pública. Por outro lado, é visível a tentativa de criar uma distância e são raros os casos em que se prestam a aceder a uma interpelação. Minha condição de estrangeiro obriga-me vezes sem conta a solicitar indicações e, nessa interpelação na rua, é sempre surpreendente notar o reforço ao apego dos objectos em posse desses circunstanciais interlocutores, sempre mantendo uma grande distância que é reiterada a cada tentativa minha de aproximação, impondo-se assim, que eu levante muito a voz na locução. Nalguns casos, o temor é rapidamente substituído pela curiosidade ao notar a minha

Serpentei o habitual formigueiro humano da avenida Salgado Filho até alcançar a Borges de Medeiros, onde avistei o início duma aglomeração de jovens com bandeiras vermelho-pretas (cores do anarquismo) improvisadas em pequenos bambus na Esquina Democrática, sob olhar condescendente de alguns agentes da Brigada Militar que, habitualmente, efectuam vigilância ostensiva no entroncamento desta avenida com a Rua dos Andradas. Continuei descendo mergulhado na multidão à caminho da Prefeitura, que já contava com pequenos grupos dispersos em torno da grade que protege o chafariz diante do edifício municipal. A protecção servia de apoio às bicicletas de alguns presentes e também era aproveitada para pendurar bandeiras, dísticos e cartazes de pano ostentando palavras de ordem¹⁶. A grande porta da entrada principal do edifício municipal encontrava-se aberta, mostrando funcionamento pleno de suas actividades.

Cerca das 19h45min, pouquíssimos instantes após a minha chegada, percebi que o número de presentes tinha aumentado em algumas dezenas, totalizando provavelmente cerca de sessenta ou setenta pessoas, o que já animava algumas que foram se deslocando exactamente para a frente da entrada da prefeitura iniciando cânticos. Anoitecia enquanto a circulação continuava intensa pelo centro. Ao passar, motoristas reduziam a velocidade tentando perceber a pequena azáfama. Nisto, notei a existência dum grupo de jovens que os abordava, conversando serenamente e entregando-lhes pequenos panfletos. Quem caminhava por ali, ainda que por poucos instantes, se detinha a observar e muitas vezes, era abordado pelos jovens para uma breve conversa de explicação, ao mesmo tempo em que recebiam o panfleto.

Crescia a agitação quando aproveitei a oportunidade e aproximei-me duma menina sorridente que reconheci pelas suas intervenções da última assembleia. Mostrou-se confiante e entusiasmada pela pequena agitação que, em sua opinião, corria muito bem, sendo aquele o primeiro dia de actos na rua. Pediu-me que segurasse seus panfletos enquanto fantasiava a sua cara com um nariz vermelho de palhaça. Perguntou-

pronúncia "de fora"; noutros, nem por isso. De qualquer forma, acabei aprimorando as minhas "técnicas de interpelação".

¹⁶ Em todos eventos por mim presenciados neste espaço, o cenário em torno do varal protector do chafariz, foi sempre o mesmo.

me se lhe tinha ficado bem, ao que a respondi não dever se preocupar, pois era linda de qualquer forma. Abanou a cabeça sorrindo, estendeu-me a mão e a devolvi os panfletos, tendo ficado com um exemplar. Nele aparecia em destaque uma caricatura do prefeito Fortunatti ao volante dum ónibus ostentando a chapa de inscrição "Empresa\$". Com as portas do ónibus abertas, o motorista esticava a mão apontando um revólver na cara dum menino de mochila nas costas aguardando pelo transporte e exigindo-lhe R\$ 2,85. Tal imagem era complementada pelo seguinte texto:

"BLOCO DE LUTA POR UM TRANSPORTE PÚBLICO

A UNIDADE CONTINUA¹⁷ - REVOGAÇÃO DAS PASSAGENS PELA FORÇA DAS RUAS. MOVIMENTO APARTIDÁRIO E AUTÓNOMO

FORTUNATTI MAIS UM AUMENTO EU NÃO AGUENTO - todo o início do ano, férias de verão, a população porto-alegrense recebe o aumento da passagem do transporte colectivo sem ao menos ser consultada e o pior, sem o direito de decidir e opinar.

Quem decide o valor da passagem é uma máfia formada pelos empresários do transporte com a prefeitura, hoje representada por Fortunatti. Esse aumento cada vez nos deixa sem alternativa para o transporte público. Esse absurdo tem que parar."

Dividido em duas partes, a outra metade do panfleto denunciava:

*"TRANSPORTE PÚBLICO É UM DIREITO E NÃO MERCADORIA - o transporte público é uma concessão da prefeitura a empresas **privadas que só querem lucrar**¹⁸ em cima dos usuários. E quanto ao reajuste, as empresas alegam preços falsos nas planilhas. O Ministério Público RS, abriu inquérito civil n°155/2011 para apurar as legalidades do reajuste. A solicitação tem como fundamento jurídico, não há LICITAÇÃO há mais de 20 anos para o transporte coletivo em Porto Alegre. Este facto significa que todas as empresas de onibus da capital estão operando de forma ilegal e não têm legitimidade perante a sociedade para aumentar a passagem."*

¹⁷ Curiosamente, vários gritos e palavras de ordem mobilizados ao longo da "luta", assemelham-se aos gritos revolucionários da Frelimo usados em Mocambique ao longo da luta pela independência colonial.

¹⁸ Grifo do autor.

Era em torno do acima exposto que girava a explicação dada aos motoristas e transeuntes interpelados pela juventude, repisando-se a necessidade de os cidadãos se juntarem ao movimento para ampliar a voz nas ruas, num claro repúdio à "roubalheira da máfia do transporte". Como prova da existência dessa "quadrilha que assalta o bolso do cidadão", robustecia-se o argumento evocando-se a constatação pelas autoridades estaduais da contabilização da frota de reserva nos cálculos para o aumento da passagem, o que representava uma irregularidade.

Mais alto do que os gritos em frente à prefeitura, veio ecoando da avenida Borges de Medeiros uma batucada com gritos "Passe Livre já, Passe Livre já". Rapidamente, saíram agentes das motorizadas e viaturas da polícia que ficam sempre estacionadas do lado do Mercado Público em dias de manifestações, que se prontificaram a bloquear a circulação de viaturas, desviando o tráfego e permitindo que o grupo de manifestantes atravessasse até a prefeitura.

O ribombar da batucada contagiava mais aos presentes enquanto os recém-chegados distribuía beijos e abraços aos que já ali se encontravam. Reconheci ser o grupo que se aglomerava na Esquina Democrática. Dário, que pertence ao Espaço Cultural Libertário da Azenha, informou-me que os grupos anarquistas combinaram de se encontrar naquele lugar e dali "criar agitação" descendo até a prefeitura. Traziam as suas bandeiras em pano improvisado com as cores vermelho-preto, cartazes pintados manualmente em cartolinas com palavras de ordem pelo Passe Livre e contra o prefeito. Tinham também consigo os mesmos panfletos que, de acordo com Dário, teriam começado a distribuí-los em diferentes pontos da cidade, mediante a proveniência de cada um, até que se encontrassem na Borges de Medeiros.

A chegada dos anarquistas aumentou a vivacidade dos protestantes e a incidência no prefeito. Os gritos das palavras de ordem obedeciam ao ritmo da batucada que era executada por três instrumentistas que, coordenadamente tocavam extasiados. Sua sintonia e habilidade, denunciava uma regular trajetória musical, como vim a saber: "a gurizada toca num grupo de samba", disse-me André¹⁹, colega de Dário, das

¹⁹ Nome fictício

ciências sociais na UFRGS, e também militante do PSTU que, das nossas conversas na faculdade, soube da minha proximidade profissional com a música.

"Bum bum bum

Passe livre já

Passe livre já"

Cresciam os gritos. Algumas pessoas no interior da prefeitura apareciam à porta para ver o que se passava e nesse instante, os manifestantes intensificavam seus gritos. A porta que antes estava completamente aberta, agora foi deixada entreaberta, enfurecendo os manifestantes que, se aproximaram ainda mais das escadas de acesso gritando:

"Ladrão, ladrão

Fortunatti, tu é²⁰ ladrão

Mais um aumento, estudantes não pagarão!"

A durabilidade dos gritos e das canções era inconstante e indeterminada. Variava da empatia e sintonia dos presentes, podendo a mesma canção ser entoada por curtos ou longos períodos repetidamente. Nisto, tinha grande impacto a sonoridade da batucada. Quanto mais animada e alta, maior era o cântico da multidão, mas também há casos em que era o grito desta que contagiava a bateria. A mudança duma canção para a outra, geralmente acontecia quando se atinge a exaustão e conseqüente baixa de intensidade nos gritos. Qualquer um podia introduzir novo cântico. Se os companheiros ao lado, o coadjuvassem conseguindo influenciar os demais, ficava-se por esse cântico, caso contrário, de imediato aparecia uma nova proposta. Era comum que coincidissem em simultâneo propostas distintas levando a alguma disputa entre pequenos grupos. Nisto, geralmente prevalecia o grito da maioria e, em muitos casos, a bateria acabava cumprindo o papel de arbitragem ao decidir fazer acompanhamento a um dos lados da "contenda" (terminando com o regozijo de alguns por conseguir espalhar seu grito, e por

²⁰ Na conjugação verbal no indicativo, os locais coloquialmente combinam a segunda pessoa do singular com uma forma verbal do pretérito perfeito da terceira pessoa do singular, por exemplo: tu falou, tu disse, tu escreveu, tu telefonou, etc.

outro lado a frustração de outros por não vê-lo vingar – como acontece nas torcidas de futebol). De qualquer forma, essa pequena competição acontecia de forma muito desportiva e animada, onde o principal objectivo não era ter o grito mais alto, mas sim atacar a prefeitura.

Num desses instantes em que abrandava o ritmo dos gritos, Célia²¹, jovem branca, militante anarquista, tendo sido obedecida num gesto de pausa que fez aos três instrumentistas, bradou "*olha, olha, galera... estão fechando a porta, é aquilo que sempre fazem... viram as costas ao povo*".

Como que a certificar-se, miraram todos para a porta da prefeitura que permanecia entreaberta e, de imediato, em sintonia automática, começaram os assobios e apupos que foram tão intensos frustrando as tentativas de retomada da palavra pela Célia, que gesticulava pedindo calma. Não a teve. Aproximou-se e trocou algumas palavras com os instrumentistas que conseguiram, através das batucadas, abrandar a multidão. Nisto, ela continuou "*... a gente já sabe como eles funcionam. Este ano será diferente...o que é deles está guardado. Galera, vamos continuar com o nosso programa, vamos à panfletagem.*" Fez um sinal aos instrumentistas que logo começaram com a batucada acompanhando a seguinte letra entoada por todos:

"Esse aumento é uma exploração

O aumento da passagem é o lucro do patrão

Conheço os empresários, são todos uns sacanas

Enquanto cresce o olho, vão levando a nossa grana

Patrão não quero pagar, patrão não quero pagar,

Pula roleta, pula roleta, pula roleta,

Que esse aumento não vai dar!"

Mostravam-se todos descontraídos e animados, com domínio da letra, ao chegar a passagem "*pula roleta, pula roleta*", saltitavam e acontecia por vezes que uns

²¹ Nome fictício

tropeçassem noutros, o que causava enormes gargalhadas e aumentava o vigor nos saltos seguintes. Os instrumentistas, tomaram a dianteira, continuando a tocar sendo seguidos pelos manifestantes, dirigiram-se em direcção à avenida Mauá, virando pela rua Uruguai, retornando pela Júlio de Castilhos em direcção ao Camelódromo.

Esse trajecto pela zona central e arredores do Mercado Público, permitiu passar por diversos pontos de ónibus que, pela hora, encontravam-se ainda lotados, facilitando massiva abordagem aos populares que aí se encontravam ou eram interpelados na rua. Sem intervenção policial e sem isolamento ou interrupção do trânsito, os manifestantes disputavam a estrada com os motoristas que, condescendentes, esperavam pacientemente pela passagem da multidão. Alguns buzinavam, outros piscavam, outros ainda estendiam a mão para receber os panfletos. Houve quem simplesmente resignava-se no interior do seu veículo com vidros fechados sem permitir qualquer contacto além do visual.

De qualquer forma, não se registou qualquer sobressalto notável. Pelo caminho colava-se cartazes em paredes (algumas com proibição expressa), fazia-se pichações, ofereciam-se os panfletos e explicações que acima mencionei. Acompanhando de perto as abordagens de Dário e André aos transeuntes, notei que assemelhavam-se ao já referido pronunciamento da Célia. Na sua explanação acusavam a "*eles*" de sistematicamente aumentar o preço da passagem, pois "*eles*" não sentem no bolso o que "*nós*" pagamos e, nem se apertam nas paradas como "*a gente*" sofre passando esse calor, pois estão dentro de carros com ar condicionado pagos com o "*nosso*" dinheiro e só procuram "*nos*" ouvir quando chega a hora da eleição, de resto "*eles*" passam o tempo com os empresários.

Destaca-se aqui o surgimento e uso de duas categorias presentes no senso comum local que distinguem o povo dos governantes. "*Nós*" e "*eles*" são accionados de forma antagónica, onde "*nós*" homogeniza o povo que é tido como subalterno socialmente, honesto, trabalhador, despossuído, necessitado do transporte colectivo, explorado material e monetariamente pelos empresários e pelos governantes; em oposição à categoria acusatória "*eles*", que vincula toda classe política (desde administradores públicos, vereadores, deputados, senadores, prefeitos, governadores até a presidência), a um conjunto de significados valorativos, como sendo perversos, com

um nível social médio-alto que, com viaturas modernas não precisam usar o "busão"; sua actividade é espoliar o bem público em benefício próprio e dos empresários, traindo assim os desígnios do povo que, vai à custo do seu sacrifício e trabalho pagar tamanhos desmandos (vistos como constituintes da dinâmica da política local). O "povo", é aqui visto de forma harmoniosa, como se convivesse entre si sem conflitos ou distinções de classe e políticas. O "povo" seria do bem e os governantes, tomados também homogeneamente, seriam do mal, do perverso.

As explicações e os cartazes, mostravam simpatia e solidariedade com as reivindicações dos rodoviários que chamados de "trabalhadores explorados", sendo justo que reivindiquem a redução de sete horas e dez minutos para seis horas de trabalho diário e o aumento de 30% salarial. Esta simpatia ficou demonstrada na praça Parobé que é dos maiores pontos de partida e chegada de ônibus, onde a cada veículo que partisse ou chegasse, seus motoristas eram ovacionados em demonstração de apoio e respeito. Em retribuição do carinho, estes buzinavam, acenavam pelas janelas com sorriso no rosto e fazendo sinal positivo. Alguns veículos não escapavam à pichações, podendo-se ler na sua saída em cores vermelha, amarela e preta inscrições como "*Tri caro*", "*2,85 que roubo*" e a sempre presente "*Passe livre já*".

No retorno à prefeitura, as pessoas que se encontravam nos pontos ou dentro dos ônibus, acenavam ou aplaudiam e cantavam com o grupo que em todo percurso foi variando os cânticos. Chegados à prefeitura, realizou-se uma pequena assembleia de balanço na qual falaram membros do PT, PSTU, PSOL, militantes anarquistas e singulares/independentes onde se ressaltou ter tudo “corrido da melhor maneira”; a conquista da simpatia popular e, a grande mobilização feita naquele que era “o primeiro de muitos actos”. Falava-se de cerca de quatrocentos manifestantes, que cada um tinha o “dever de trazer no mínimo uma pessoa para o próximo acto” ainda sem data marcada mas já acordado em assembleia que seria semanal.

Meses depois, vim a ter uma explicação razoável para a relativa "grande afluência" logo nesta primeira manifestação. Os colectivos anarquistas, em receio do habitual elevado número de membros partidários, articularam-se não só entre si, como também se reuniram com os estudantes “secundaristas” e grupos culturais de modo a se apresentar massivamente e "disputar" o evento, diluindo a visibilidade partidária. Tanto

que *"as cores preta e vermelha é que apareciam mais nesse dia, tá lembrado?"*, disse-me Dário em conversa de bar quando discutíamos a repercussão nacional dos protestos.

Nas semanas seguintes, foram se intensificando as actividades de panfletagem no centro e zonas adjacentes e a realização de protestos continuou obedecendo o mesmo formato com crescente número de manifestantes nas ruas, tendo acontecido nos dias 29 de Janeiro, oscilando por algumas semanas em virtude do carnaval, continuando aos 18 de Fevereiro e 22 de Março, este porém com pouca afluência. No computo geral, neste período, as assembleias intensificavam a interlocução e projecção das próximas actividades em função do iminente aumento da passagem, pois o Sindicato das Empresas de Ônibus de Porto Alegre (SEOPA) protocolara na prefeitura pedido de 14,85% de reajuste que elevaria a tarifa de 2,85 para 3,60 reais. Esse reajuste foi aprovado pelo Conselho Municipal do Transporte Urbano (COMTU) para R\$ 3,06 sendo na mesma data, 21 de Março, sancionado pelo vice-prefeito Sebastião Melo que fixou o valor em R\$ 3,05 a entrar e vigor na segunda-feira 25 de Março de 2013.

1.3 "Se a Passagem Aumentar, Porto Alegre Vai Parar"

Aumentou. Assim, inflamou a indignação dos cidadãos que na véspera expressavam²² em conversas de ônibus e bares, a sua dificuldade em suportar o encarecimento do custo de vida urbano manifesto quotidianamente no preço da passagem. O Bloco de Lutas Pelo Transporte Público que já tinha previsto tal situação, desdobrou-se em mobilizações nas escolas, universidades, sindicatos e com a população através do habitual contacto nos pontos de ônibus, convidando-os a ocupar a cidade de modo a “elevar sua voz” às autoridades. Neste processo de mobilização e articulação já era comum o uso de meios digitais da internet que se mostraram plataformas e ferramentas importantes²³ para organizar, mobilizar, deliberar, coordenar e decidir,

²² Presenciei conversas no ônibus onde pessoas queriam se certificar junto ao cobrador se realmente a passagem aumentaria, mostrando-se deveras consternadas com a resposta positiva do trabalhador. Daí despontavam diversas conversas sobre a administração da cidade e, evidentemente, frisando a precariedade do transporte público.

²³ A exploração destas tecnologias foi fulcral na massiva e rápida disseminação de todas actividades e assuntos pertinentes ao Bloco de Lutas

aprofundando condições de expansão, deliberação, manutenção e subsistência do movimento, pautado pela ausência de lideranças formais (Castells, 2013, p. 167).

Em concorrida assembleia realizada no sábado, dia 23 de Março, na sala do Assentamento Utopia e Luta, instigaram-se actos descentralizados a iniciar a partir de segunda-feira, data da entrada em vigor da nova tarifa. O objectivo era único: saturar a prefeitura pelo caos nas ruas (manifestações constantes em vias principais), dificultando ou impedindo a circulação de veículos até que se baixasse a passagem. Anarquistas prontificaram-se em se dirigir até algumas garagens de ônibus logo pela manhã, posicionando de modo a dificultar e atrasar a sua saída. O DCE da UFRGS prometeu também logo pela manhã, criar uma agitação na avenida Bento Gonçalves e trancar os portões de acesso ao Campus do Vale, estudantes da PUC comprometeram-se em bloquear a avenida Ipiranga. Por seu turno, os estudantes secundaristas programaram uma marcha a partir do colégio Júlio de Castilhos até à prefeitura. Todas actividades foram realizadas com êxito.

1.4 Bloquear a Ipiranga

Manhã de segunda, 25 de Abril, o debate na página do Bloco de Luta no Facebook girava em torno das actividades programadas e em curso. Constantes actualizações individuais por telemóvel davam uma cobertura gigante e múltipla do que acontecia "no terreno", através de relatos, vídeos e fotografias. Essas publicações, como já tinha sido acordado, eram redifundidas pelos membros da página em rede aberta, para seus murais possibilitando a visualização para além dos filiados ao movimento. Então, uma reverberação que indica a grande fluidez do movimento. Apontava-se o entusiástico apoio dos rodoviários que ajudaram na paralisação de algumas garagens e conseqüente atraso ou nenhuma saída de ônibus; rotas inactivas; paragens superlotadas; alguns estabelecimentos comerciais permanecendo fechados; caos na avenida Bento Gonçalves em frente a UFRGS que estava inacessível pelo fecho de seus portões pelos estudantes. Reiterava-se ser esse o caminho a seguir. Causar caos, paralisar a cidade. Apelava-se a quem pudesse que se juntasse ao fecho da avenida Ipiranga na PUC, pelas

18 horas. Galguei a linha D-43 e dirigi-me ao local sabendo que o mesmo veículo não faria o trajecto de volta por aquela via nas horas seguintes.

Eram cerca de 17h45min quando cheguei me esbarrando com a multidão que subia e descia da travessa que liga as duas margens daquela avenida. O pórtico da universidade, encontrava-se já repleto de estudantes que aos cânticos e gritos pintavam seus cartazes e cartolinas improvisadas. Pequenos tambores, apitos e um megafone ajudavam na "agitação", que é a forma empregue pelos manifestantes para se referir à eclosão duma mobilização de grandes²⁴ proporções que subverte as actividades normais dum determinado espaço, tornando-se o centro das atenções. Tinta vermelha era a mais predominante tanto na pintura dos cartazes, quanto nas pinturas faciais que são habituais nestes eventos.

Não conseguia reconhecer qualquer amigo da UFRGS. As poucas caras familiares que então se encontravam tinham participado de algumas assembleias ou de actos anteriores na prefeitura. A jovem que segurava o megafone (cujo nome jamais vim a saber apesar de ter privado com ela em futuras manifestações), chamou a atenção de todos com o seguinte pronunciamento, ligeiramente editado:

Aí colegas, tou vendo que muita gente ta chegando e, tem outra galera que ta saindo das aulas e vai se somar. O DCE da PUC, junto com outras entidades que compõem o Bloco de Lutas, sabendo das trapaças desta prefeitura que aumenta o preço da passagem todos os anos, decidiu se empenhar nesta luta contra os corruptos mandados pelos empresários para assaltar o bolso do povo, do estudante, do trabalhador honesto...a gente já vinha se organizando para impedir este aumento, mas eles não nos ouviram, nunca ouvem o grito do povo...agora temos a passagem mais cara do Brasil e o transporte continua sucateado, sem ar condicionado, olhem para as paradas todas cheias e os onibus cheios, é para isto que pagamos 3,05? Então vamos mostrar que não aceitaremos mais tais abusos. De manhã outros companheiros que estão nesta luta,

²⁴ Esta grandeza não se refere propriamente ao número de participantes, mas sim, à capacidade de encenação pelos manifestantes.

foram agitar nas garagens de ônibus e contaram com a ajuda dos rodoviários. Colegas da UFRGS trancaram a Bento e ninguém entrava no vale, neste momento tem outra galera que ta marchando do Julinho até à prefeitura. Somos muitos e vamos nos unindo e dizer em uníssonos a Fortunatti e seus empresários que acabou o amor, isto vai virar palmares. Se eles não baixarem a passagem a gente não sai das ruas, a gente vai parar Porto Alegre e isso vai lhes doer no bolso. Vamos trancar a Ipiranga não para incomodar o trabalhador que volta cansado ao seu lar, mas sim para permitir que seu filho continue indo à escola.

Nesse momento o discurso foi interrompido por uma grande ovação dos presentes. Tambores, apitos e assobios juntavam-se ao ruído dos motores de veículos que por ali passavam no som que se perdia pela atmosfera. De facto, sendo hora de ponta onde o fluxo rodoviário é intenso e lento, bloquear uma das mais importantes avenidas da cidade resultaria em grande prejuízo para o cidadão comum, como assumiu a autora do discurso acima, todavia evoca um motivo tido como de importância maior e partilhado pelos seus "companheiros", assumindo ser necessário causar um transtorno que se supõe menor para o trabalhador comparativamente ao aumento da passagem. A referência à continuidade de ir à escola reforça a solidariedade entre os presentes e é também usada como grande artefacto político manipulado pelos manifestantes, argumentando que o principal motivo da evasão escolar em Porto Alegre está no custo da passagem. Evocados, os outros actos havidos ao longo do dia noutros espaços servem de encorajadores ao mesmo tempo que demonstram uma pertença a um grupo maior actuando pela cidade colectivamente, sem que singularidades se destaquem.

Do outro lado da avenida junto à margem do arroio Ipiranga, um destacamento de aproximadamente vinte agentes da Brigada Militar acompanhava calmamente ao evento munidos de armas, cacetetes, capacetes cor-de-laranja e escudos com a inscrição "CHOQUE".

Os cartazes em cartolinas ostentavam vários dizeres como: "*Contra o aumento da passagem*", "*Revogação do aumento, já!*", "*Fortunatti e empresários assaltando o povo*", "*Não vai virar Pizza*", "*Passe Livre Já*", "*DCE-PUC na Luta*", "*Ladrões*" etc. Movia-me pela multidão por vezes tropeçando ou sendo empurrado por alguém no meio

da azáfama. Os presentes eram maioritariamente brancos, dos quais alguns jovens amarravam a camisa na cabeça ficando de tronco nú. Meninas também houve que apenas tapando os seios usavam seu corpo para escrever algumas palavras como "*Tri caro*" ou desenhos como flores, borboletas, etc.

A ovação venceu a intenção de continuidade da intervenção pela jovem. Após alguns gestos em que ela hesitava falar ao megafone, decidiu-se por gritar e foi seguida pela multidão. Ouvia-se bem alto:

"Passe Livre, já! Passe Livre, já!

Os apitos e tambores juntaram-se às centenas de vozes que gritavam veementemente. Após alguns instantes introduziu-se novo cântico que até então me era desconhecido:

"Pra estudar,

Pra Trabalhar,

Mais um aumento eu não vou pagar"

Nisto, repentinamente um grupo que se encontrava do lado esquerdo do pórtico da universidade, bem ao lado dos seguranças internos, começou a deslocar-se em direcção à estrada. Numa fracção de segundos, me vi a curtíssima distância do escudo e cacetete dos agentes da Brigada Militar que, rapidamente, dividiram-se em dois blocos formando a letra "L". A base (então, menor número) geria a imensidão de viaturas que num formigueiro disputam as quatro faixas da Ipiranga com o transporte colectivo no sentido Centro-Bairro; os agentes que compunham o tronco dessa letra (constituindo a maioria) esmeravam-se em controlar e conter os manifestantes. Era tanta gente para o destacamento policial que, ao conter o avanço dos manifestantes num lado, outro avançava pela estrada noutro lado, paralisando completamente o tráfego.

O esforço policial era no sentido de restringir a multidão a ocupar três das quatro faixas, de modo a se poder escoar as enormes e desreguladas filas de veículos. Alguns motoristas impacientes buzinavam constantemente, sendo nalguns casos admoestados gestual ou verbalmente pelas autoridades, pois mais agitada ficava a multidão com

aquele som. Outros, resignados isolavam-se fechando completamente os vidros. Outros, ainda, faziam sinais em apoio ao pessoal. Aí gritava-se:

"Quem apoia

Pisca a luz,

Quem apoia

Pisca a luz"

Mesmo retidos naquela contenda entre os manifestantes e a polícia que dificilmente os conseguia conter, lá piscavam os motoristas, podendo-se aventar para isso o medo de algum ataque, simpatia com a causa da manifestação ou até por supor que essa colaboração faria os manifestantes desocupar a estrada. Não, não a desocuparam. Avançavam estoicamente por ela. Nisto, através dos escudos, a polícia ia empurrando decididamente a multidão de forma a desocupar uma faixa para os veículos. Houve pequena tensão. Alguns jovens esboçaram reacção aos empurrões, tentando revidar de igual forma, tendo sido de imediato puxados de volta por outros colegas. Aí elevaram-se as vaias e, tinta vermelha, provavelmente a que restara das pinturas dos cartazes e dos corpos, foi lançada em direcção aos policiais, tendo atingido indiscriminadamente aos agentes (protegidos pelos capacetes e escudos) e alguns manifestantes que viram suas vestes, face e cabelo, ganhando tonalidade encarnada. Em resposta, as vaias cederam espaço à um som muito mais alto:

"Recua polícia

Recua,

É o poder popular

Que está na rua"



Figura 5 - Polícia tentando restringir a actividade dos manifestantes (Fonte: acervo pessoal)



Figura 6 - Detalhe de alguns manifestantes esboçando reacção em resposta à intervenção policial na avenida Ipiranga. Na imagem é visível a mancha da tinta

encarnada lançada pelos manifestantes aos agentes da ordem pública (Fonte: acervo pessoal)

Com a ajuda das motocicletas que actuavam noutros pontos da avenida Ipiranga, a polícia conseguiu evacuar os veículos que se encontravam presos, tendo uns recuado e invertido a marcha em direcção ao centro, e outros continuaram no sentido bairro. Alguns passageiros desciam transtornados dos ónibus que, pelo tamanho dificilmente saiam da confusão, mesmo com alguns sinais de priorização pela polícia. Quando saíssem, podia-se ver nalgum dos lados alguma pixação com principal destaque para "*Passe Livre, já*", "*2.60 já*". Retirados os veículos, a polícia interditou completamente o trânsito e os manifestantes ocuparam todas as faixas com sucessivos cânticos e danças. Jovens mais ousados não se coíbiam de tentar causar irritação aos agentes policiais tentando se aproximar o máximo destes, procurando contacto físico e verbal. Tais agentes apostavam numa postura mais defensiva, mantendo um perímetro de distância, evitando contacto físico e poucas vezes retribuíaam ao contacto verbal.



Figura 7 - Manifestantes sentadas na estrada, trocando afecto em frente dos agentes policiais (Fonte: Ramiro Furquim)

Perto das 22 horas, quatro horas após o início do acto, sentados no chão em plena avenida Ipiranga, os manifestantes realizaram uma breve assembleia²⁵ em jeito de informe na qual faziam o balanço do protesto. À semelhança dos que ocorreram ao longo do dia, dizia-se que este acto foi “muito positivo”, “parou a cidade”, tendo sido até então o maior de todos, com grande respaldo nas redes sociais e até nalguma imprensa alternativa. Estavam todos de parabéns e eram instigados a se associar à página do Bloco de Lutas no Facebook, principal mecanismo de difusão das actividades do movimento. Para a Quarta-feira, estavam todos convidados à prefeitura, pois seria “muito maior”, devendo cada um trazer mais gente.



Figura 8 - Breve assembleia de encerramento do acto com manifestantes sentados no chão da avenida Ipiranga (Fonte Ramiro Furquim)

Na despedida enquanto balançavam suas bandeiras e erguiam seus cartazes, todos cantaram:

²⁵ Esta, não era do género microfone-aberto. Apenas os membros do DCE-PUC falaram de forma breve a transmitir a repercussão e os próximos passos.

"Se a passagem não baixar

Se a passagem não baixar

Fortunatti vai chorar,

Porto Alegre vai parar"

Na linha do ilustrado no estudo sobre novos movimentos de protesto na França por Cefai (2005), sugerindo que esses distinguem-se das manifestações tradicionais caracterizadas por passos lentos, organização centralizada, monotonia temática nos cânticos e cartazes, os actos do Bloco de Lutas em Porto Alegre, que também se mostram como manifestações públicas de primeiro plano, pautam-se por uma adopção de estratégias peculiares com uma inovação nos reportórios de acção. Os actos eram por excelência um espaço de canto e dança onde, para além da satirização de situações e figuras da actualidade nacional desportiva, cultural, política, etc., canções em voga são adaptadas para a situação dos militantes (principalmente os cânticos das claques de futebol²⁶), letras que marcaram a história dos movimentos sociais pelo país são recuperadas colectivamente, a percussão da bateria marca o passo ao ritmo de Samba, Funk e outros géneros musicais populares, quebrando a monotonia da marcha com arranques e pausas repentinas. Ao mesmo tempo em que os manifestantes reivindicam e criticam publicamente, eles buscam concretizar no presente aquilo pelo que se luta promovendo acções de ocupação do espaço público, pulam a roleta não esperando a concessão desse direito por alguém. Enfim, praticam a finalidade pela qual se mobilizam (Silva, 2013).

1.5. “Somos o Povo, e esse aumento, nós vamos derrubar”

Acto convocado pelo Bloco de Lutas pelo *Facebook* "*Quarta-feira, todos à Prefeitura*". O evento no dia 27 de Março contava mais de duas mil adesões online e

²⁶ Infelizmente, apenas tive uma única oportunidade de ir assistir à um jogo de futebol. Foi possível constatar algumas semelhanças entre várias melodias entoadas pelas torcidas e, principalmente, nos tipos de vaias.

repisava o descaso das autoridades municipais para com o povo, favorecendo os empresários do transporte. Na minha chegada, a luz solar já não permitia uma leitura nítida dos cartazes pendurados ao redor da protecção do chafariz em frente à prefeitura, mas sempre dava para reconhecer as pessoas dos actos anteriores e das assembleias do Bloco, os colegas da UFRGS, membros dos diversos colectivos, o grupo com as camisetas pretas do Levante Popular da Juventude, executando canções com seus instrumentos musicais, o grupo com as camisetas amarelas da juventude do PSTU empunhando²⁷ suas bandeiras, etc. Numa percepção visual e baseada na experiência dos actos anteriores e do contacto visual na frequência das assembleias, tudo indicava que, neste acto, a esmagadora maioria não apresentava filiação a qualquer organização.

Eram jovens com mochilas às costas que em muitos casos regressavam das aulas, maioritariamente brancos, acompanhavam os cânticos e danças fumando cigarro ou maconha, bebendo cerveja adquirida nos ambulantes que vendiam desde a convencional até as artesanais. Com a frequência que ganhavam e a grande afluência de pessoas, as manifestações rapidamente tornaram-se uma feira, oportunidade de negócio para os vendedores de rua. Diversos destilados eram vendidos com garantias de primeiríssima qualidade pelos ambulantes, que em muitos casos se diziam fabricantes²⁸. Guarda-chuvas, bijuterias, tabaco, chicletes e lanches eram também facilmente encontrados nos carrinhos que ficavam fixados oportunamente nas redondezas dos lugares das manifestações, ou circulando pela multidão.

Tornou-se também espaço de lazer: rir, dançar, cantar, vaiar, beber, fumar, rever os amigos, conhecer gente nova, e até namorar, uma conversão dos protestos em ocasiões lúdicas. Esta é provavelmente uma das características que permitiram aglutinar cada vez maior número de indivíduos, pois acompanhadas de todos ingredientes duma festa, estas manifestações permitiam que os sujeitos expressassem de forma enérgica, criativa e sem limitações, a sua diversidade de emoções. Os disfarces, a paródia teatral,

²⁷ Ao longo dos protestos, por várias vezes alguns indivíduos ligados a partidos políticos dentro do "Bloco" apresentavam-se aos actos envergando camisetas e/ou com bandeiras partidárias. Enquanto integrantes do *movimento*, não há relatos de registo de incidentes ao longo dos protestos entre esses indivíduos e os demais, contrariamente aos relatos que vinham da imprensa.

²⁸ Alguns eram os mesmos estudantes que efectuavam essas vendas semanalmente nas festas da Geologia, Biologia e CECS no Campus do Vale

o colorido, o carnavalesco recriado, a possibilidade de personalizar a militância aliada à heterogeneidade de motivações, ideologias, trajetórias, etc, são aspectos que estavam patentes na *performance* individual de cada manifestante, que também transportava a emoção pessoal aos cartazes e bandeiras improvisadas, cujas mensagens eram de cunho particular reflectindo o sentimento e imaginação enraizados na experiência dos indivíduos. Nalgumas conversas, diversos jovens mencionaram terem visto "baita gurias" nas imagens das redes sociais da internet retratando actos anteriores, o que de certa forma lhes levou a se deslocarem frequentemente à prefeitura em dias de actos.

Os actos tornaram-se também um espaço de reforço da luta pela igualdade de género, contra o racismo, promoção de tolerância e respeito pela diversidade cultural e pela opção sexual. Ao longo das "agitações"²⁹, rapazes vestem saias, blusas e vestidos, colocam perucas coloridas, pintam lábios e casais homossexuais (sempre do sexo feminino), fazem ostensivas demonstrações de afecto. Gracejos entre colorados e gremistas são recorrentes entre amigos e/ou desconhecidos, sempre que se avista alguém envergando a camisa de um dos clubes.

Até então, não tinha visto tamanha afluência aos actos na prefeitura, que encontrava-se isolada por algumas cordas criando um perímetro em torno da escada que dá acesso a sua entrada principal. Alguns elementos da Guarda Municipal, do alto da escadaria, observavam os protestantes que continuamente chegavam e lotavam toda zona circundante. A multidão espalhava-se até ao mercado público. Era uma grande enchente. Muitos manifestantes traziam consigo panelas e vegetais. Fazia parte do combinado (como mais tarde vim a saber). As panelas ajudariam a acompanhar o balanço da banda causando uma cacofonia ensurdecedora de modo a não permitir qualquer trabalho no interior da prefeitura. Os vegetais também "teriam sua utilidade", disse-me sorrindo Jéssica³⁰, jovem negra, activista de notável devoção ao *movimento*, e estudante de ciências sociais na UFRGS, com quem desenvolvi posteriormente uma relação muito próxima. Ao ver minha expressão de desconfiança, ela mostrou-me do seu telemóvel, uma mensagem com os seguintes dizeres:

²⁹ Categoria émica que será retomada mais adiante.

³⁰ Nome fictício

"compas³¹:

*Vamo radicalizar a ação na prefeitura.
Vamo mostrar ao Fortunatti e sua corja
que a gente não ta de brincadeira. Toca
um panelaço e um frutaço.*

Vamos a luta!"

Não saiu em assembleia. Era uma proposta que circulava entre os colectivos anarquistas reforçando a necessidade da acção directa efectiva. É de frisar que apesar dos acordos preestabelecidos e da soberania da assembleia como espaço de tomada de decisões, indivíduos e seus colectivos, emaranham-se em conchavos criando e recriando por cima das normas, de modo a levar seus intentos aos protestos e ao próprio Bloco. A propósito, é de salientar que estas regras e estatutos costumam ser estabelecidos em reuniões e encontros, mas, mesmo quando registados e publicados na página do grupo no Facebook em forma de acta de assembleia, tendem a possuir uma existência de ordem puramente retórica. E isso tanto no sentido de que permanecem apenas na memória e no discurso de algumas pessoas, quanto no de que sua aplicação efectiva depende da forma como são mobilizados pelos eventuais interessados.

Pois bem, sobre *"radicalizar a ação na prefeitura"*, estes indivíduos promotores desta ideia não acreditam que as tradicionais manifestações (simples passeatas dum lugar ao outro), tragam qualquer benefício ao Bloco, ou seja, não farão a prefeitura retroceder no aumento. A presunção é de que através do acirrar do confronto, poderá se criar um facto político que dê capital político, trazendo visibilidade mediática ao Bloco de Lutas, seus membros e sua luta, granjeando simpatia popular, conseguindo disso trazer mais gente às ruas para a luta contra os supostos desmandos e favorecimentos dos governos aos empresários. Isto reforça que mais uma vez estes indivíduos se assumem como arquitectos da cidade e de seu futuro, clamando o direito à sua mudança (da cidade), tendo em conta que não se trata dum direito abstracto, mas sim um direito inerente as suas práticas quotidianas (Harvey, 2013:31).

³¹ Nesse universo social, é comum o uso de adjectivos como camaradas e companheiros na forma de tratamento. *Compas* equivale à companheiros.

"Radicalizar a ação na prefeitura" implica em uma estratégia de luta com inovação nos repertórios de ação onde as mensagens nos cartazes revelam criatividade e são personalizadas, ocupa-se o espaço público, condiciona-se a circulação do trânsito, faz-se pichação nas viaturas e edifícios públicos, quebra-se vidros da prefeitura, lança-se fruta podre ao seu edifício bem como contra as forças de segurança pública que também passa a ser enfrentada, etc., com vista a alcançar objectivos concretos.



Figura 9 - Manifestantes em frente da prefeitura protestando com a ajuda de panelas e instrumentos musicais (Fonte: Ramiro Faruquim)

Após realizar o que também chamam de "*agitação*" em frente da prefeitura, alguns indivíduos com bandeiras pretas e vermelhas dirigiram-se para as escadas que estavam isoladas por algumas cordas. Os poucos elementos da Guarda Municipal não conseguiam conter a multidão que violava o perímetro, subindo pelas escadas rumo à "invasão" da prefeitura. Bordões improvisados³² ecoavam pela multidão: "*A prefeitura é nossa, abre a casa do povo!*" ou o clássico "*O povo unido, jamais será vencido*".

³² Em diversos casos testemunhei improvisos e adaptações de cânticos e gritos a situação retratada naquele exacto momento. Alguns conseguiam conquistar a multidão, outros, cedo esmoreciam.

Definitivamente, a multidão avançou decisivamente rompendo as cordas de isolamento, fazendo recuar o contingente da Guarda Municipal até a entrada do edifício. Nisto, do interior da prefeitura, aparece o Secretário Municipal da Governança, César Busatto do PMDB, partido que não faz aliança da composição Bloco de Luta, pedindo calma aos manifestantes e que pautassem pelo diálogo. De imediato foi vaiado e os manifestantes que estavam próximos da porta mostravam indignação com o facto de a prefeitura os ter ignorado antes do aumento da passagem, mesmo protestando frequentemente naquele mesmo espaço. Rejeitaram qualquer diálogo. A multidão gritava:

"Não tem conversa

Passe Livre

É o que interessa"

Na insistência, Busatto pretendia identificar os representantes do movimento e convidá-los à conversações no interior da prefeitura, tendo de prontidão recebido como resposta *"não temos representantes"*. A situação saía do controle e alguns manifestantes tentavam puxar o secretário de modo a colocá-lo distante dos agentes da Guarda Municipal e estes por sua vez tentavam impedi-lo. Aí entendi a utilidade dos vegetais, referida por Jéssica. Estando bem próximo da entrada, numa das laterais da escadaria, tentando o melhor ângulo para fazer as fotografias, fui atingido por uma laranja, depois seguiram-se outras vagas de tomate, laranja, cebola e outros vegetais que não consegui identificá-los enquanto protegia o meu dispositivo electrónico e tentava me afastar do local. Deu ainda para ver as paredes e a entrada da prefeitura tingidas pelas substâncias deixadas por esses frutos. Reconheci alguns amigos no arremesso. O banho de tinta vermelha, acertou em cheio ao secretário que ainda tentava acalmar os protestantes que gritavam:

"Putá que pariu,

É a passagem mais cara

Do Brasil"

Creio poder se entender esta recusa de diálogo pelos manifestantes como estando inserida numa lógica de repúdio a um processo de gestão urbana mercantilista, no qual a população é sempre objecto em vez de sujeito (e quando sujeito, é sujeitado à um representante), e o transporte é ordenado de cima, segundo os imperativos da circulação do valor. Deste modo, ela é excluída da organização da sua própria experiência quotidiana de metrópole, tal que mesmo estando a protestar em frente à prefeitura e nas ruas da cidade, a edilidade em momento algum se dignou a dialogar com os manifestantes, tendo-os simplesmente ignorado e votado o aumento da passagem ao lado de seus parceiros. É uma recusa à imposição de catracas em todos caminhos da cidade na organização da experiência quotidiana de metrópole, que se realiza principalmente pelo sistema de transporte, o qual restringe a mobilidade, o ir e vir, com base numa suspeita gestão da política tarifária. Conforme documento assinado pelo Movimento Passe Livre de São Paulo, os protestantes têm no transporte um direito fundamental para a efectivação de outros direitos, na medida em que garante o acesso aos demais serviços públicos; é nesse sentido que o transporte é entendido como uma questão transversal a diversas pautas urbanas (MPL-SP, 2013).

A tensão aumentava e os elementos da Guarda Municipal tentavam retirar o secretário da multidão. Os bambus que hasteavam bandeiras foram usados para forçar a abertura da porta da prefeitura que se tinha tornado refúgio da Guarda e do secretário. O "frutação" e o "panelaço" continuavam tendo inclusive atingido muitos manifestantes posicionados nas escadas que, mesmo com roupas manchadas de tinta vermelha e de restos de fruta, mostravam-se obstinados em conseguir abrir as portas e entrar no interior da prefeitura. Atirando os vegetais, empurrando aos pontapés a pesada porta do edifício e dando marteladas de taquara, colocavam em prática a acção directa muito defendida por alguns sectores do Bloco.



Figura 10 - Manifestantes tentando forçar a abertura do portão da prefeitura (Fonte: Ramiro Furquim)

Descendo da avenida Borges de Medeiros, um destacamento policial anti-motim devidamente equipado com cassetetes, capacetes e escudos, apareceu no largo Glênio Peres. Nisto, a estratégia de vários protestantes foi de se sentar no chão, ao meio da rua, não permitindo deste modo a passagem do destacamento policial. Sentados no chão gritaram:

"No estudante

Não.

Polícia é para ladrão"

É importante atentar para a maneira como a categoria "estudante" foi nas palavras acima mobilizada. Numa situação de tensão e risco de agressão policial, ela é accionada pelos manifestantes, como um demarcador social servindo também na reivindicação duma identidade que goza de prestígio social, portanto, que não deve ser alvo de intervenção, repressão ou agressão policial, ao mesmo tempo que sugerem (os manifestantes) que é aos "ladrões" com quem a polícia deve se preocupar. Isto é, um pertencimento à uma classe privilegiada.

Com a chegada da polícia, a azáfama foi ainda maior. Alguns grupos incitavam ao confronto com gritos e insultos aos "brigadianos", outros radicalizaram ainda mais a acção na porta de entrada da prefeitura martelando e pontapeando a porta com vigor, uns tendiam a dispersar, porém, a grande maioria permanecia sentada ou em pé, alternando os cânticos:

"Recua polícia

Recua,

É o poder popular que está

Na rua"

Ao se sentar no chão em plena avenida Borges de Medeiros, os manifestantes conseguiram, ainda que temporariamente, impedir ou condicionar a acção do batalhão de choque da Brigada Militar, que era de dispersar das escadas a multidão que pretendia invadir a prefeitura. As intervenções deste batalhão são feitas com um avanço dos elementos perfilados em bloco, porém, com pessoas sentadas no chão tornou-se impossível uma progressão compacta do esquadrão. Por outro lado, ao se apresentar sentados, indefesos e sem esboçar qualquer ameaça de ataque ou confrontação física com a polícia, os manifestantes exerceram estrategicamente uma resistência que tornava inapropriado o uso da força física pelo esquadrão naquela circunstância específica. Essa resistência aparece revigorada nos cânticos onde criam uma demarcação social ao se reclamar como grupo, justificando sua acção pelo facto de serem "*estudantes*" que não devem ser tocados pela polícia (sendo dever desta enfrentar os ladrões). O facto de se assumirem como "*poder popular*", também é evocado como legitimador da sua acção, acreditando desta forma, poder desmotivar a intervenção policial.

Sentar-se no chão ao meio da rua, bloqueando a passagem, pode também ser visto como um enfrentamento dissimulado ao batalhão de choque, uma falsa submissão tal como empregada pelos trabalhadores camponeses estudados por Scott (2011), pois não se ostenta intenção de confrontação física e pese embora, pouca coordenação, observava-se uma auto-ajuda individual e uma solidariedade para com os que tentavam "tomar" a prefeitura. Analisando as formas de resistência quotidiana empregues por

esses grupos relativamente desprovidos de poder, o autor aponta que usam como armas ordinárias a relutância, dissimulação, falsa submissão, pequenos furtos, simulação de ignorância, difamação, provocação de incêndios, sabotagem, e assim por diante. São estratégias que exigem pouca ou nenhuma coordenação; representam uma forma de auto-ajuda individual; e tipicamente evitam qualquer confrontação simbólica com a autoridade ou as normas da elite que detém o monopólio do poder coercivo, repressivo e bélico. Em ambos os casos notam-se disparidades. No caso do campesinato e seus exploradores há aqui um enorme abismo social, e do lado dos manifestantes em Porto Alegre é evidente a diferença na capacidade do uso da força. Nas duas situações qualquer tentativa de enfrentamento directo seria praticamente um "suicídio" social ou físico.



Figura 11 - Manifestantes ocupando a av. Borges de Medeiros (Fonte: Bloco de Lutas Pelo Transporte público - Facebook)

Pouco durou o festejo desse bloqueio do avanço policial. Não tardou que se ouvisse uma explosão. Houve algum pânico, alguns levantaram-se tentando fugir, mas espalhou-se a informação de tratar-se de um rojão. Assim, os que estavam em fuga regressaram e se juntaram ao grupo sentado, embora de sobreaviso e com desconfiança na aparente passividade da polícia. Eu, que tinha fugido de pedaços de fruta nas laterais

da entrada da prefeitura, encontrei-me no meio da multidão com André, jovem negro, estudante de ciências sociais na UFRGS, e militante do PSTU. Perguntei ao meu colega se sentia alguma coisa estranha, e ele respondeu declinando. O ar tornou-se irrespirável, nauseabundo e cáustico, dando um aperto nos pulmões numa fracção de segundos. Já tinham começado a se levantar os protestantes, tossindo e correndo descoordenadamente, quando fez-se uma nuvem de fumo que naquela hora me pareceu cinzento-branca, seguida duma segunda explosão. Também tossia quando André, puxou-me pelo braço gritando tal como os demais: "*bomba, é bomba...galera, é bomba*".

Aumentava a densidade da fumaça, cuja origem permanecia obscura, fazendo todos manifestantes dispersar à velocidade relâmpago pela praça Montevideú e no largo Glénio Peres. Curiosamente, apagaram-se as luzes da iluminação pública do largo, o que contribuiu para que alguns tropeçassem, sendo pisoteados e posteriormente ajudados por outros. Mesmo quem estivesse simplesmente de passagem, viu-se envolvido na correria, na tosse e inclusive alguns vômitos. Os agentes do batalhão de choque permaneciam recuados, sendo eles e suas progenitoras alvos de toda criatividade de impropérios imagináveis: "*Vão se fodê seus filhos da puta*", "*Putá que pariu*" "*Vão tomá no cú*", etc., ouvia-se da multidão em debandada.



Figura 12 - Detalhe do batalhão de choque com intervenção condicionada por manifestantes sentados no chão, bloqueando o acesso a prefeitura (Fonte: Ramiro Furquim)

Os mais resistentes e corajosos, regressaram de imediato, protegendo a boca e o nariz com suas próprias roupas. Continuaram arremessando objectos e frutas à polícia que já protegia toda faixa frontal da prefeitura. Como a fuga foi feita em todas direcções, os outros grupos começaram também a lançar projecteis sobre o edifício ao mesmo tempo que o pixavam, o que provocou outros arremessos de gás lacrimogéneo.

O gás mais intenso desta vez, conseguiu afastar-nos por completo da prefeitura, indo nos reunir em grupos numerosos nas quatro direcções do edifício. Circulava a notícia de feridos e presos no interior da prefeitura. Dentre burburinhos e aumento do reagrupamento com maior cautela, apurou-se que de facto a Guarda Municipal tinha algemado uma jovem e a conduzido ao interior da prefeitura, permanecendo por lá.

"Não saímos daqui sem ela,

Não saímos daqui sem ela"

Dava para notar a acção dos únicos veículos circulando além dos policiais, que eram da imprensa. Aliás, já na minha chegada, tinha-me chamado atenção a presença de pessoas portando câmaras de fotografar com grande porte. Nos actos anteriores não havia cobertura mediática, sendo os próprios manifestantes a produzir e difundir imagens dos eventos recorrendo a dispositivos individuais e amadores, como era o meu caso. No entanto, aqui os repórteres tinham toda colaboração dos manifestantes, que aceitavam posar com seus cartazes para as retinas ou até em actos cordiais, afastavam-se permitindo-lhes espaço para captar melhor ângulo de imagem, etc. Todavia, declinava-se qualquer existência de representantes que pudessem falar pelo grupo. Sendo que os depoimentos prestados por eventuais entrevistados devessem ser vistos como pessoais e não vinculativos. Uma celebração da cultura de Anti-representação

Houve relatos de que um dos repórteres "confidenciou" aos manifestantes que a jovem detida na prefeitura seria levada ao Palácio da Polícia naquele instante. Nós que nos reuníamos em frente ao Mercado Público, juntamente com os que iam chegando, caminhamos subindo a avenida Borges de Medeiros até a Esquina Democrática onde se encontrava outro grupo. O grupo reorganizou-se, esperando alguns instantes para que os demais dispersos tomassem conhecimento e se juntassem. Briza, jovem branco, militante anarquista do Assentamento Utopia e Luta, com a sua possante voz, e sem qualquer meio electrónico, pediu silêncio e num breve discurso sublinhou que *"sempre foi assim, eles não dialogam com o povo, sabendo apenas reprimir, perseguir e atacar a quem luta"*. Era momento para que os que permanecem alheios, acordassem à realidade, pois só a força das ruas faria o governo ouvir o povo. Daí em diante, todos já sabiam o que lhes esperava. Seria sempre *"bomba, bala e cadeia"*, como foi feito com a Luane, covardemente algemada e levada pela Guarda Municipal. Para mostrar que não mais se toleraria tais posturas ditatoriais, era necessário ir libertá-la no Palácio da Polícia. *"Só se sairia de lá com ela"*.

Após a ovação, combinou-se que se seguiria pela Avenida Salgado filho até a Avenida João Pessoa, rumo à Ipiranga. Poucas vezes foi obedecido o apelo de ocupar uma única faixa, liberando outra para que o "trabalhador tranquilo regressasse á casa". A Jéssica, activista do Bloco de Lutas, que até então não a tinha reencontrado, encarregou-se de organizar quem tivesse instrumentos musicais na parte dianteira da

marcha. As grandes faixas também deviam estar na frente, vindo o resto do pessoal com pequenos cartazes e bandeiras por trás. Um meio de dar forma característica duma manifestação popular. Assim que alcançamos a avenida Salgado Filho e começamos a progredir, nela começou a se cantar veementemente:

"Somos,

Somos o povo

E a passagem, havemos de baixar

Somos,

Somos o povo

E esse aumento, nós vamos derrubar"

Pelo caminho, moradores do alto das varandas nos apartamentos, aplaudiam, faziam gestos de apoio, balançavam objectos, panos ou bandeiras em aclamação. Os manifestantes por sua vez, paravam alguns instantes em frente a certos edifícios e também aplaudiam aos moradores apoiantes, convidando-os a se juntar.

Havia sempre alguma dificuldade na passagem dos ônibus, embora se tivesse apelado a liberação duma das faixas. Ainda assim, motoristas e cobradores piscavam e faziam gestos de apoio e, nalgumas vezes a multidão se acercava do ônibus e gritava:

"Ôh motorista

Ôh cobrador,

Me diz aí se o teu salário aumentou?"



Figura 13 - Ônibus pixado na passagem dos manifestantes pela av. João Pessoa (Fonte: Ramiro Furquim)

O cenário se repetia e a multidão se extasiava a cada demonstração de apoio pelos moradores e motoristas. Paredes de edifícios e ônibus eram repetidamente os principais alvos dos grafiteiros que deixavam inscrições como "*3,05 que roubo*", "*Fortunatti ladrão*", "*tri-caro*", "*passé-livre já!*". Alguns contentores de lixo foram derrubados sob desaprovação da maioria que vaiava desencorajando seus perpetradores que acabaram desanimando, não investindo mais em tal prática.

Acto contínuo, sucediam-se as canções e algumas paragens no cruzamento da João Pessoa com outras avenidas onde se criava uma "agitação" que paralisava sobremaneira o trânsito. Perto de uma hora depois, a multidão alcançou a avenida Ipiranga e se dirigiu ao Palácio da Polícia que já tinha o esquadrão de choque protegendo as proximidades. A aproximação foi cautelosa porém decidida, parando justamente em frente ao edifício policial onde se iniciou um grito bastante celebrado entre os jovens anarquistas e inclusive entre os de ligação partidária:

"Libertad!

Libertad!

A los presos por luchar!"

Com trânsito interrompido, os manifestantes sentaram-se novamente na estrada, onde continuavam os gritos e cânticos. Jéssica que se mantinha empenhada na organização do pessoal, destacou um grupo de oito pessoas que se mantiveram em pé, para repetir palavra por palavra das intervenções prestes a acontecer, servindo duma espécie de amplificador humano que dissemina a mensagem de modo a ser captada pela imensa multidão. O orador, levantava-se, apresentava-se e exprimia o seu pensamento em frases curtas, fazendo pausas de modo a que fossem reproduzidas pelos "repetidores". O apelo era de que as intervenções não excedessem dois minutos, o que raras vezes se cumpria.

Falando enfática e emotivamente, os discursos convergiam na abordagem ao focar a indignação para com o descaso do "grito popular" nas ruas pela prefeitura; a repressão e intimidação dos que lutam; a necessidade de união de toda a esquerda nessa luta pois "o povo unido, jamais seria vencido"; viam comprovado mais uma vez que a polícia estava ao serviço da burguesia, protegendo-lhe a propriedade privada; dos desmandos nas remoções da população junto com a cidade cada vez pior e privatizada; e a necessidade de se continuar lutando até que a prefeitura baixe a passagem e, nisso, era necessário preparar-se para a repressão e a luta que se seguiria. Falou-se também da necessidade de estender as pautas além da questão do transporte, o que foi relegado ao debate em assembleia. Cada fala era ostensivamente ovacionada, gerando-se muito barulho que certamente ouvia-se no interior do edifício policial. Quando o orador falasse da polícia, seguiam-se elevados apupos direccionados aos edifício o que inflamava mais as palavras do orador que, por sua vez, carregava nas acusações multiplicando deste modo as vaias da multidão presente.

Esta situação pode ser entendida com a abordagem de Tambiah (1976, p. 17) ao explicar que um elemento central da oratória de massa (principalmente em comícios e discursos proferidos em grandes espaços abertos), é o pronunciamento enfático de discursos estereotipados com uma vasta gama de auto-elogios inflamados, calúnias,

insultos e insinuações grosseiras contra os adversários. Tais discursos transmitidos e amplificados em som alto por diversos meios como propaganda, têm uma grande eficácia na demonização do inimigo, criando sentimento de onipotência e convicção entre os participantes que se apresentam como representantes de um grupo.

Era esta convicção que reinava entre os manifestantes naquela atmosfera que se iluminava com relâmpagos e abalava com trovoadas, quando perto das 22 horas, Luane irrompeu chorando dos domínios do edifício policial. Conduzida até a estrada pelos agentes, que pretendiam evitar a aproximação dos manifestantes ao edifício, a jovem correu emocionada e entregou-se ao abraço da multidão que também se comoveu.

Neste sentido, a situação da prisão e a luta pela sua libertação (que incluiu uma peregrinação dos manifestantes desde a Prefeitura até ao Palácio da Polícia), pode ser vista como um sacrifício, no qual Luane, incorporando as mazelas do colectivo, vê-se como oferenda cuja prisão (o sacrifício) traz a salvação e purificação do grupo.

A dimensão ambígua do sacrifício é ilustrada na teorização de Mauss e Hubert (2005) ao apontarem que no domínio religioso, o puro e o impuro não se excluem e, assim, o sacrifício porta a ambiguidade das forças religiosas, é apto ao bem e ao mal. A vítima representa tanto a morte, quanto a vida, tanto a doença, quanto a saúde. Este sacrifício da Luane acabou mobilizando e reforçando a unidade do grupo na medida em que os manifestantes, mesmo com chuva peregrinaram por quilómetros e "acamparam" em frente do Palácio da Polícia numa clara demonstração de pertencimento colectivo. A sua libertação, trouxe a crença de que a "unidade faz a força" e que apenas com ela, o *movimento* singraria com as suas pautas.

Rumores apontavam que ela tinha sido agredida fisicamente, outros apontavam que apenas tinha sido conduzida para prestar depoimentos. De qualquer forma, a sensação de vitória reinava entre os presentes que celebravam "*conseguimos, nós libertamos a ela*". Iniciava o temporal quando os manifestantes gritavam:

"O povo unido

Jamais será vencido!"

Com o agudizar das hostilidades climáticas, a aglomeração começou a dispersar, tendo a maioria retornado pela avenida João Pessoa que finalmente via seu tráfego restabelecido junto ao cruzamento com a Ipiranga. Populares e motoristas continuavam sinalizando em apoio aos protestos. Este facto aliado à *libertação* da Luane que os manifestantes de imediato atribuíram a si e sua pressão sobre as autoridades, dava-lhes capital político (no sentido de ter o apoio popular) enchendo-lhes assim de confiança e crença na necessidade de continuar acirrando a luta através da acção nas ruas, podendo desta forma alcançar a revogação do aumento da passagem. Foi com essa convicção que já molhando com os primeiros pingos de chuva, despediam-se cantando mais uma vez:

"Somos,

Somos o povo

E a passagem, havemos de baixar

Somos,

Somos o povo

E esse aumento, nós vamos derrubar!"

1.6 Notas de encerramento

Encerro este capítulo destacando alguns aspectos nele relatados. O Bloco de Lutas Pelo Transporte Público vinca em Janeiro de 2013 após diversas tentativas frustradas de desenvolvimento de acções conjuntas entre os diversos colectivos de Porto Alegre. A desconfiança de intenção de aproveitamento político pelos partidos é apontada pelos indivíduos e colectivos denominados de autónomos e independentes como tendo sido a principal causa desses fracassos. Dentre vários, destacam-se a unidade de forças políticas locais de orientação à esquerda em torno da *luta pelo transporte público* - principal pauta do movimento. Tais colectivos, devem pautar pela "unidade de acção"; a democracia e a horizontalidade são outras características fundamentais desta organização com aversão à institucionalização.

A acção directa é privilegiada como estratégia de actuação na qual inovam-se repertórios de acção e onde o protesto tem diferentes manifestações culturais adquirindo assim carácter festivo com música, dança, namoro, substâncias ilegais; as manifestações têm um carácter simbólico; os manifestantes além de recriar, satirizar e criticar individualidades mediáticas e situações do quotidiano, empregam actos de afronta e resistência às instituições e ao poder público. Criam, deste modo, fricções com os sectores mais conservadores da elite local ao mesmo tempo que granjeiam simpatias junto doutras camadas populacionais.

Por outro lado, acredito que haja uma relação entre as formas de protesto empreendidas e a própria valorização da acção directa como prática política e como crítica à "representação". Tal crítica torna-se visível nas mensagens individualmente escritas nos cartazes improvisados, dando liberdade na "escolha de pauta" a cada indivíduo mediante suas intenções. Essa "liberdade", entretanto, insere-se num modo de construir a política como acção directa e é também visível na entoação dos cânticos e músicas. Qualquer indivíduo integrante do movimento, pode influenciar sua escolha dando, deste modo, uma polifonia ao acto, que é própria do grupo. Por último e não menos importante, sublinhar que estes jovens protagonistas desses actos iniciais eram maioritariamente brancos e residentes nas proximidades e zonas centrais da parte urbana da cidade de Porto Alegre e accionavam estrategicamente a alternância no uso das categorias colectivas de "povo" e "estudante" de acordo com os contextos em que eram empregadas. Como veremos no capítulo seguinte, a esse público se agregará outros participantes, contingentemente modificando os modos de acção e instaurando novas temporalidades na cidade de Porto Alegre.

*"Dizem que sou da geração
Que não tem cultura de trabalho,
Que assiste escândalos de corrupção
No Ministério do Trabalho..."*

*A chamada
Geração de vândalos e marginais,
A mesma que enche comícios em campanhas eleitorais"*

A Zagaia - A minha geração

Capítulo II

A Ampliação de Público, de Pautas e a Instauração de uma Nova Temporalidade

2.1 Nova Frente de Batalha, Velhas Hostilidades

[..] é uma oposição ideológica que eles fazem. Para eles, quanto menos se criticar os governos e a prefeitura é melhor...a Globo, a RBS claramente não tem nenhum tipo de compromisso com os protestos... isso é uma coisa que sempre aconteceu e os movimentos sociais sabem que nunca são bem tratados por esse tipo de imprensa o MST, a CUT já têm muita experiência nisso. É muito revoltante. Numa das ocasiões eu estava na manifestação e liguei o rádio, e ficava escutando...a forma como eles faziam a cobertura era focada só nos casos de depredação e relatavam que só tinha vândalos... que tava cheio de vândalos... e na minha opinião isso serviu para dar mais argumentos para a polícia actuar...é assim que me sinto quando escuto o rádio e vejo a televisão. Só tão mostrando a parte da depredação. (Juliana)

Cara, a Zero Hora desde o início que tá ignorando a gente, eles estão fingindo não ver a luta...a galera tá na rua desde Janeiro e essa porra da Zero nunca nos deu atenção, deixaram Fortunatti aumentar a passagem mesmo com a galera lutando na rua. Agora que a gente tá fazendo muita protesto no centro...prenderam nossa colega sem culpa nenhuma e a gente se uniu, caminhou do centro até a polícia e libertamos ela dos brigadianos... a Zero não viu nada disso... só fala de pedras e baderna... todo ano é a mesma coisa... (Lucas).

As palavras de Juliana (minha colega, frequentadora e simpatizante dos actos do Bloco de Lutas) e Lucas (estudante da UFRGS e activista engajado do Bloco), reflectem uma percepção partilhada dentro do *movimento*. Uma opinião enraizada no histórico dos retratos dos movimentos sociais brasileiros pela imprensa. A acusação central é de que os meios de imprensa hegemónicos, tanto escrita quanto audiovisual, materializadas no caso gaúcho pela RBSTV e o jornal Zero Hora (ambos de mesma propriedade e filiados à TV Globo), têm um viés marginalizador e criminalizador dos movimentos sociais. Se

até então isto era uma questão latente - pois recordemo-nos que a pauta então em voga era o Passe Livre para estudantes e a redução da passagem - a pauta da *mídia* é despertada com o início da cobertura das manifestações pelo Grupo RBS e especialmente pelo Jornal Zero Hora a partir do acto do dia 27 de Março³³. Meu primeiro contacto com a exasperação dos integrantes do "Bloco" deu-se na minha chegada a casa na noite em que Lucas considera que os manifestantes "libertaram a Luane das mãos dos brigadianos".

Nessa noite, a página do Bloco de Lutas no Facebook, no lugar do habitual balanço e comentários sobre o acto do dia, tinha como centro do debate o artigo publicado pela Zero Hora na sua edição *online* relatando "*depredação*", acusando os manifestantes de realizar "*protestos abusivos*" de "*pichar a prefeitura*", de "*jogar tinta no secretário da governança*". Um dos subtítulos dessa notícia era "*Pedras e Baderna na Capital*", o que de acordo com os comentários dentro do fórum indicava a posição conservadora do jornal e dos sectores que ele representa. Acusavam-no também de, ao longo da pretérita campanha eleitoral, ter dado demasiada cobertura ao Prefeito Fortunati, ignorou, porém, a truculência e tornando-se com esse silencio cúmplice da violência policial.

A indignação continuava apontando a "ausência duma cobertura imparcial", estranhando o facto de que, após um "longo silêncio de cumplicidade com os desmandos da prefeitura" ignorando o povo que fazia "lindas manifestações com respaldo popular nas ruas de da cidade", o jornal inicie a abordagem da mobilização com um viés culpabilizador, criminalizador e condenatório, escamoteando a verdadeira origem da revolta na intransigência da prefeitura e na truculência policial. Na sua acepção, os manifestantes consideram que a acção policial é que esteve na origem da rebelião física, sendo que, noutros actos onde a força policial não se fez presente, a manifestação aconteceu de forma tranquila e sem sobressaltos.

Na manhã seguinte, em programa informativo, um jornalista sénior da RBS TV (posteriormente candidato ao senado), adjectivou aos manifestantes de vândalos,

³³ Primeira reportagem dos actos pelo jornal Zero Hora <http://zerohora.clicrbs.com.br/rs/geral/transito/noticia/2013/03/manifestantes-protestam-contr-o-aumento-das-passagens-no-centro-de-porto-alegre-4087720.html> acesso em 11/03/2014

marginais, baderneiros e depredadores³⁴ do património da cidade (referindo-se aos actos de ataque à prefeitura), devendo, no seu entender, a polícia intervir veementemente nesses casos. Essas abordagens são vistas pelos membros do Bloco como demonstrativas do desvio e silenciamento da principal causa das manifestações. Na sua percepção, a "direita" - associada à imprensa hegemónica e aos empresários pelos seus interlocutores -, em virtude de ter financiado a campanha de Fortunatti, passava a lucrar com o aumento do preço da passagem.

Por seu turno, o argumento do Bloco era de que a violência ocorria quando havia presença da polícia. Frisavam também que actos isolados perpetrados por alguns indivíduos não deveriam servir para criminalizar o movimento, pois este já desde Janeiro que realizava manifestações ordeiras, cabendo à Zero Hora explicar o motivo de nunca ter noticiado tal facto. Outro argumento deveras accionado é a confiança da existência de um respaldo popular, o que legitimaria a realização desses protestos. É neste âmbito que a imprensa hegemónica ou a *grande mídia* - que neste caso são os órgãos do Grupo RBS, nomeadamente: RBS TV e Jornal Zero Hora - passou a ser alvo de ataques e contestações aprovadas em assembleia pelo Bloco de Lutas.

Órgãos de imprensa de menor e média circulação, além da considerada imprensa alternativa, sempre acompanharam de perto as manifestações, fazendo coberturas sem registo de incidentes com os manifestantes. Porém, com a entrada "em cena" do Grupo RBS, passou a se observar alguma tensão ao longo dos protestos. Manifestantes passaram a indagar o organismo representado pelos fotógrafos e cinegrafistas. Uma das possibilidades de ter outra leitura da exasperação dos activistas com esses dois veículos de imprensa está ligada ao facto de serem os meios de maior circulação e com grande capacidade de influenciar a opinião pública. A outra assenta na diferença ideológica, pois os activistas que se reclamam de "esquerda" acusam tais meios de serem de "direita".

Um dos cânticos recorrentes ao longo das manifestações e também muito repetido em frente à RBS dizia:

³⁴ Vídeo disponível em <http://globo.com/rbs-rs/jornal-do-almoco/v/lasier-martins-fala-sobre-protesto-realizado-ontem-em-frente-a-prefeitura-de-porto-alegre/2485857/> acesso em 11/03/2014

O povo não esquece,

Abaixo a RBS!

O povo não é bobo,

Abaixo a Rede Globo"



Figura 14 - Manifestantes em frente à sede do Grupo RBS (Fonte: Jornalismo B)

2.2 Não Era Por Vinte Centavos

As lindas tardes de sol brilhante em Porto Alegre, começavam a perder frequência e, na quinta-feira 4 de Abril, ao longo do dia o céu apresentava-se nublado com intervalos de chuviscos. Após a marcha da segunda-feira que tinha percorrido as ruas da capital, receava-se que o tempo fechado desanimasse a mobilização. Mas a decisão estava tomada, e em assembleia: ocupar as ruas da cidade e mobilizar cada vez mais a juventude, até que a prefeitura revogasse o aumento.

Ainda que negativa, a abordagem dos protestos pelos principais veículos de comunicação local, pode-se dizer que serviu para galvanizar o *movimento* dando-o ainda cada vez maior adesão dos moradores locais. Por outro lado, apesar de que vinham sendo noticiadas por outros veículos, como já apontei, a visibilidade e importância adquiridas pelo Bloco de Lutas com a entrada "em cena" da imprensa hegemónica, colocaram-no como centro da actualidade, despertando maior abordagem mediática das suas reivindicações, criando impacto no seio do movimento na opinião pública³⁵ que demonstrava solidariedade e identificação com as pautas do movimento, além de também começar a levantar reivindicações que iam para além da pauta do transporte e dos problemas da capital.

Pelas vias habituais, desaguavam na prefeitura os manifestantes que logo corriam a se abrigar nos alpendres dos edifícios circundantes à praça Montevideu, outros com seus guarda-chuvas deixavam-se ficar ao redor da grade de protecção do chafariz. Desta vez, pouquíssimas bicicletas e faixas estavam fixos nesse local. As bandeiras de colectivos anarquistas a preto e vermelho, dominavam os céus do espaço, para a felicidade de Dário (que, recordemo-nos, é militante anarquista), que se mostrava irradiante com a afluência massiva mesmo com previsão de tempo hostil. Improvisada numa taquara e com panos recortados e cozidos manualmente, Dário, deu-me a segurar sua bandeira anarquista que balança com os fortes ventos cada vez mais intensos. Comentou sarcasticamente que em virtude da "*agitação*" ocorrida na semana anterior na Prefeitura, "alguns sectores ligados aos partidos políticos, tinham sido repreendidos nas suas organizações, não devendo por isso estar presentes naquele dia", gracejo cuja veracidade jamais consegui apurar.

O pessoal do Levante Popular da Juventude, pouco preocupado com a hostilidade climatérica, animava-se ao ritmo de seus instrumentos, recriando e dançando sambas. Vendedores ambulantes com guarda-chuva a R\$ 10 e capas plásticas a R\$ 5, vendiam alegremente para uma procura que se intensificava com as pessoas abandonando as marquises dos edifícios circundantes, para se juntar a aglomeração e a

³⁵ Reportagens e debates televisivos e radiofónicos, em cobertura das manifestações nessa época são marcadas por intervenções de telespectadores ou ouvintes agastados com o aumento da passagem, a precariedade da gestão do espaço público, a decadente rede sanitária e hospitalar e a corrupção, só para citar alguns exemplos.

bateria na frente do edifício municipal. Os cartazes, tratados com tamanha estima, eram protegidos da intempérie que obrigava a multidão a permanecer de guarda-chuva aberto, impedindo desta forma vislumbrar a longo alcance. Foi por isso que tive imensa dificuldade de localizar outros amigos.

Dário, irrequieto, ia e vinha coordenando a acção do seu colectivo, bem como fazia pontuais concertações com outros indivíduos componentes doutros colectivos integrantes do Bloco. Disse-me que em virtude da massificação da *agitação*, pela cidade, coordenava-se um arranjo para a cedência de um carro-som de grande alcance, do MST, daí que se encontrava dedicado nessa incumbência ao lado de Luciano (jovem branco, com funções directivas no Sindicato dos Bancários, estudante de ciências sociais na UFRGS e filiado ao PT). Após as apresentações de praxe ambos desapareceram pela multidão. Foi nesta circunstância que conheci Bianca, jovem branca, estudante de arquitectura vinda do interior do estado e trabalhando num "escritório de projectos". Aproximou-se e pediu-me para partilhar o abrigo do meu guarda-chuva. A acolhi de prontidão, na verdade este espaço era de solidariedade, amizade e fraternidade entre todos. O evitamento, o estranhamento a desconfiança com os quais lido no meu quotidiano em Porto Alegre - principalmente por parte da população branca - são suspensos dando lugar à convivência partilhada, pelo menos ao longo dos protestos. Uma suspensão da política quotidiana de interrupção dos fluxos, e de segregação.

Bianca ofereceu-me um cigarro que com gratidão declinei, aceitando de seguida beber da sua lata da sua cerveja. Mostrou-se visivelmente impressionada³⁶ com a minha pronúncia. Após satisfazer sua curiosidade sobre minha origem e impressões da experiência no Brasil, comentou da grande probabilidade de suspensão do aumento da passagem ainda naquele dia, em decorrência duma acção judicial intentada por vereadores do PSOL. Conversamos sobre as pichações, sobre o quão carnavalesco a presença de algumas máscaras tornavam o momento (máscaras que antes eram adereços da *feira*, passaram a servir de ocultação de identidade com as reportagens da RBS TV e

³⁶ É recorrente ao falar pela primeira vez com alguém, a pessoa mostre entre estranheza ou impressionar-se com a minha pronúncia, e com muito custo, consigo convencer de que ela não é portuguesa, tendo considerável influencia das línguas Bantu, características do meio onde cresci. "*Miguel, tu fala português de Portugal!*" uma afirmação que aprendi a não rebater.

da Zero Hora e com a desconfiança do eventual recurso da polícia à vídeos para localização e identificação de manifestantes) e, principalmente sobre a criatividade, individualização e exercício de liberdade de expressão nos cartazes que além dos tradicionais dizeres contra o aumento da passagem, ostentavam "*RBS? nem pensar*", "*Globo ontem com a ditadura, hoje com a máfia do transporte*", "*Vem pra rua*", "*Pula roleta*", etc. uma diversidade que, de acordo com Damo (2013), vem do facto de que a partir dum certo momento das manifestações, cada brasileiro dentro e fora do país, sentiu-se no direito de eleger uma pauta e exibi-la nas ruas, o que tornava os protestos polifônicos e multifacetados.



Figura 15 - Manifestante ostentando cartaz em crítica à RBS e Tv Globo (Fonte: acervo pessoal)

Pouco tempo se passou, continuávamos a conversar e a praça ficava cada vez mais cheia, manifestantes gritando em frente à prefeitura que, desta vez, tinha as cordas de isolamento reforçadas. Nesse momento, começou a circular a notícia da revogação em virtude da "liminar do PSOL". Bem antes disso já eram visíveis as bandeiras amarelo-vermelhas desse partido no meio da multidão, tendo aumentado de número

após tal notícia. O carro-som, que já se encontrava estacionado do lado do Mercado, anunciou em alto e bom som na voz de Briza, jovem branco, militante anarquista do Assentamento Utopia e Luta e engajadíssimo activista dentro do "Bloco"; bradou que "devido a uma liminar conseguida pelos vereadores Pedro Ruas e Fernanda Melchionna do PSOL, estabeleceu-se judicialmente a suspensão do aumento". Briza repisou que se tratava duma "redução paliativa" e que o movimento deveria continuar até conseguir a redução para 2,60 reais e conquistar "o passe-livre para estudantes, desempregados, e povos indígenas quilombolas."

Fecharam-se os guarda-chuvas, deixaram-se borrar as cartolinas e suas inscrições, esqueceram-se da sensibilidade à chuva dos livros dentro das mochilas, celulares, carteiras, etc., todos procuravam aproximar-se do lado frontal da prefeitura, onde ao som da batucada do integrantes do Levante Popular da Juventude e quem quer que fosse que trouxesse algum instrumento, improvisava-se um ritmo e saltitava-se para aos gritos:

"Quem não pula

Quer aumento,

Quem não pula

Quer aumento!"



Figura 16 - Manifestantes celebrando sob forte chuva a suspensão do aumento da passagem (Fonte: Ramiro Furquim)

Todo mundo foi ao rubro, parecia a celebração dum gol de futebol simbolizando a derrota do inimigo, entregando-se às rajadas de chuva que começavam a ensopar os manifestantes que, sob olhar curioso da polícia e da Guarda Municipal, entusiasmavam-se e gritavam cada vez com maior vigor:

"Pode chover,

Pode molhar

Mais um aumento, eu não vou pagar!"

O potente som da viatura anunciou o início da passeata pelas ruas da capital, com privilégio para as vias que constituem a rotina de quem se utiliza do transporte público. Briza gritava que era importante mostrar a Porto Alegre que independentemente do tempo, a luta continua, que nada permanecerá como dantes. Pela Júlio de Castillo rumou-se até à terminal Parobé, com direito à uma paragem por baixo do camelódromo onde intensificou-se o canto e a dança. A mensagem que ia sendo

difundida pelo veículo cedido pelo MST fazia com que os "peregrinos" observassem alguns minutos de pausa nos cânticos, contrariamente às habituais sucessões e competições entre alguns grupos na interpretação musical ao longo das passeatas. Se por um lado era bom o longo alcance sonoro dessa viatura, por outro, entediava os "peregrinos" que dividiam o protagonismo com ela. Este facto está relacionado à forma com que os actos vinham sendo conduzidos: não tinham uma coordenação central, os manifestantes auto-coordenavam-se pese embora, ao longo das "peregrinações", o carro-som tomasse importância na coordenação do trajecto e na transmissão de algumas informações. Minha insistência na ideia de peregrinação não está relacionada com a conotação religiosa desse fenómeno, mas sim enquanto acto ritual eficaz na agregação e formação de unidades sociais tendo a capacidade de reunir formas recriadas em diversas situações e fins, desde os políticos, militares, pacifistas, religiosos, culturais ou subversivos, etc.

Nalgumas vezes, a disputa das várias propostas de cânticos vindas de diversos grupos espalhados ao longo da multidão era por vezes cacofónica, impondo-se que ao microfone alguém gritasse o som a entoar e que, de imediato, era abraçado pela multidão. Foi o que aconteceu na saída do camelódromo até se atingir a avenida Borges de Medeiros. A multidão gritava:

"O povo está na rua

Fortunatti,

A culpa é tua"

Ensopados, continuaram a caminhada com as habituais pausas para interagir e agradecer as pessoas que sinalizavam em apoio do alto das suas residências. Tomei meu caminho de regresso a casa quando o "*quem apoia pisca a luz*", foi substituído pelo:

"Vem, vem

Vem pra rua, vem

Quem é contra o aumento"

2.3 A Ampliação de Pautas e Integração de Novos Actores

[..] na realidade o movimento começou com a pauta do transporte mas ele se ampliou mesmo. A luta pelo transporte foi o estopim... que abriu o espaço para a população, a juventude enfim, fazer uma série de discussões... o transporte é uma coisa que expressa muito bem a relação das pessoas, ele mostra muito bem o que é a divisão do que existe hoje na cidade: tu tem o centro e o grande sector social que tá na periferia...nas grandes cidades as pessoas passam entre três a quatro horas nos ônibus e isso influencia toda a vida das pessoas... demonstra o que é a política, a relação que os políticos tem com os empresários porque, os empresários dos transportes financiam as campanhas de todos os políticos que estão no poder. Com toda essa demanda, o Bloco como uma organização que unifica a luta, a acção... a gente tinha que se reelaborar para abarcar nas nossas reivindicações o clamor popular. - Mateus

Se o "sacrifício" da Luane reforçou a unidade dentro do grupo, os incidentes com a RBS e o jornal Zero Hora, tal como a repercussão da "vitória do "Bloco" na revogação do aumento da passagem insuflou de ânimo os pulmões de seus integrantes, fortificando a convicção de continuidade com a "luta", libertando nas ruas o grito preso na garganta. Se o próprio feito e sua abordagem na imprensa nacional e internacional encheram de orgulho ao movimento, este não se prendeu aos festejos³⁷. Pelo contrário assumiu o carácter temporário da medida, decidindo aprofundar as demandas, indo para além da luta pela revogação do aumento, da exigência do Passe Livre para uma parcela da população.

Como já referido, foram alargadas as pautas passando a se exigir o Passe Livre para estudantes, trabalhadores desempregados, população indígena e quilombolas; transparência no transporte através da abertura imediata das planilhas das empresas

³⁷ Ver reportagens em <http://noticias.terra.com.br/brasil/cidades/porto-alegre-reduz-passagem-de-onibus-ja-nesta-6-jovens-comemoram,e32589fe067dd310VgnVCM5000009ccceb0aRCRD.html> e <http://zerohora.clicrbs.com.br/rs/geral/noticia/2013/04/manifestantes-comemoram-decisao-que-suspende-reajuste-da-passagem-de-onibus-em-porto-alegre-4096009.html> acesso em 11/03/2014

transportadoras; e realização de licitações³⁸, de modo a abrir espaço à concorrência; melhoria da qualidade do transporte público através do endereçamento do lucro dos empresários ao investimento nas frotas e sua segurança; o fim dos sucessivos aumentos anuais das passagens de ônibus; as denúncias ao Grupo RBS e exigência da regulação do sector de imprensa; exigência da desmilitarização da Brigada Militar bem como a denúncia de suas abordagens truculentas, a demarcação e titulação das terras indígenas e quilombolas, a denúncia do que chamam de "especulação imobiliária" etc.

Esta ampliação de pautas foi acompanhada de adesão e integração de novas entidades dentro do Bloco de Lutas como é o caso de várias entidades sindicais desde os correios, bancários, professores, rodoviários, associações de moradores residentes em ocupações, etc. Por outro lado, passou a ser visível a presença de adolescentes e indivíduos de idade mais avançada tanto nas manifestações como também nas assembleias, tomando a palavra e manifestando a sua indignação.

Essa indignação de inúmeras causas encontrou no aumento da passagem um aglutinador. Ao inserir em si o encarecimento e dificuldade de sustentação da vida urbana, o aumento da passagem teve reflexos imediatos que concorrem na precarização da situação quotidiana do cidadão comum, podendo daí se perceber o facto de motoristas de ônibus buzinares frequentemente no ritmo do protesto, pessoas acenando nas varandas (sacadas) das suas casas, taxistas também aplaudindo.

Justamente por se tratar duma reclamação concreta sobre uma questão com efeitos imediatos e quotidianos na economia das famílias, e não algo abstracto como por exemplo o fim da corrupção, a indignação contra esse aumento conseguiu mobilizações que entendem muitas vezes ter de recorrer à práticas de maior enfrentamento do que simplesmente o acto de andar pelas ruas, até porque trazem consigo lutas emergenciais integradas por causas que dizem respeito à própria sobrevivência. Assim, dos jovens e estudantes (os iniciais precursores dos protestos), adolescentes, população mais adulta e trabalhadores de diversos ramos agregaram-se ao Bloco de Lutas, fazendo o colectivo crescer ao mesmo tempo que articulava uma diversidade de demandas.

³⁸ É recorrente a indignação com o facto de não haver licitação há cerca de vinte anos em Porto Alegre para o ramo dos transportes.

É nesse sentido que Mateus (que recordemo-nos, jovem negro, estudante de História e militante do PSTU), fala da reconfiguração do "Bloco" com vista a abarcar a diversidade de reivindicações em emergência, pois na sua percepção a coalizão, além de ser a força mobilizadora, gozava dum massivo respaldo popular - aliás, uma ideia bem enraizada no seio do colectivo. Há que notar que o argumento do respaldo popular do *movimento* era mobilizado como um dos pilares na justificação de seus actos e reivindicações. Todavia, em muitos casos, a mobilização da categoria "popular" era retórica, uma vez que durante muito tempo as manifestações eram realizadas maioritariamente por jovens estudantes e residentes nas imediações da zona central e urbana de Porto Alegre.

2.4 A Instauração de Uma Nova Temporalidade

Se, como referido anteriormente, a assembleia inaugural de Janeiro, através de seus acordos, introduziu um "novo tempo" nas actividades quotidianas dos diversos colectivos e membros integrantes do "Bloco", que passaram a exercer diversas actividades nas ruas da capital em luta pela prevenção e posteriormente contra o aumento da passagem, com sua conquista veio o alargamento das demandas do movimento integrando novas pautas, novos colectivos e a ânsia de conquistar mais apoio dos moradores integrando cada vez mais os cidadãos da zona urbana e periférica do município.

Deste modo, alargaram-se também as actividades do movimento que investiu em estratégias ainda não experimentadas até então, como aulas públicas em espaços abertos (Mercado Público, praça da Matriz e Largo Glénio Peres) sobre o transporte público e viabilidade económica do passe livre. Houve actividades onde foram convidados como oradores pessoas como sindicalistas rodoviários e professores de economia e também houve uma jornada de palestras em escolas de ensino médio; showmícios e intensificação dos protestos. Grande aparato de aparelhagem sonora e outros equipamentos audiovisuais eram mobilizados nessas actividades que, por sua vez, também contavam com notável aparato de cobertura por diversos órgãos de imprensa.

Um uso inusitado do espaço público, uma inovação na forma de reivindicar que subvertia o curso normal das actividades habitualmente realizadas nesses espaços.

Por outro lado, a intensificação visível na regularidade dos actos e diversificação de seus trajectos com o objectivo de percorrer e abranger todas vias da cidade realizou-se obedecendo ao calendário do grupo que definiu dois dias semanais (geralmente Segunda e Quinta-feira) para, no fim de suas tardes, ocupar e percorrer as ruas, introduzindo desta forma também um "novo tempo" em Porto Alegre, passando a se designar coloquialmente a essas datas de "dia do bloco", "dia de manifestações/protestos". A designação émica dos meus interlocutores era "dia de *luta*" ou "dia de acto".

Em dias de *luta*, as principais vias de acesso da capital viam-se bloqueadas, com restrições ou condicionadas ao trânsito. Frotas do transporte público passaram nalguns casos a ser suspensas ou desviadas, obrigando desta feita aos trabalhadores, estudantes e a moradores da zona central bem como a população, no geral, a reestruturar suas agendas em actividades diárias em virtude da escassez do transporte público e consequente ausência de ligação rodoviária entre o Centro e as demais zonas metropolitanas. Ao longo do tempo, fora das habituais destruições de vidros de estabelecimentos bancários, passaram a se registrar arrombamentos e saques ou sabotagem a lojas de electrodomésticos, vestuário e de venda de celulares cuja estratégia preventiva empregue pelos proprietários foi a montagem de grandes tábuas de madeira (tapumes) que nem sempre resistiram às abnegadas investidas dalguns manifestantes. No lugar das vitrinas iluminadas, as lojas e demais estabelecimentos do Centro Histórico exibiam nos tapumes o medo de prejuízo material dos seus proprietários.

Espalhado o medo, o grosso do comércio passou a encerrar antes do previsto no horário normal do comércio na capital, permitindo também aos trabalhadores a possibilidade de conseguir transporte público de regresso á casa. Tornou-se comum ver lojas encerrando a função a partir das quinze horas, paradas superlotadas e intenso movimento de "retirada" das zonas próximas dos lugares de realização dos protestos. Sendo que por volta das dezassete horas e trinta minutos o centro experimentava uma calma comparável apenas a dos domingos. Em contraste com esse movimento de

"retirada" do centro, destacavam-se os manifestantes que aos cânticos em pequenos ou grandes grupos, com bandeiras, cartazes e instrumentos musicais dirigiam-se à prefeitura, local de encontro e partida das passeatas. Então, assistiu-se a uma emergência de fenómenos que irrompem alterando o curso das actividades dos habitantes, trabalhadores, comerciantes etc; uma subversão do quotidiano que se manifestou no carácter de excepção introduzido por esses fenómenos no Centro de Porto Alegre. Por outro lado, integrantes do Bloco de Lutas apontaram que esse esvaziamento do centro contribuía para facilitar a repressão policial, já que a altura do horário do acto, 19h ou 20h, praticamente apenas manifestantes se encontravam naqueles espaços.

Obstinados a lutar contra o sistema que engenhosamente os integrava e os excluía da tomada de decisões sobre seu próprio quotidiano, um sistema no qual as artimanhas institucionais prosseguiam legislando sem auscultá-los, estes manifestantes, que passaram a contar com a companhia de sectores que mesmo não se identificando com as demandas do "Bloco" acorreram massivamente às ruas com suas próprias pautas, foram recebidos a cacetetes e bombas de gás lacrimogéneo pela polícia.

Os manifestantes estavam impossibilitados de se confrontar aberta e claramente com a polícia em virtude da ilegalidade a que incorriam e também pelo desequilíbrio de forças no sentido de que os manifestantes não possuíam arsenal bélico tão sofisticado quanto é o equipamento repressivo policial. No entanto, acções estratégicas e premeditadas foram empregues, como é o caso de provocações, sabotagem, arrombamentos e saques em estabelecimentos comerciais, destruição de semáforos, incêndios de latas de lixo (por alguns grupos ou indivíduos) e ocupação ou bloqueio de principais vias de acesso em hora de ponta, comprometendo toda a circulação pelo caos lançado.

Neste sentido, passou a ser comum que, ao amanhecer as ruas usadas pelos manifestantes em noites de protestos exibissem sinais de destruição. Desta feita, as tardes e noites de terça e quinta-feira tornaram-se distintas dos demais dias semanais para a polícia, para os comerciantes, para os manifestantes, para a imprensa - que passou a dar cobertura ao vivo dos protestos (uma espetacularização dos protestos nas emissoras televisivas) - e para a população portoalegrense no geral. A demarcação

dessas datas em função das actividades levadas a cabo enfatiza um momento específico no fluxo da vida social e delimitação da abrangência dos protestos que são tidos como *actividade* e não âmbito, esfera ou domínio na vida da população. Assim as manifestações, à semelhança da teorização de Texeira e Chaves (2004), ganharam uma temporalidade socialmente significativa onde se destacaram e influenciaram no quotidiano da cidade.

Há que se destacar que essa espécie de subversão do quotidiano, apesar de criar alguns prejuízos ao cidadão comum, decorreu de acções dirigidas ao Estado e manifestam um modo não institucional de fazer reivindicações ou demandas políticas. Tais protestos podem ser encarados como componentes do próprio jogo democrático. As interpelações do Bloco de Luta às autoridades estatais podem ser vistos como parte da política; são políticos pois as pessoas que delas (as interpelações) participaram estavam exercitando a política e participando de suas disputas, nesse caso dirigidas ao direito à cidade e aos modos de gestão da vida urbana (Ghon, 2012).

2.4.1 A Rotinização da "Luta": Relações Improváveis e Violência

Porto Alegre já não era a mesma. Seu inverno rigoroso não era suficiente para aprisionar a juventude no conforto de suas casas. As ruas pareciam mais quentes. Quentes de acção, quentes contêiners ardendo, quentes de ruas bloqueadas, quentes de esquadrões policiais em intensas actividades, quentes de estabelecimentos comerciais destruídos, quentes de avenidas vazias, quentes de milhares de indivíduos aos gritos e destemidos do frio ou da acção policial. As manifestações, os conflitos com a polícia, as destruições de propriedades e tumultos tornaram-se um estado de coisas quotidianas e permanente, a violência usada como um dos veículos primordiais da contenda, tornando-a um dos padrões de conduzir a política por outros meios.

Como tenho vindo a repisar, ao longo do tempo e com a regularidade dos actos (que em muitos casos continham acções que desafiavam os limites da legalidade, embora dotadas de forte carácter expressivo), as manifestações promovidas pelo Bloco

de Lutas continuavam adquirindo uma adesão cada vez maior e que ia para além das mobilizações e simpatias instigadas pelos seus colectivos integrantes. Com variado reportório de formas rituais - festa, peregrinação parada militar, comício político, procissão, espectáculo, carnaval, etc (em suma, um potencial de agregação social) - o que antes eram protestos coordenados e organizados por uma coalizão de colectivos e jovens de orientação à esquerda, com esses elementos aliados à intensa cobertura da imprensa, além do crescimento do capital simbólico do grupo, amplificaram-se as vozes e pluralizaram-se as reivindicações específicas de cada indivíduo (o que já era comum ao grupo).

Estes esforços do "Bloco", visavam levar as autoridades a reconhecer suas demandas como questões de ordem pública. De qualquer forma, o modo como essas demandas deviam ser encaminhadas não era claro, uma vez que foi vetada qualquer possibilidade de diálogo entre o movimento e as autoridades (o argumento central era de que o colectivo se opunha a qualquer tipo de institucionalização; além de que representantes só se sentam com representantes). Todavia, o entendimento sobre a dinâmica da administração municipal e pública foi-se fortificando tanto pelo ingresso ao movimento de novos membros pertencentes a diversos sindicatos de trabalhadores (rodoviários, professores, correios, bancários, municipais etc), como também pelo acesso a novas propostas em circulação, podendo ser internas ou externas ao movimento, além do próprio acúmulo de experiência no processo de *luta*.

Como tenho evidenciado, o *movimento* era maioritariamente formado por estudantes do ensino secundário, de graduação e de pós-graduação, militantes de partidos que geralmente têm formação política interna dentro dos mesmos, colectivos anarquistas com uma diversidade de formações e aproximação literária com várias vertentes do socialismo, sindicalistas³⁹, bem como professores; uma população urbana que empresta médio ou até alto capital social ao movimento.

³⁹ A título de exemplo, o SindBacários, realiza anualmente formação sindical com enfoque nas revoluções e regimes marxistas. A FAG e outros colectivos anarquistas têm um grande histórico de formação, tendo-se visto alvo de buscas e apreensões de seu material literário pela polícia por considerá-lo subversivo.

Ao longo do tempo, adolescentes, jovens e adultos com as mais variadas profissões e origens passaram a engrossar as passeatas nas ruas que, apesar de continuarem maioritariamente dominadas por indivíduos brancos residentes do Centro, observaram um crescente número de negros, pardos e também o estereotipado "mano da periferia", designação recorrentemente usada em alusão aos jovens trajados de boné, moleton, calças jeans e ténis (geralmente negros ou pardos), reconhecendo-lhes sofrimento de longo histórico quotidiano de repressão, subjugação e truculência policial. Era comum ouvir dizer em assembleias que, quando finalmente se conseguisse mobilizar esta juventude, o "*quebra-pau vai sê pra valê*", fazendo-se assim uma distinção hierárquica entre as acções promovidas pelos colectivos anarquistas ou individuais ao longo dos actos, comparativamente às acções atribuídas à "galera da periferia". Assim, esta juventude, sua proveniência e sua experiência quotidiana passaram a ser mobilizados como enorme artefacto discursivo na explicação, justificação ou tentativas de compreensão dos novos contornos dos protestos dentro do debate interno do Bloco.

A ampliação do perfil de participantes, porém, também conformou uma série de desconfianças em relação às possibilidades de infiltração dos serviços de inteligência policial - "os chamados P2", de movimentos neo-nazistas ou de alguns elementos da direita que se supostamente se aproveitariam da multidão para "vandalizar" em prejuízo do *movimento*, conduzindo desse modo à sua reprovação social. Esses actos eram vistos como actos exteriores ao "Bloco" e devidamente arquitectados com o fim de prejudicá-lo. Podemos entender este ponto ao considerar que, apesar do "Bloco" ser de orientação de esquerda e as reivindicações da manifestação serem de cunho de esquerda, nem todos os que passaram a frequentá-las eram de igual orientação. Como escreveu Sakamoto sobre os actos em São Paulo:

"Grupos conservadores se organizaram na internet para pegar carona nos atos. Lá chegando colocaram as mangas de fora com suas pautas paralelas (...) após a revogação da tarifa isso ficou bastante evidente. Estavam aos milhares formando uma chata, ruidosa e violenta minoria. Com um discurso que cola fácil, fez adeptos instantâneos. Parte usava o verde-amarelo lembrando os divertidos e emocionantes dias de futebol com os amigos em que se pode ver os jogos da copa do mundo.

Engana-se porém quem afirma que essa era uma massa fascista e uniforme. Havia, sim, um pessoal de ultradireita que enxerga comunismo em um ovo e estava babando de raiva, louco para derrubar um governo (...). Essa ultradireita se utiliza de violência física e de intimidação como instrumentos de pressão: por menos numerosa que seja, provoca sustos. Eles estão entre os mais pobres, mas também, entre os mais ricos - com acesso a recursos mediáticos e dinheiro. Sua saída do armário e ataques aos manifestantes ligados aos partidos, foi bem consciente" (Sakamoto, 2013, p. 97)

A descrição acima, apesar de ter sido feita em São Paulo, revela aspectos importantes também dos actos acontecidos em Porto Alegre: convivência entre grupos com posições ideológicas contrastivas, classes e pertencimentos étnico-raciais diferenciados. Esta configuração, por um lado, aumentava a heterogeneidade das acções e, por outro lado, ampliava sua visibilidade pública. Como especifiquei anteriormente, em Porto Alegre, o perfil dos manifestantes foi gradualmente ficando mais heterogéneo, reunindo-se em marcha diversas expectativas, ideologias, objectivos e anseios por vezes conflituantes. Se antes havia maior coordenação "controle" e solidariedade entre as centenas de pessoas que se faziam à rua, doravante nenhum esforço permitia exercer tal controle em milhares de manifestantes cujo móbil⁴⁰ de adesão podia ser a simpatia à luta pela causa do transporte público, ou outras origens incertas e obscuras.

As posições defendidas nos acesos debates recorrentes em vários fóruns online e comentários nas notícias sobre os protestos nas páginas dos jornais locais saíram do espaço virtual para a rua, nos cartazes dos manifestantes que, sob gritos ou cânticos inflamados, destoavam das posições de pessoas ou grupos ao lado. Isso evidenciou-se no avançar dos actos de Maio e posteriormente Junho, quando indivíduos sem qualquer ligação ao Bloco de Lutas passaram a fazer parte dos protestos e, desconhecendo ou desrespeitando os acordos e encaminhamentos das assembleias que decidiam os temas e

⁴⁰ Em vários casos conversei com jovens que diziam estar no protesto porque os amigos contaram que era divertido e estavam cansados de ficar em casa vendo pela tv; outros achavam que era necessário apoiar, estar na rua para acabar com o desrespeito dos políticos; outros queriam "zuar"; uns eram contra a sociedade capitalista e machista, abominando Feliciano e a sua "Cura Gay"; outros queriam se solidarizar com o movimento e com as pessoas mais humildes que sofrem diariamente com a corrupção no país; outros afirmavam ter começado a se juntar depois que viram na TV o quebra-quebra, e estavam ali para isso; outros queriam "puxar um baseado" com a galera e "olhar" a manifestação; outros ainda eram contra os partidos que em sua opinião são a origem dos graves problemas políticos do Brasil etc.

pautas de cada acto, traziam consigo pautas e modalidades de acção próprias - tais indivíduos eram chamados de *coxinhas*.

De modo a prevenir actos de desordem pública, diversos esquadrões policiais (cavalaria, choque, civil etc.), passaram ostensivamente a rondar as ruas da cidade, abordar e revistar pessoas principalmente nas ruas que levavam aos pontos de concentração para a partida ou realização de manifestações. Objectos estranhos ou suspeitos como artefactos considerados pela polícia como passíveis de ser usados para quebra de vidraças, arremesso contra agentes de segurança pública (pedras, barras de ferro e de madeira etc) eram-lhes retirados.

De facto, a consolidação dos "dias de *luta*" trouxe consigo a intensificação da intervenção policial com uso desproporcional de força (uma máquina de guerra), o que tornou a acção policial um dos principais alvos das demandas nas ruas. Vale notar que desde o Defesa Pública da Alegria que terminou com a queda do mascote da copa do mundo e grande repressão policial em Outubro de 2012⁴¹, instaurou-se um clima de tensão e hostilidade entre manifestantes e as autoridades. Acusações de truculência, necessidade de desmilitarização e protecção aos interesses e propriedade privada burguesa, são algumas reclamações que acompanharam os gritos e provocações dos manifestantes ao longo dos actos.

Gás lacrimogéneo, armas não letais, cacetes, spray de pimenta, diversos contingentes policiais, agressões e muita repressão passaram a fazer parte das ruas por onde passavam os manifestantes. Se por um lado alguns destruíam propriedades, provocavam e procuravam enfrentamento com a polícia, outros havia que mesmo reconhecendo os excessos policiais, se opunham ou temiam qualquer acção provocadora às autoridades, repugnavam e apupavam os actos de destruição e ataques de propriedades. Outros ainda, embora não participassem das provocações e destruições, incentivavam com ovações aos que integravam tais iniciativas.

⁴¹ Evento relatado na primeira parte do trabalho. Para mais informações ver Silva (2013).

Apesar de na primeira fase a imprensa⁴² tê-los chamado indiscriminadamente de vândalos, baderneiros, marginais, bandidos, criminosos e favelados, os cartazes, os cânticos, as danças, as sátiras e as demandas mostravam que os protestos vinham de um amplo contexto de insatisfações com a conjectura social e política, e sendo assim, os sectores populacionais presentes nas manifestações, eram diversos e diferenciáveis com vários *status* do que a parcela isolável e localizável dos provocadores da polícia e destruidores de propriedades.

Ignorou-se também que a composição dos protestos era de pardos, brancos, negros, adolescentes, jovens, adultos, estudantes (que se articulavam nas escolas e universidades trocando informações e estímulos mútuos em torno dos protestos), funcionários do município, dos correios, rodoviários, professores, membros de organizações partidárias, ambientalistas, anarquistas, activistas de diversas causas, os "sem bandeira" e curiosos que se juntavam com antecedência aos demais e reuniões privadas ou públicas para organizar acções políticas conjuntas e debater sobre a situação de então. A ocorrência de pouquíssimos actos de saque, e os relativamente recorrentes actos de destruição de propriedades etc, não devem levar à generalizações encobrando o envolvimento de uma complexa variedade de segmentos populacionais. Menosprezar tais actos, acusando seus participantes de se tratar de vândalos ou marginais e, portanto, distantes das principais parcelas da população, traduz-se num conservadorismo que negligencia a agência dos indivíduos.

Por outro lado, deve-se considerar que, sendo actos públicos, podia haver oportunismo, onde indivíduos isolados, não interessados no protesto em si, tenham se misturado à multidão premeditadamente com intenção de saquear ou realizar alguns arrastões⁴³. De qualquer forma, é também preciso observar que muitos casos de provocações aos agentes policiais, ataques e quebra de vidros de certos estabelecimentos, eram actos criteriosamente combinados e colectivamente levados a

⁴² Refiro-me aos sectores hegemônicos da imprensa local, pois, outros órgãos de informação com menor expressão, cedo cobriram as manifestações sem catalogar os protestantes de vândalos e baderneiros.

⁴³ Foram recorrentes relatos de realização de actos de arrastões no centro de Porto Alegre durante as manifestações do mês de Junho.

cabo, como foi o caso do ataque à Associação dos Transportadores Públicos cujos vidros foram completamente destruídos; o depósito de esterco de cavalo e boi na entrada da sede do grupo RBS, ou nas tentativas de sabotagem do desfile militar no dia 7 de Setembro. São alguns exemplos que também mostram o carácter "intencional", direccionado e multifacetado dalgumas acções que não devem ser vistas como irracionais, caprichosas, momentâneas e sem carácter político, ou por outro lado, como perpetradas por vândalos, criminosos e favelados.

Em assembleias do bloco, as quais descreverei no capítulo a seguir, o assunto da posição do Bloco frente a tais acções foram discutidas. Quando se decidiu em assembleia em Maio que os indivíduos pacifistas deveriam respeitar o modo de externalização da indignação dos que optassem se manifestar com o uso da força e estabeleceram-se regras em termos dos "alvos a atacar", engrossou o número de jovens vestidos de preto e encapuzados procurando enfrentamento com a polícia, fazendo pichações em diversos edifícios, e destruindo certas propriedades. Estabelecimentos bancários, lojas de grandes redes de grupos comerciais, montadora e vendedora de automóveis, multinacionais como o caso da McDonald, enfim, alvos específicos considerados como representantes do grande capital económico, foram *seleccionados, frequentemente e isoladamente* atacados em detrimento de outros estabelecimentos comerciais ao seu lado. A banca de jornais, a pequena churrasqueira, o mercado do pequeno comerciante e inclusive lojas com produtos de grande valor monetário mas sem ostentar nomes famosos no cenário comercial, eram deliberadamente deixadas intactas. Esses elementos mostram uma atenta racionalidade política sendo formada e conformada em acções práticas e não eventos irracionais de violência.

De toda forma, um novo repertório de práticas - as acções violentas de saque e destruição - passaram a fazer parte da *luta*, sendo efectuadas a partir de focos locais de protesto, motivados pelas acções rigorosamente violentas das forças da ordem e acentuando uma reacção e um debate público sobre a legitimidade de certas formas de protesto. Creio poder se entender tais factos à luz da análise avançada por Tambiah (1976) no estudo do conflito etnonacionalista no sul da Ásia, no qual propõe que os saques, as destruições selectivas de propriedade constituem aspectos essenciais e repetitivos desses tumultos, relacionando-se com as pressões e objectivos de

equiparação económica e social. Em Porto Alegre, os ataques e destruições aos grandes símbolos do capitalismo como bancos e certos estabelecimentos comerciais além de reflectir simbolicamente uma insatisfação e saturação com o sistema capitalista, espelham também o desejo do nivelamento social na medida em que o considerado grande comércio é "destruído", deixando-se intacta a loja vista como do pequeno comerciante. Todavia, há que salientar que os protestos em Porto Alegre, não resvalaram em violência colectiva. Como tenho insistido, tratou-se de focos isolados e localizados de confrontos situados com forças policiais, e premeditados ataques com destruições de propriedades previamente seleccionadas, obedecendo à um determinado critério.

2.5. Tensões e Conflitos em Torno dos Modos de Protesto

Situações de confronto não se cingiram unicamente às já relatadas pelejas com a polícia em isoladas "batalhas campais" pelas avenidas centrais de Porto Alegre. Quando o Bloco de Lutas optou na alternância do modelo "protesto peregrinação" e realizou um acto de características culturais na noite de quinta-feira 20 de Junho ocupando a praça da Matriz (importante espaço político da capital pela reunião dos principais edifícios dos três poderes), também observaram-se entre os presentes situações de confronto e violência entre os próprios participantes.

Mesmo com os habituais cânticos e gritos de ordem, este protesto tinha a diferença estrutural de ter um palco com som montado, no qual artistas locais apresentavam-se ao público que, contrariamente às habituais passeatas, onde este desempenhava importante papel, desta vez viu-se numa posição subalterna, vendo e ouvindo todas actividades sendo levadas a cabo do alto do palco (um sentido vertical que destoava de todo trajecto horizontal do movimento). Ouvir, cantar e aplaudir ao ritmo dos oradores que detinham a exclusividade do microfone e protagonismo, aproximava o evento à um comício ou espectáculo.

A autonomia, a interactividade e liberdade de criar e inovar ao longo dos actos entre os manifestantes, desta vez era muito reduzida, o que causava estranheza entre os presentes. Da horizontalidade das passeatas, observou-se neste acto uma hierarquia que

centralizava as acções no topo do palco, secundarizando o público. Tal facto foi também notado pelos próprios organizadores que ao ouvir alguns gritos de descontentamento e apupos a determinados artistas, reclamando-se por "mais protesto e menos festa", empenharam-se em explicações.

Com um discurso algo exasperado, Briza, pediu a atenção dos presentes recordando que *"desde Janeiro que o Bloco começou na rua com pequeno número de manifestantes que foi crescendo e tendo conquistas como foi o caso da redução da passagem"*. Era importante respeitar os artistas que se apresentavam pois, *"eles estão sofrendo de igual forma as arbitrariedades de Fortunatti que vendeu o espaço público aos empresários"*. Por outro lado, chamou atenção ao facto de aquela ser *"uma ocupação dum espaço simbólico, com vista a chamar atenção ao governador e outros poderes públicos para a violência policial que tem pervertido as manifestações que nos últimos dias vem terminando com fortes ataques e repressão"*.

Tratava-se de fazer uma denúncia contra o que se considera perseguição da Brigada Militar que, na semana anterior ao evento em relato, invadiu o espaço cultural anarquista Moinho Negro, que posteriormente se estendeu à invasão da Federação Anarquista Gaúcha (FAG), Assentamento Utopia e Luta, bem como as casas de membros dos colectivos integrantes do *movimento* em Porto Alegre. Livros, computadores e celulares foram apreendidos numa clara demonstração de arbitrariedade. Vários activistas estavam sendo acusados de formação de quadrilha⁴⁴. Assim além de pedir a desmilitarização da polícia, consideravam os organizadores de importante estar ali e exigir o fim imediato da criminalização dos que lutavam".

Este apelo foi seguido de testemunhos de jovens que sofreram brutalidades policiaes ao longo dos actos, tendo alguns ficado presos, outros que viram suas casas ou organizações invadidas pela polícia. Declarações de representantes de populações removidas e áreas abrangidas pelas obras da copa e, outros ocupantes doutros espaços, foram também acompanhados com especial atenção. Horas depois quando uma banda se

⁴⁴ Diversos integrantes do Bloco de Luta relataram ter recebido visitas e chamadas da polícia, não sabendo como esta adquiriu seus endereços e contactos. Outros afirmaram estar a ser acusados de vandalismo, formação de quadrilha ou outros actos de delinquência, o que em sua opinião era uma clara intimidação e forma de silenciar e reprimir a luta popular.

apresentava, um grupo considerável de manifestantes na plateia, além de vaias aos artistas, elevou o grito "*protesto não é festa*" que foi reproduzido por outra parcela de indivíduos. Alguns grupos abandonaram o local, tendo-se envolvido em confrontos com a polícia que interditara algumas ruas. Nessa noite, o edifício onde residia o prefeito (prédio com cerca de quinze andares) teve vidros quebrados e, a intervenção policial provocou uma debandada, tendo sido uma noite muito violenta no centro e na Cidade Baixa, onde alguns grupos de moradores munidos de bastões e demais objectos, protegiam suas propriedades⁴⁵ de eventuais ataques. Relatou-se alguma tensão entre moradores e alguns grupos de manifestantes. Os actos seguintes retomaram o habitual modelo de peregrinação e, naquilo que ficou conhecido no país inteiro como "jornadas de Junho", prevaleceu a presença de milhares de protestantes nesses eventos.

Talvez seja importante mencionar aqui também que uma das grandes críticas ao Bloco e/ou focos de tensão acerca de seus modos de construção da política era a defesa do Passe Livre apenas para alguns sectores da sociedade (compartimentando e segregando outros sectores). Assim, tal como alguns apregoavam nos debates da internet, passou a ser comum ver nos actos cartazes com inscrições "*Passe Livre para todos*" ou outras ideias exteriores ao movimento como "*Abaixo a corrupção*", "*Sem Partidos*", "*O Gigante acordou*", "*Manifestar não é destruir o património histórico da cidade*" (em alusão ao ataque ao edifício da prefeitura), "*Sem vandalismo*", etc. Em resposta, sectores ligados ao "Bloco" elaboraram também cartazes em que se podia ler "*Não somos a marcha da família*", "*Enquanto dormiam, a gente lutava*", "*Você assistiu, nós derrubamos o aumento*", "*o PCC e Mensaleiros, também são contra a corrupção*" (querendo com isso mostrar que a luta contra a corrupção não era pauta do movimento, pois este a considerava uma pauta vazia⁴⁶), "*Não acabou 1964?*", e "*Vândalo é a tua mãe*" etc.

⁴⁵ E noites anteriores, viaturas e foram indiscriminadamente vandalizadas e moradias pixadas.

⁴⁶ Retomo este ponto na abordagem das assembléias e seus debates.



Figura 17 - Manifestante segurando cartaz em acto no Largo Glênio Peres
(Fonte: acervo pessoal)

Estas disputas chegaram mesmo a agudizar quando alguns grupos optavam em atacar alguns alvos como lojas, bancos, containers de lixo, semáforos, quiosques, viaturas estacionadas na rua, fazer pichações ou soltar potentes rojões que pelo barulho confundiam-se com potentes armas ou explosões de gigantescas proporções. Nisto, ouviam-se vaias, gritos contra vandalismo e inclusive em vários casos outros grupos tentaram agredir quem praticava tais actos. Uma repressão à expressão. Não obstante, estes eram actos isolados que não eram observados pela maioria da multidão, como em entrevista me explicou Briza:

Antes de rebentar no Brasil e em São Paulo, a gente já tinha actos com 15 mil pessoas na rua em Abril e Maio... é uma massa que ninguém a dirige. Tu cria uma referência, aponta um lugar, mas o que acontecia na frente da marcha as pessoas que estavam no meio não sabiam, e quem estava no fundo da marcha não sabia... outros grupos organizados e indivíduos também se somaram e a marcha ganhou um corpo próprio. Aí não tinha mais "ah o planeamento do Bloco foi esse", tu planejava algo e a massa explodia de outra forma. É um

processo de aprendizado. A nossa geração nunca teve a presença duma manifestação massiva. Ouvimos falar da década de 80, da Argentina, de 2001, dos estudantes no Chile, mas nós no Brasil não tínhamos essa experiência. Como é que tu desenvolve um processo sem ter experiência nesse sentido? Agora já sabemos como acontece o comportamento quando há uma multidão de pessoas e podemos intervir de forma a dialogar com essa população...

De facto as manifestações eram "feitas em acto" no sentido de que cada dia tinha pautas, planeamentos e trajectos preestabelecidos em assembleia e as situações "anómalas" que sucediam no terreno eram amenizadas ou controladas e posteriormente levadas para assembleia que passou a se deter para além das questões ideológicas, nas questões práticas que ocorriam nos protestos. Nem o acúmulo de experiência com passeatas de milhares de pessoas e os imprevistos que ocorriam permitiam ao Bloco conduzir sem sobressaltos as novas pessoas que se juntavam aos protestos, trazendo consigo formas próprias de agir, como afirma em entrevista Dário:

...aí a coisa ganhou repercussão pelo Brasil e tudo começou a crescer, a crescer numa proporção que de repente todo mundo veio pra rua e acabou atropelando o Bloco. Aí, o Bloco já não tinha controle das manifestações de Porto Alegre...teve essa grande disputa na mídia, de quem eram as manifestações? Uma mídia que num primeiro momento nos ignorou, fingiu que a gente não existia, no segundo momento nos criminalizou, disse que a gente era vagabundo e que atrapalhava o trânsito...e antes de qualquer vidro ser quebrado já diziam que a gente era vagabundo e que tinha de ser preso, espancado porque atrapalhava o trânsito. Depois que viram que a gente ganhou o clamor popular, nos chamaram de novos caras pintadas, a nova juventude que está na rua, no seu direito... a VEJA muito cinicamente fez uma capa: começou contra o aumento da passagem, agora é contra a corrupção", num claro desvio do foco da manifestação. A gente acabou tendo que fazer essa disputa pela razão porque a gente via que essa dispersão de pauta é muito perigosa...é uma maneira de esvaziar o movimento e não focar em nada...

Creio que as palavras de Dário mostram, de um lado, o sucesso do próprio movimento nas suas formas de visibilidade pública e congregação de simpatizantes e, de outro lado, os perigos dessa própria ampliação de públicos e pautas. O medo de

esvaziamento do movimento, perda de foco, instrumentalização dos protestos para fins variados e, sobretudo, a perda de uma unidade de ação almejada e incansavelmente reiterada nas assembleias - como veremos no capítulo seguinte - tornou-se um efeito inesperado da própria *luta*.

2.5. Em fecho: a cacofonia sinfónica

O Bloco de Lutas criou semanalmente factos e notícias através dos enfrentamentos com a polícia, a conquista da redução da passagem, a persistência com as manifestações com sol ou chuva, a paralisação do centro da cidade, a aparição de seus membros em declarações nos diversos canais mediáticos, o bloqueio de algumas vias de extrema importância, as manchetes na imprensa; canalizando assim para si o potencial de agregação simbólica dos protestos baseados num fenómeno tão enraizado como são as peregrinações. Além de se mostrar aos moradores pela ocupação dos espaços públicos, a eficácia dos protestos consistiu no seu reconhecimento e apoio público, substrato capital na luta do movimento e grande artefacto político na retórica de interpelação às autoridades.

Os meses de Maio e Junho, trouxeram a intensificação e ampliação dos protestos vivenciados no quotidiano dos brasileiros. As manifestações tornaram-se visíveis não apenas aos próprios participantes e pessoas que, por suas profissões, locais de moradia, interesses directos ou mesmo curiosidade, vivenciavam-nas corporalmente. Na televisão, rádio, internet e jornais, o assunto era descrito, debatido, reflectido a partir de ângulos diversos e, como afirmavam alguns participantes do *movimento*, transformado e esvaziado a partir de acusações e rótulos tão diversos como de vandalismo e de juventude "cara pintada". Pode-se dizer que os conflitos não se faziam mais apenas nas ruas; tratava-se também de uma luta simbólica em meios de comunicação participavam activamente, ao formularem imagens e interpretações sobre os eventos.

Apesar da revogação do aumento da passagem, a mobilização cresceu nas ruas de Porto Alegre. Como sugeri ao longo deste capítulo, isso pode ser entendido em parte devido à instauração de uma abordagem criminalizadora feita pelos grandes meios de

comunicação locais, os quais já tinham um histórico de clivagens com os colectivos da capital. A ausência duma centralidade ou hierarquia permitia que os indivíduos se articulassem com criatividade, implementando suas próprias formas de expressão nas quais eram mobilizadas concepções individuais, tornando os actos plurais, multifacetados e até contrastivos. Esse facto pode ser entendido como decorrente da característica principal dos precursores das manifestações em Porto Alegre - o Bloco de Lutas - que pauta-se pela aversão à representatividade e à institucionalização, o que não deixou de trazer complexidades para a condução do próprio *movimento*, como vimos acima nas palavras de Dário.

Em decorrência do crescimento da mobilização e da diversidade de formas de protestos implementadas pelo Bloco de Lutas, a zona Central de Porto Alegre adquiriu um carácter de excepção e uma nova temporalidade alterou o curso normal das actividades. Uma subversão do quotidiano caracterizado por uma nova existência na cidade, na qual os protestos, a violência tornaram-se um estado quotidiano e permanente de coisas. Actividade comercial funcionando em tempo diminuto, vias de acesso condicionadas ou bloqueadas, lojas saqueadas e destruídas, ônibus retirados de circulação em prevenção de ataques, enfim, um tempo no qual a violência rotinizada modelou o espaço urbano. Rotinização essa que é a marca do quotidiano daqueles que se utilizam do transporte público.

Esta ruptura temporal ficou acentuada com o surgimento de unidades designadas por Black Block⁴⁷, em aceitação de suas práticas quando conflitos e agressões policiais tornaram-se permanentes em alguns protestos entre Maio e Junho. Vestidos e encapuzados de preto, indivíduos tomavam principal protagonismo quando o momento fosse de quebrar vidros, atacar propriedades e enfrentar a polícia. Actos comumente condenáveis no quotidiano como pichações, destruição de containers de lixo, quebrar vidros e montras de certos estabelecimentos, sabotar semáforos, passaram a adquirir uma leitura própria, como mostra Dário

...os cara fala em depredações, depredações...até parece né? na verdade foram algumas janelas

⁴⁷ Os Black Block não participam do diálogo e do processo de construção estabelecido nos debates organizados pelo Bloco de Lutas. Sua aparição é apenas ao longo dos protestos.

quebradas e alguma tinta artística do grito oprimido em algumas paredes de Porto Alegre que tu sabe, é uma cidade muito provinciana e a galera se assusta com tudo... a galera está politizando a pichação e quebra de vidro... é vidraça quebrada com fins políticos, só isso...

Creio que o objectivo alegado por Dário, ajuda a compreender que indivíduos pratiquem tais ataques ou destruição de propriedades, pichação e enfrentamento com a policial, retornando posteriormente à multidão que os acolhia em unidade e solidariedade, dificultando assim sua identificação. Apesar da condenação destas acções no quotidiano, a temporalidade ritual atribuiu-lhes um carácter especial no qual elas integram uma causa política considerada justa, não criando deste modo qualquer remorso ou reprovação tanto no praticante, como no na colectividade que o acolheu. Emerge uma excepcionalidade na qual sob a máscara, o indivíduo escapa da sua identidade, ganhando anonimato e assim, seus actos apenas o representam a si.

Dotadas de forte carácter expressivo, essas acções, tal como os cânticos, gritos de ordem, as danças e as sátiras, inscreveram-se em reportório de formas e práticas da cultura pública presentes no quotidiano de Porto Alegre e do país, na imprensa, nas festas, nas gangues, nos estádios e suas claques, na grande política etc, sendo aqui imitados, invertidos, parodiados, enfim adaptados mediante possibilidades dramáticas e comunicativas concretas, pelos manifestantes (Tambiah, 1985, Peirano, 2001, Chaves 2001 e Damo, 2013).

Foram eventos plurais, polifónicos e multifacetados que, longe de indicar uma descoordenação, ausência de sentido colectivo, ou irracionalidade; são enriquecidos por proporem práticas e concepções norteadas por lógicas de ruptura com as ideias ou ideologias hegemónicas, empregando estratégias de acção - a acção directa - pouco convencionais e deveras abominadas pelas elites políticas e sectores sociais conservadores.

A pluralidade e polifonia presentes na *luta do movimento* tornavam os protestos cacofónicos na medida em que a liberdade individual na escolha das formas de protesto trazia uma imensidão de acções, comportamentos, objectivos etc. ao longo da manifestação; ao mesmo tempo sinfónicos, pois os manifestantes, numa primeira

instância foram movidos por uma insatisfação relativa a uma questão concreta que é a pauta do transporte público em cuja reivindicação não havia privilégio de formas centralizadoras e unificadoras de expressão de indignação. Eram ainda sinfónicos na medida em que tal como uma composição musical, estes indivíduos se articularam e se agregaram, concordando numa unidade de acções diversas e diferenciadas (o que não deve ser visto como padronização de formas de protesto mas sim, uma coalizão de múltiplas acções que conduzam à um fim desejado) com objectivos que além de conquistar o Passe Livre, desejavam alterar a ordem estabelecida e, em ultima instância criar poder popular.

Por outro lado, numa fase mais adiantada observou-se a adesão de sectores geralmente não engajados em mobilizações e que sua postura ao longo dos actos não respeitava ou desconhecia os encaminhamentos das assembleias - os chamados *coxinhas*. Essa parcela de manifestantes foi à rua com pautas e demandas próprias por vezes antagónicas às dos precursores que de alguma forma se consideravam a base das manifestações. Nesse sentido, situações de desentendimento registadas ao longo dos actos reflectiam a pluralidade das acções que representavam diversidade das pautas e modos de mobilização que, circunstancialmente, formavam uma unidade - o que poderia ser entendido como um movimento em direcção à fusão, nos termos do estudo de Evans Pritchard (2007) acerca dos Nuer - e, circunstancialmente, faziam fissão, podendo até se acusarem mutuamente sobre os modos correctos de se mobilizar. Viu-se um cenário altamente performativo, em que os as maneiras de se mobilizar não estavam pré-dadas, mas eram produzidas e disputadas à proporção dos acontecimentos.

Esse momento de extrapolação dos actos no qual o Bloco de Lutas foi suplantado pela multidão, como salientou Dário, obliterou as pautas e demandas iniciais dos precursores, colocando na rua uma extrema pluralidade de reivindicações. Com isso, não quero sugerir que de início havia uma unidade ou uma essência denominada Bloco de Lutas Pelo Transporte Público cujos membros agiam obedecendo trâmites unívocos e pré-estabelecidos. Não sempre se tratou de indivíduos com acordos momentâneos em torno da pauta do transporte público, cuja unidade não era pré-estabelecida mas estava constantemente em construção e negociação.

Contrariamente ao que mostra Chaves (2001) no seu estudo sobre a Marcha Nacional dos Sem-Terra, a actuação política do Bloco de Lutas, no período em que acompanhei, foi feita com base na criação de eventos colectivos na esfera pública, privilegiando a acção directa num nítido contraste com os mecanismos tradicionais de aparato de poder mediante mobilizações colectivas e públicas em nome de interesses colectivos e reivindicando direitos colectivos.

Os cânticos e gritos de ordem recriados da cena sociopolítica local, da música popular e das torcidas de futebol; as danças, a presença de artistas de rua e animações circenses, a venda de bebidas artesanais ou industriais, alimentos integrais, o motejo a algumas figuras políticas, as máscaras, os cartazes davam um carácter lúdico aos protestos tanto em frente à prefeitura como nas passeatas que são uma recriação de procissões e peregrinações, um património da igreja tradicional e da religiosidade popular, um reportório simbólico de carácter religioso apropriado e transformado em forma de acção política. Tais aspectos são aglutinadores, e aliados ao suporte ideológico fundado na reivindicação de direitos colectivos (a redução da passagem, o Passe Livre estudantil, para desempregados e quilombolas, transporte público d qualidade etc), podem ajudar a compreender o massivo apoio popular, forjando deste modo uma unidade na luta política.

Assim, pode-se dizer que o Bloco de Lutas actuava na interface entre cultura e política, contestando culturalmente noções específicas da política e do político, obrigando a repensar as dimensões culturais do político e a reflectir sobre as dimensões políticas da cultura. Inovando nas formas locais de fazer política, promovia novas formas de sociabilidade usando temas de identidade - que era contingente e transitoriamente accionada (estudante, trabalhador, indígena e quilombola) - e cultura (mobilidade urbana), como meio de engajar ou mobilizar participantes e como base para as suas reivindicações. Nesse sentido, desenvolveu-se uma concepção alternativa de cidadania e de vida, encarando-se as lutas democráticas como lutas para redefinição global da sociedade em todas esferas. Não se tratava, portanto, duma simples busca formal de direitos, ou uma pura demanda por inclusão em uma ordem social preexistente; pelo contrário, parecia ser uma luta de sujeitos que se recusavam a

permanecer em lugares⁴⁸ definidos social e culturalmente para eles (Goldman, 2009; apud Alvarez, Dagnino e Escobar, 2000).

⁴⁸ De povo com representantes que decidem em seu lugar

"Não me calo se me censuram

Na rádio ou na tv

Porque a minha geração

Acredita em mais do que vê,

Em mais do que lê...

Sobre verdades e mentiras,

É que a minha gente sabe

Que há verdades com mentiras,

Que há cobardes que se escondem e lambem as feridas

Que para parar greves,

Mandam tirar vidas."

A Zagaia - A minha geração

Capítulo III

Estratégias ordinárias

"A gente sempre lutou de modo a frear o personalismo, contra a tomada de decisões em grupos menores porque se torna um vício. É necessário criar tudo em assembleia, decidir de forma horizontal e fazer o debate, enfrentar as contradições, isso fortalece o grupo porque a decisão é tomada por todos, e quando é tomada por todos, a responsabilidade é de todos...então nos debates em assembleia a gente minou os personalismos que visam construir lideranças. A gente não quer construir lideranças...nós queremos construir processos de luta colectiva" (Briza)

Neste capítulo realizo uma incursão etnográfica em torno das *assembleias* do Bloco de Lutas, que eram reuniões simultaneamente de carácter particular (na medida em que estavam vedadas à alguns sectores da imprensa, à polícia e aos membros de partidos políticos vistos como sendo de direita); e também abertas (na medida em que além dos integrantes do Bloco, admitiam a participação de quaisquer indivíduos não abrangidos por essas restrições). Focar nas assembleias, permite perceber o processo de construção da *luta* e dos protestos, as negociações e construção de acordos, bem como as matizes ideológicas que norteiam o debate, demandas e acções do movimento, além de perscrutar os distanciamentos e aproximações internas entre seus membros.

Sua marcação era feita pela Comissão de Organização, sendo flexível quanto à data e local, envolvendo nisso um jogo de gestão de informação. Tratava-se de um espaço de disputa de concepções que, além das deliberações sobre assuntos de interesse de seus membros, podia ser visto como um elemento importante na construção do universo social do *movimento* e suas demandas. À semelhança das reuniões camponesas, sociabilidade e lutas simbólicas analisadas por Comerford (2001), estes encontros criavam um espaço de sociabilidade, contribuindo para a consolidação de redes de relações transversais à estrutura formal das organizações.

3.1 As Assembleias: estrutura e forma de efectivação

As assembleias eram consideradas um espaço de soberania cujas decisões tomadas deviam ser observadas por todos membros do movimento. Um espaço que se dizia apartidário, independente de padrões e governos; marcado pela democracia e horizontalidade num claro desafio e negação ao sistema representativo hegemónico das democracias ocidentais modernas. Assumindo uma profunda desconfiança a qualquer forma de delegação de poder, pautavam pela autogestão efectuada por seus participantes. Uma das regras implícitas era a negação da ideia de representatividade, isto é, dentro do colectivo cada indivíduo representava-se apenas a si. Eram um espaço de auto-reflexão onde se questionavam, se reestruturavam e se ressignificavam, permanentemente as acções, agendas ou demandas da próprio coalizão, dos políticos e inclusive dos valores sociais. Cultivavam a autonomia e liberdades individuais, opondo-se a qualquer forma de opressão (social, económica, sexual, de género, racial, religiosa, étnica etc).

Marcadas pela Comissão de Organização (que era composta por dois membros de cada força política integrante do "Bloco") e divulgadas pela Comissão de Comunicação (cujos integrantes podiam ser entusiastas ou estudantes de comunicação), ofereciam oportunidade para que todos os presentes falassem publicamente do que pensavam e também participar da tomada de decisões colectivas. Desde que aceites, todos os participantes tinham direito à palavra, contribuindo assim nas discussões que, regra geral, tornavam as assembleias eventos muito demorados e com disputas acirradas, reflectindo assim seu carácter democrático, igualitário e participativo. Paradoxalmente, não raras vezes, as inscrições para o pronunciamento eram limitadas com alegações de falta de tempo. Eram também um espaço de aprendizado e consciencialização nas formas de prática política - e não só - experienciadas dentro do colectivo, na medida em que reuniam indivíduos de diversas faixas etárias, com variadas profissões, biografias, orientações ideológicas, sexuais e políticas etc.

Estas reuniões caracterizavam-se por um grande dinamismo. Sua duração variava mediante as pautas estabelecidas para os debates do dia, a disponibilidade do horário do espaço em que decorriam, e seu curso era muitas vezes ditado pela capacidade de gestão, mediação e controle pela *mesa*. Longe dum objecto físico, a *mesa*

era uma equipe geralmente formada por três ou quatro indivíduos que se encarregavam de dar suporte organizativo para a ocorrência da "reunião propriamente dita". Tais indivíduos que se apresentavam espontânea e voluntariamente situavam-se entre os relativamente mais engajados activistas do "Bloco", e com militância (re) conhecida. Apesar de "dirigir" a reunião, à estes indivíduos não lhes era delegado qualquer poder especial ou adicional além mediar os debates. Especificamente, um anotava as inscrições, outro controlava o tempo das falas, outro anotava as ideias debatidas e fazia a acta, e por último outro fazia a mediação entre os participantes.

Geralmente marcadas para as 18 horas, chegados ao local, fazia-se um pequeno compasso de espera entre quinze, vinte ou mais minutos de modo a permitir que o encontro arrancasse com elevado número de participantes. Esse espaço de tempo era dedicado á saudações, conversas em pequenos grupos, comentários sobre algum assunto em voga, propostas de tópicos para o debate do dia, conluios, entre outros. Era também um momento de amenização ou agudização de hostilidades entre opositores ideológicos que podiam ter uma breve conversa cordial ou trocar provocações (que muitas vezes acabavam transportadas à própria assembleia), como também era um momento de aproximação onde as pessoas trocavam simpatias, aproveitam para se conhecer e/ou estreitar relações. Era um momento que logo se via interrompido por uma voz que se elevava pedindo que as pessoas entrassem, tomassem seus lugares, se organizassem e, propondo a formação da *mesa* para dar início à assembleia. Geralmente, esse preponente acabava integrando a *mesa*, cuja formação era um momento limiar, separando as discussões e conchavos antecedentes à reunião, e ao mesmo tempo simbolizando seu inicio oficial. Por outro lado, esse momento trazia a subversão das regras de jogo da convivência quotidiana pelas regras de jogo provisórias adoptadas durante o encontro - as regras daquele universo social.

Não havendo cadeiras suficientes para todos, as poucas existentes eram encostadas às paredes, convidando-se e priorizando-se que os presentes se sentassem no chão, lado à lado, formando círculos em anéis que partem do menor e vão se alargando até atingir as cadeiras. Os que não conseguissem espaço mantinham-se de pé. A *mesa* não tomava qualquer destaque em termos de posicionamento - físico e espacial - ficando seus componentes imersos na multidão e sentados ao lado dos demais participantes. Os que chegavam após início do evento, conhecendo já sua dinâmica, tomavam seus

lugares silenciosamente, ou eram convidados a se aproximar e sentar-se perto dos demais. Como é bem de ver, esta organização é simples porém significativa. Não privilegiava uma disposição hierárquica e a distância entre os participantes era quase nula, e pode ir de encontro ao que Comerford (2001, p. 152) chama de dissolução de *mesa*, num claro contraste à tradicional cultura organizativa enraizada nas instituições. Em tese, é um arranjo que possibilita igual visibilidade e audição de todos participantes e, nesse sentido o próprio arranjo espacial, simboliza os ideais igualitários e democráticos do movimento.

Criada a *mesa* e estando todos "acomodados", o mediador propunha a metodologia seguir. Mediante a quantidade dos participantes e das pautas do dia, estabelecia-se entre um minuto e trinta segundos ou dois minutos como tempo de duração das falas. Nos dias de extrema concorrência quando eram cerca de duzentas, duzentas e cinquenta ou trezentas pessoas, era consensual que a intervenção não deveria exceder um minuto. Seguia-se o momento de análise geral dos factos e leitura dos informes. Era uma espécie dum momento de actualização do "estado de arte", no qual eram anunciadas informações pertinentes ao *movimento* e sua *luta* (como, por exemplo, era o caso do número de pessoas presas na manifestação do dia anterior, sua situação processual e legal; localização; denúncias de invasão e perseguição policial à certos membros e suas casas ou instituições; denúncias sobre as acções relativas à remoções de certas comunidades ou ocupações pela prefeitura; informe sobre a situação da tramitação de determinado projecto de interesse, no senado ou na câmara de vereadores etc). de forma ordeira, quem tivesse algum informe, manifestava-se perante a *mesa* que seguindo as inscrições, ia em seu momento conceder espaço de enunciação.

Nas primeiras assembleias, o mediador perguntava aos presentes sobre os tópicos ou pautas a abordar, prática que se viu diminuída quando no avançar das "agitações" em Abril, as assembleias passaram a ser marcadas e divulgadas através da criação de eventos na página do grupo no Facebook, adiantando assim os temas por debater. Não obstante, qualquer participante podia propor algum tópico a abordar. Paralelamente um membro da *mesa* ia anotando continuamente as inscrições que podiam ser feitas em duas ou três rondas de debate, em média com vinte ou vinte e cinco inscritos por cada uma.

Dependendo do debate do dia, suas convergências ou divergências, discutia-se o alargamento ou encurtamento das inscrições e rondas de debate. Para que o processo de inscrição não interferisse atrapalhando o decurso das intervenções, aperfeiçoou-se um método silencioso e flexível no qual o pretendente levanta a mão gesticulando ao anotador, que o inscreve usando seu nome ou alguma característica que facilite sua identificação. Não era permitida dupla intervenção, salvo acordo entre os participantes para a abertura de novas inscrições, ou no caso de pouca gente disposta a tomar a palavra (o que raramente acontecia). De qualquer forma, os mais desenvolvos carismáticos e reconhecidamente activos militantes, acabavam persistindo e conseguindo se pronunciar por mais de uma vez.

Quando o Bloco de Lutas começou a ganhar popularidade - após os primeiros incidentes na prefeitura em Março - seus actos sendo noticiados constantemente pelos sectores hegemónicos da imprensa local, quando cresceram os confrontos com a polícia reclamando seus militantes serem alvos de perseguição e criminalização, e quando as assembleias começaram a superlotar, aparecendo a cada dia pessoas novas e "desconhecidas", cresceram desconfianças de existência de infiltrados tanto da imprensa, quanto dos serviços de inteligência da polícia, os chamados "P2". Este facto, passou a revestir as assembleias dum secretismo no qual, havia uma gestão de informação sobre o lugar onde decorreriam, chegando a ser alterado para outro espaço, faltando algumas horas para sua realização. Introduziu-se também uma nova dinâmica nas reuniões, onde após a formação da *mesa*, passou a ser exigida a apresentação de cada participante, dizendo sua origem e profissão. As apresentações evidenciavam uma longa jornada carregada de grande desconfiança e chegaram a causar tensões e animosidades através de interpelações à determinados indivíduos, cujas informações prestadas não fossem consideradas convincentes ou simplesmente fossem suspeitos aos olhos dos activos militantes do *movimento*. Houve casos em que se acabou pedindo o documento de identidade da pessoa desconfiada, de modo a confirmar a veracidade de suas informações. No caso de recusa ou resistência, chegava-se a se convidar a pessoa para que se retirasse. Os índices da desconfiança eram aleatórios, não observavam um padrão partilhado e/ou pre-estabelecido

Normalmente, concluídas as apresentações, reiterava-se que a imprensa e sectores ligados à polícia, não eram bem-vindos, sendo convidados a se retirar. Pedia-se

aos presentes que desligassem seus dispositivos electrónicos desde smartphones, tabletes, notebooks, gravadores etc. Rotinas enraizadas e incorporadas ao longo dos encontros são repassadas principalmente para os que chegavam pela primeira vez, de modo a ficarem cientes de algumas dinâmicas internas do movimento: quando faltassem trinta segundos de fala, o integrante da *mesa*, controlador do tempo avisava, de modo à que o orador concluísse sua intervenção; todos tinham direito à fala, desde que se inscrevessem; não eram permitidas quaisquer formas de opressão, machismo, homofobia, racismo, entre outros, eram veementemente combatidos naquele seio.

Ovações ou aplausos além de interromper o raciocínio, acabavam alongando a fala do orador, o que significava que sua intervenção iria além do tempo estipulado. De modo a evitar tal situação, para demonstrar apoio ou concordância às ideias apresentadas, recomendava-se aos presentes que levantassem apenas o braço girando freneticamente a palma da mão; e não menos importante, a cada sequência de falas, o mediador repetia que se alguém se sentisse contemplado com alguma fala, poderia por favor, retirar a sua inscrição de modo a evitar repetição de ideias permitindo agilidade da reunião, e também possibilitando a inscrição de outros participantes com novas colocações. Apesar de se promover a cultura democrática e horizontal, incentivando-se a participação massiva de todos e negando-se o modelo de representatividade vigente nas democracias ocidentais modernas, as contribuições e tomadas de fala, não eram incentivadas no caso de concordância com uma ideia já exposta. Esse dispositivo, ao mesmo tempo, combatia a formação de lideranças, uma vez que o privilégio é dado ao conteúdo do argumento e seu valor ao grupo e não naquele que o enuncia e/ou em sua performance. Muitas vezes, interrompia-se a ronda das intervenções pedindo-se aos recém-chegados para que se apresentassem, se aproximassem e que se sentassem por perto dos demais.

A disposição dos indivíduos geralmente era aleatória, não obedecendo ao pertencimento de suas linhas políticas ou ideológicas. Disto sucedia que no decorrer da reunião, indivíduos com alguma afinidade, ao se avistar ou ao se reconhecer, trocassem acenos, saudações ou mesmo estabelecessem uma breve conversa, acabando por "atrapalhar" o decurso normal do evento. Nessas situações, observava-se uma veemente intervenção do mediador chamando atenção aos participantes "indisciplinados" e pedindo "*galera, ordem na assembleia*". Em caso de persistência, os demais

participantes repetiam o apelo, recomendando "*respeito à mesa*". Outro momento que registava situação similar era quando algum participante em uso da fala desrespeitava os sucessivos avisos de esgotamento do tempo, abusando da condescendência do controlador que ia mostrando a necessidade de encerrar a intervenção com os habituais "*resumindo...resumindo*" ou "*tempo...tempo!*"; ou ainda, quando algum participante por discordar duma posição ou por se achar injustiçado, atacado ou ofendido, impacientava-se, e sem aguardar a sua vez, irrompia com a sua voz interrompendo ou sobrepondo-se à fala doutrem, causando indignação dos demais e acabando mesmo por deflagrar em azedas altercações apenas sanadas em coro cacofónico dos presentes que diziam: "*estão implodindo a assembleia... respeito à mesa...se continuarem, serão retirados da assembleia...*".

Estes factos - os modos de constituição da mesa, a circulação da palavra, o controle do tempo e os modos e posicionamentos dos participantes - podem ser lidos à luz da teorização sobre a sociedade contra o estado de Clastres (1974, p. 16) na qual ilustra o carácter vazio do poder do chefe, pois tal como a *mesa*, suas funções não eram de autoridade e apesar de "dirigir" a assembleia, os meios que detém para o efeito, limitam-se ao uso exclusivo da palavra, não para arbitrar entre as partes opostas, pois o chefe não é um juiz e não pode se permitir tomar partido entre um ou outro; devendo a partir da sua eloquência tentar persuadir as pessoas a apaziguar, renunciar à posturas belicistas e injuriosas. Sua palavra, não tem força de lei (Ibidem, 1974, p. 17).

Entretanto, tais dispositivos não impediram a existência de tensões e lutas internas. São tensões que se verificavam constantemente nas reuniões de que participei. Elas balizaram a própria formação do Bloco de Lutas quando alguns sectores ligados aos partidos políticos, em consonância com a sua concepção organizativa, insistiram com a "necessidade de uma direcção eleita democraticamente para "representar", "dirigir" e "responder" pelo *movimento*". Ideia impetuosamente rechaçada pelos colectivos autónomos e anarquistas, com o argumento sintetizado nas palavras de Dário na entrevista que me concedeu em horário de intervalo na secretaria de administração municipal, lugar onde na época, realizava seu estágio:

[...] esse dirigismo é o grande responsável no geral, de fazer a juventude do país se afastar das forças políticas, a galera teme que os caras vão nos usar como massa-de-

manobra... a gente vai lá e faz a luta e sempre vai haver um cara que vai se eleger e vira mais um deles... porque quem se elege passa para o outro lado né, tu deixa de estar aqui entre os irmãos e passa a estar entre os que usam gravata, é sempre assim... por mais que tu diga que isso é um mandato popular, a experiência mostra que isso nunca se dá de facto, então a gente tem muito medo de ser usado como massa-de-manobra, mas também que na perspectiva disso afaste as pessoas da luta. Por isso as pessoas estão resistentes às bandeiras... a galera via bandeira dos partidos e dizia *ahh não vou, não quero ser usado, tá ligado?* Já mataram todos outros movimentos, tá tudo engessado, o movimento estudantil tradicional morreu por causa da burocratização, querem fazer a mesma coisa com a gente? A galera tem mais simpatia com o nosso discurso, o autónomo, o da radicalização, que fica tensionando mais para ter conquistas reais...

Tratava-se duma posição concertada pela Frente Autónoma que é congregação dos colectivos que se consideram anarquistas ou autónomos e pessoas singulares que se articulam de modo a confrontar com os sectores ligados aos partidos políticos que, suspeitava-se realizarem encontros antes das assembleias de modo à participar delas com posições previamente estudadas, prática que passou a ser adoptada pela Frente Autónoma. É neste sentido em que, nos casos de discórdias, as discussões nos debates estavam polarizadas entre focos ideologicamente identificados. Mas há que salientar a convergência entre colectivos do PSTU, PSOL, e a própria Frente Autónoma na crítica ao PT dentro do Bloco. Mateus, estudante de História na UFRGS e membro activo do PSTU, enunciou em assembleia recorrente crítica aos membros do PT, dizendo:

[...] no passado esse partido cumpriu um papel muito importante na formação da consciência de classe no sector dos trabalhadores no Brasil, era um sector que aglutinava os lutadores dos movimentos sociais na luta contra as opressões, mas, como agrupava muitas tendências políticas, desde o início nunca se propôs a uma transformação profunda e revolucionária... sempre deixou explícito qual era o seu projecto, um projecto democrático popular de disputar a institucionalidade... logo se adaptou completamente ao regime quando chegou ao poder, parte do que era importante, sua intervenção nos movimentos sociais, sindicais e estudantis se institucionalizou e começou a ficar comum a política de conivência e acordos com os patrões ou as reitorias nas universidades, adoptando a agenda neoliberal, fazendo pactos políticos e

económicos com o imperialismo e com a burguesia mudando de cara e traindo as suas bases... não consegue ser um partido que representa os movimentos sociais aglutinando uma proposta de transformação socialista da sociedade. A grande força social que mobilizava foi direccionada para outra coisa, cooptado para alianças com a burguesia e cooperação de classes.

Apesar de ser uma opinião partilhada e reproduzida por quase todos, nesses instantes a *mesa*, na pessoa do mediador, usufruía instantaneamente do poder simbólico conferido pela posição, pedindo que "se evitem discursos que concorram para a fragilização do movimento, pois, as diferenças entre os diversos colectivos já eram do conhecimento de todos, devendo-se focar no que os unia, nos acordos colectivos para a fortificação da *luta*". Por vezes também o mediador qualificava algumas falas como estando "fora" do debate e com potencial de desviar o foco da pauta, criando desnecessárias celeumas para o momento. Esse poder era também visível quando o controlador do tempo de fala exercia sua função com rigidez, causando murmúrios e/ou risos.

3.2 A Assembleia de 18 de Junho: alguns apontamentos etnográficos

À título de melhor compreensão dessas dinâmicas até agora descritas, faço uma reposição do que pude captar da assembleia que, marcada para as 18:00 horas do dia 18 de Junho, a ter lugar no DCE da UFRGS na avenida João Pessoa, foi alterada, anunciando-se o novo recinto haviam menos de duas horas para seu início, deste modo surpreendendo ao público interessado que tendo essa informação no local, teve de percorrer tal como eu, os cerca 25 a 30 minutos até ao SIND PPD na avenida Washington Luís. Em virtude dessa alteração, observou-se um alargado compasso de espera, dando-se início da reunião quando eram 18h47min. A sala de reuniões que fica no segundo andar ficou superlotada, tendo sido acordado o encerramento dos portões, os quais seriam apenas abertos para a saída dos participantes.

Formada a mesa, prosseguiu-se com os rituais que antecedem aos debates, onde o mediador informou da proibição de uso de dispositivos electrónicos, pediu a retirada da imprensa, pediu que em caso de contemplação por uma fala pretérita, a pessoa

retirasse sua inscrição evitando repetições, mostrou o gesto internamente usado em substituição de aplausos, repisou a necessidade de respeito do tempo das falas, convidou aos que estavam distantes a se aproximarem e sentarem-se de forma circular no chão. Deu início às longas apresentações das quais emergia uma diversidade de profissões no seio dos presentes tais como (estudantes, professores, bancários, advogados, "servidores públicos, etc), outros se diziam "estar a acompanhar o movimento desde o princípio", outros indicavam a sua proveniência ou militância destacando-se: Assentamento Utopia e Luta, Frente Autónoma, Frente Nacional de Defesa e Titulação dos territórios quilombolas, Federação Anarquista Gaúcha, Levante Popular da Juventude, Comité Nacional da Copa, Comunidade de Santa Teresa, União Nacional de Estudantes Livres, CUT, Sindicato de Trabalhadores da Saúde etc.

Antes da apresentação dos informes, João, jovem negro militante da Frente Nacional das Torcidas de Futebol, que desconfiando da postura duma mulher, pediu que ela repetisse sua profissão e mostrasse seu documento, tendo ela num primeiro momento se recusado, facto que chamou a atenção de outros militantes assíduos que insistiram na necessidade de ela mostrar sua identificação, tendo sido corroborados pelo mediador que a explicou tratar-se dum "procedimento normal, mediante as actuais circunstâncias pelas quais o movimento passa", ao que ela deveria obedecer ou simplesmente abandonar o recinto. Contrariada, a jovem mulher exibiu sua identificação que foi minuciosamente conferida por João e alguns membros. Por outro lado, alguém elogiou o movimento e pediu que seus "mentores" se apresentassem pois gostaria de conhece-los. Foi quase em coro, respondido de prontidão: Não estão!

Os informes indicavam as cartas de apoio e posicionamento à favor do Bloco de Luta vindas de diversos partidos, sindicatos, movimentos doutros estados e cidades, jornalistas e outras personalidades. Onir, homem negro, advogado de profissão e integrante da Frente Nacional Quilombola, falou da situação judicial dos presos nas ultimas manifestações, indicando ter, juntamente com outros advogados voluntários ter conseguido a soltura e/ou legalização da situação judicial dos manifestantes e, naquele exacto momento, partia rumo à Vara local onde aguardava a assinatura do juiz para a soltura de "outros companheiros". A sua saída foi acompanhada de aplausos. Falou-se também das manifestações agendadas para outras cidades do país, mostrando a

"generalização da luta". Finalmente iniciado o debate, as principais ideias de algumas intervenções apontavam:

"Companheiros e companheiras, chegamos a uma fase que não podemos desistir nem fraquejar. Quero felicitar a todos que estão se juntando ao movimento, sejam bem-vindos. No ano passado ou em Janeiro, já ficávamos muito felizes de ter 20 ou 30 pessoas numa assembleia ou na prefeitura. Galera, vamos manter bem claro o nosso foco não vamos cair na abstracção do inimigo; ninguém se deixa desviar por essa imprensa capitalista. Nos próximos actos vamos repisar que não queremos a bosta da Zero Hora, a RBS e a Globo. Tudo o que eles dizem para nos descredibilizar, vamos lhes dar de volta"

"Camaradas, primeiro felicitar ao grupo de advogados que voluntariamente trabalham de forma incansável no acompanhamento dos nossos companheiros que foram presos de forma injusta e levados ao presídio central por esta polícia de Dilma e de Tarso. Não vão conseguir nos silenciar, amigos, multipliquemo-nos e vamos encher as ruas. Enquanto eles estão lá nas suas casas pagas pelo dinheiro roubado do povo, há famílias sendo retiradas suas casas construídas honestamente com trabalho por causa duma copa para a classe média."

"A gente começou uma luta que não vai parar enquanto não vencer. A Argentina já passou por esse processo, só o Brasil não aprende. Vamos continuar a combater a aliança das mídias, o grande capital e os governantes. Precisamos duma mídia transparente, honesta e credível. O Brasil tem que regular esse sector e ponto."

Houve debate sobre o vandalismo. "O que é vandalismo, o que ganhamos com ele? O que a gente faz não é vandalismo. Estamos manifestando nossa indignação, contra este sistema que nos oprime. Chegamos ao limite dos nossos estômagos para engolir estas coisas. Durante muito tempo que andamos na "LUTA", e os camaradas mais velhos, dos colectivos mais experientes de Porto Alegre, estão nesse processo há muito tempo. Poucas ou nenhuma vez foram dados atenção. Agora que já não conseguem nos esconder do Brasil, querem dizer que a gente é marginal, baderneiro? Vamos atacar essa burguesia no lugar onde lhes dói. No bolso."

"Companheiros, e companheiras, saudar as nossas conquistas que se avizinham. Ainda não temos nada de concreto, nem o passe livre, mas já baixamos a passagem. A nossa maior vitória, é as pessoas que estão saindo do conforto das suas casas para apanhar chuva, frio, gás e bomba com a gente. Eles querem banir os nossos protestos então, queria pedir que baníssemos a palavra vândalo aqui nesta sala. Vandalismo é o que eles fazem com o povo. O sucateamento do transporte, o servilismo aos empresários, a especulação imobiliária; as concessões e isenções oferecidas pelos nossos governos aos capitalistas, o povo que anda abarrotado dentro dos onibus...isso tudo é vandalismo (extremamente aplaudido)"

"Gente, estamos crescendo muito. Me emociona ver uma sala assim com 200 pessoas apertadas, vou ter orgulho um dia de dizer aos meus filhos que participei de um processo destes. Galera a gente tem que definir claramente quem é o nosso. A burguesia, esses detentores do grande capital e dos meios de produção. É nesses que temos de continuar batendo. Vamos trazer a galera da periferia, porque essa gente, sempre sofreu com os desmandos do sistema, sempre sentiu na pele a dor da bala dos brigadianos... e não é bala de borracha não, temos que integrar essa galera que tá chegando agora de modo a se sentir parte do mesmo sistema. Sofremos do mesmo lado e vamos construir de igual maneira."

"Companheiros, nós sempre definimos a Acção Directa, como estratégia de acção. Tenho ouvido algumas vozes dentro do movimento se posicionando contra essas acções. Não importa Se é vandalismo. O companheiro disse e bem que aqui essa palavra não existe. Vândalos são eles que devem ser corridos das casas do povo. Então galera, essa acção deve ser incisiva, como a gente viu, capta maior atenção dos dirigentes, da mídia fascista, e da sociedade. Temos, é que saber como usar essa força. Não é atacando uma simples banca de jornal, uma churrascaria da esquina...vamos ter alvos estratégicos e bem definidos. Concordando ou não, deixemos os manos que querem destruir, se manifestarem como podem. Cada um está exercendo seu direito."

Diário de campo,

Assembleia do Bloco de Lutas realizada no SIND PPD - 18.06.2013

3.3 Dura lex, sed lex?

Tomo emprestado a expressão latina que exprime o princípio jurídico que norteia o uso da lei pressupondo que ela deva ser aplicada ainda que pareça injusta, inadequada, excessiva ou imoral; no sentido de provocativamente olhar algumas situações impactantes de tensão, dissenso ou até catástrofe que concorreram para a imposição duma profunda ruptura no fluxo da "vida quotidiana" do *movimento*.

Em Abril após sucessivas chamadas de atenção à certos membros directivos da União da Juventude Socialista (UJS), pelas sucessivas ausências nas assembleias, por outorgar-se efectuar declarações á imprensa em representação do Bloco de Luta, e por se acusar à um desses membros de ter feito conversações durante um protesto na prefeitura com a polícia, como representante do movimento e posteriormente ter tentado mediar algum entendimento entre as autoridades e os manifestantes, num claro desrespeito aos encaminhamentos das assembleias e acordos políticos internos do movimento, o Bloco de Lutas em sua instância soberana - portanto, assembleia (da qual não pude estar presente) - decidiu através do voto, pela exclusão no movimento deste sector que é a Juventude do PC do B.

As acções que constituíram a acusação à UJS se justificavam internamente pela acusação de que tal corrente estava configurando um desejo de exercer sobre o grupo uma autoridade que este jamais esteve disposto a concedê-la. Uma tentativa de subversão das relações normais dentro do movimento pela suposta condução de projectos particulares, exteriores ao projecto colectivo, saindo do estreito limite determinado às suas atribuições; e tentar fazer do colectivo um meio de realização um fim puramente privado.

O acusado membro da UJS (cujo nome jamais vim a saber), Ao desejar intermediar conversações entre manifestantes e a polícia no acto em frente á prefeitura, pretendeu mover-se da posição igualitária de militante do Bloco de Lutas para assumir o cargo de *chefe* ou, no mínimo, colocou-se na tarefa de "representar" um colectivo que se contrapunha frontalmente às políticas da "representação". A semelhança da demonstração de Clastres (1974, p. 20) em seu estudo, essa posição (chefe), como

possibilidade de vontade de poder, está antecipadamente condenada à morte que, no caso vertente, expressa-se pelo abandono ou expulsão dessa força política dentro da coalizão.

Em Junho, horas antes de decorrer o já relatado acto com feições culturais na praça da Matriz, uma parcela dos integrantes do Bloco de Lutas, em decisão não tomada ou debatida em assembleia, foi recebida em audiência no Palácio Piratini, pelo Governador do Estado Tarso Genro; audiência com grande repercussão na imprensa local noticiando dentre vários títulos o "Encontro do Bloco com Tarso". Soube-se que se tratava de integrantes da Comissão de Organização, que é composta por dois representantes de cada força política, independentemente do seu tamanho dentro do movimento, sendo os indivíduos independentes, representados por dois elementos da Frente Autónoma.

Integrantes dessa comissão são indivíduos com reconhecida trajectória de militância, exibindo relativamente profundo enraizamento no debate político socialista (desde as grandes revoluções, conflitos sociais, lutas de classe viajando do leste europeu à América latina); dotados de reconhecida capacidade de oratória aliada ao carisma e com vanguardistas posições políticas de transformação social; têm um comprovado envolvimento no processo de mobilização actual, sendo conhecidos pelos demais membros fora de seus colectivos; fazem parte à tempo considerável e dedicam-se integralmente às actividades, passando assim por todo um processo de reconhecimento de pertença ao *movimento*. Na prática, a Comissão de Organização é o núcleo do Bloco de Lutas, tomando dentro dele, feições duma "irmandade secreta", que delimita fronteiras entre os militantes dentro do movimento e fazendo uma "gestão de informação" na qual decisões são tomadas de forma secreta e, num primeiro momento, selecciona criteriosamente quem deve ter acesso às tais informações.



Figura 18 - Audiência dalguns integrantes do Bloco de Luta com o governador Tarso Genro

Em extremamente concorrida assembleia na noite chuvosa da segunda-feira, 8 de Julho, ocorrida no Sindicato dos Professores - onde era proibido entrar na sala do evento com qualquer dispositivo electrónico, tendo-se para tal, colocado um aparato à entrada constituído por um piquete com uma mesa portando fitas adesivas, plásticos e elásticos. O procedimento de segurança estava montado de tal forma que ao chegar, o participante parasse no piquete onde era abordado por uma equipa que, o exigia que desligasse e entregasse seus dispositivos que eram, de seguida, colados à fita adesiva com os dados do proprietário e introduzidos no plástico que era amarrado com o elástico e guardado. Para os que afirmavam não trazer nenhum dispositivo, passavam, por um processo de revista por destacados membros do mesmo sexo. As mochilas e bolsas que também estavam interdidas avolumavam-se impressionantemente por cima das mesas já sem espaço. Só assim era permitido o acesso à sala de reunião completamente superlotada, tendo por esse motivo a assembleia decidido pelo

encerramento das entradas - os participantes da audiência com o governador tentaram se justificar alegando ter sido um "convite de última hora, sem tempo hábil para comunicá-lo e debatê-lo em assembleia, não se podendo desperdiçar a ímpar oportunidade de reclamar perante o governador da perseguição e criminalização do *movimento* e seus manifestantes; informar da truculência e exigir o fim dos desmandos da polícia ao longo de suas abordagens etc".

Em insatisfação generalizada, independentemente das afinidades políticas, ideológicas fraternais ou afectivas, os participantes da assembleia reprovaram severamente a atitude da Comissão de Organização acusando-a resumidamente de: a) quebrar acordos políticos fundacionais do Bloco, pois ignoraram a instância soberana de tomada de decisões - a assembleia, dialogaram e negociaram com autoridades políticas em representação do movimento em claro desrespeito às regras internas; b) adopção de um papel centralizador, autoritário e secreto, elidindo a colectividade e horizontalidade do movimento; c) acusaram também alguns dos seus integrantes de usar o movimento para autopromoção e obtenção de ganhos políticos particulares.

Ainda se questionou o quão oportuno terá sido esse encontro num momento em que o movimento experimentava o seu auge nas ruas; não se vislumbrava qualquer ganho político, pelo contrário, considerava-se ter sido um "*tiro no pé*" do "movimento" pois, submeteu-se ao jogo político tradicional traindo a multidão nas ruas, tanto pior, considerava-se que o governador aproveitou-se da *luta* do "Bloco" pelo Passe-livre estudantil para criar seu projecto de Passe-livre inter-municipal. Agravado à isso, já não era a primeira vez que esta comissão era alvo de críticas. Antes, fora acusada de "tirar objectivos" e fazer a definição de trajectos dos actos em "espaços fechados" tendo sido repreendida pela exclusividade que se auto-atribuíra na tomada de decisões em detrimento do colectivo.

Reforçou-se a ideia de uso do *movimento* e sua *luta* para obtenção de ganhos particulares quando a nível estadual o partido PSTU, usando as imagens dessa audiência, publicou um vídeo em apoio aos protestos. Tal como já indicavam algumas posições concertadas e publicadas nos debates manifestados na página do grupo no Facebook, as infracções foram consideradas gravíssimas, tendo-se chegado à uma fase insustentável de continuidade naqueles termos. Correntes mais conciliadoras pediam

uma retratação dos infractores e a reestruturação de todas as comissões incluindo o fim do carácter "especial" da de Organização. Os sectores mais radicais, encabeçados por orientações anarquistas, viam na audiência uma aproximação do movimento ao governo, o que em sua opinião seria seguir o mesmo caminho dos movimentos que se tornaram "burocratizados, e dependentes dos patrões e governos", o que constituiria a traição dos ideais basilares do Bloco de Lutas. Assim, cogitavam abandonar, pediam a exclusão dos infractores, e exigiram a realização duma assembleia popular que seria realmente uma atribuição de carácter popular ao movimento, no qual todos podiam mediante suas inclinações aderir à qualquer comissão, fortificando o "Bloco" e legitimando suas demandas.

Como apontei, a Comissão de Organização era constituída por indivíduos de longa e reconhecida militância política e com dedicação devota às actividades do "Bloco". É importante notar que não se tratava de indivíduos ligados especialmente á um sector partidário ou autónomo. Eram indivíduos provenientes de todas forças políticas e ideológicas que compõem o movimento, alguns deles dotados de forte carisma e qualidades retóricas que: reconheceram a *"pisada de bola"*, tendo após uma análise profunda visto que *"o encontro com o governador não foi oportuno e não trouxe qualquer ganho político ao movimento"* e foi uma *"lição aprendida, erros por não repetir... uma chamada de atenção para frear alguns ânimos e devolver os principais ideais ao movimento"*, e sendo assim, concordavam com a reestruturação das comissões e realização da assembleia popular pois *"há mesmo que dar oportunidade ao povo que vai as ruas (inclusive aqueles que não vão), de se aproximar, perceber e participar do que estamos fazendo"* todavia, ressaltaram que *"o momento histórico da perseguição e criminalização policial manda vedar acesso a quem tá se somando agora ou de militância desconhecida à Comissão de Organização no processo de sua reestruturação"*. Essas foram algumas das apologias feitas por Célia, jovem branca e activista da Federação Anarquista Gaúcha (FAG), e o anteriormente referenciado Briza, membro do Assentamento Utopia e Luta.

Essas, foram ardilosas estratégias retóricas que aliadas às já referidas qualidades destes indivíduos, permitiram acalmar os ânimos da assembleia e contornar drásticas situações como seria o cumprimento da ameaça de abandono do *movimento* feito por alguns sectores anarquistas, ou a própria exclusão dos infractores, aplicando-se

a mesma medida aplicada à UJS por inobservância agravada dos acordos políticos fundacionais. Longe de se aplicar tal medida, apesar dos reiterados avisos de que a reincidência levaria à exclusão, estabeleceram-se consensos entre os pontos já focados, o que pode ser traduzido numa categoria fundamental na simbologia do movimento, a *unidade na luta*.

Esta discussão que foi também uma negociação com as "normas" do movimento, esteve revestida de jogos de encenações nos quais, membros da Comissão de Organização tiveram de assumir e se colocar numa posição de infractores, pese embora discordassem de vários aspectos mencionados (tendo nesse sentido advogado em causa própria), como infracções pelos demais participantes que assumiram e representaram o duplo papel de queixosos/acusação e de juízes. A eficácia destas encenações reside nos resultados que elas produziram isto é, o resgate da ideia de "unidade na *luta*"; movimento com sentido colectivo, democrático e horizontal bem como a efectivação da reestruturação dos órgãos do Bloco e suas dinâmicas. Foi também marcada a assembleia popular.

Teve ainda uma dimensão performática na medida em que muitos dos discursos e posições apresentadas, já tinham sido enunciadas ou até planeadas em fóruns fechados ou abertos como no caso dos debates na página do grupo no Facebook, e nas reuniões particulares dos colectivos ou conversas informais entre amigos na antecâmara da assembleia. As falas, podiam até ser uma repetição mais ou menos elaborada, mais ou menos cáustica/agressiva do que se tinha ensaiado ou perspectivado para a assembleia.

Diferente, foi o desfecho da situação envolvendo a juventude do PT. Numa época em que após o pico das mobilizações em Junho e em seguida a ocupação da Câmara de Vereadores em Julho, o *movimento* observava um decrescendo no qual a afluência aos actos e assembleias eram pouco expressivas, tendo-se apostado na suspensão dos primeiros e também no adiamento de algumas reuniões; eis que um facto irrompeu despertando tamanha animosidade dentro do movimento e restaurando clivagens latentes: A publicação dum vídeo de campanha propagandística do PT a nível estadual, com uso das imagens das manifestações e dos membros do Bloco de Lutas ao lado do governador Tarso Genro. A campanha apelava novas filiações ao partido.

O repúdio, a indignação, o sentimento de ofensa e aproveitamento político expresso na ideia de ver a imagem individual e do processo colectivo de construção de *luta* e mobilizações usada para fins particulares de angariação de militância para o partido no poder, cuja oposição dentro do Bloco de Lutas era sobejamente declarada por vários sectores, foram argumentos accionados nas milhares de publicações e comentários naquele que provavelmente foi o mais longo e fervoroso debate na página do grupo no Facebook. Nesse sentido, não foi de espantar a quantidade de indivíduos que afluíram à assembleia (numa época e que se observava um decrescendo) rapidamente marcada para terça-feira, dia 17 de Setembro na sala do DCE da UFRGS na avenida João Pessoa, onde por conhecer as condições do espaço e pela expectável afluência diante da situação, tratei de chegar antes das habituais dezoito horas com vista a me acomodar em lugar de minha escolha e com relativamente confortáveis condições para tomada de notas posteriormente encadeadas no diário de campo e aqui reproduzidas:

3.4 Os Ritos de Expulsão e a Renegociação das Estratégias de Luta

Na minha chegada madrugadora ao "DCE da João Pessoa" fui recebido com pedidos de ajuda por parte de membros da agremiação para organizar o espaço que brevemente receberia mais uma assembleia do Bloco de Lutas. Cordialmente, emprestei minha força braçal no carregamento e afastamento das mesas de jogos encostando-as à parede afastada do espaço que supúnhamos ser onde as pessoas se estabeleceriam. Dispusemos os sofás e as cadeiras em paredes opostas junto às mesas de atendimento da sala, numa espécie de frente-a-frente. Foi numa dessas poltronas que davam visão geral da sala que me sentei e, como é habitual, fui satisfazendo a inesgotável curiosidade sobre "a África", meu país e também sobre minhas impressões do Brasil, numa inquirição feita por um pequeno grupo de estudantes que me rodeara.

Foi tempo suficiente, aliado ao habitual compasso de espera, para que a sala ficasse lotada com as sucessivas e inesgotáveis chegadas de muitas caras "comuns", e outras nem por isso, que em rodas de Chimarão gargalhavam ou em voz baixa urdiam algum plano carregando ainda mais de tensão e suspense o clima que antecedia ao início da assembleia. Algum tempo depois, Vincent (com quem não me avistava desde a ocupação da Câmara de Vereadores), interrompendo essas conversas e cortando a

ansiedade, chamou a atenção dos presentes, sugerindo o início da assembleia e, de prontidão, propondo-se e convidando interessados a acompanhá-lo na formação da "mesa".

Repetidos os rituais onde se privilegia que os participantes se sentem no chão formando círculos colocando para trás os acomodados nas cadeiras ou em pé; realizadas as apresentações individuais; pedido o não uso de telemóveis ou gravadores e a retirada dos infiltrados órgãos de informação bem como os P2; estipulado o tempo de fala em dois minutos e, reiterados os pedidos de “em caso de contemplação numa fala pretérita, retirar a inscrição de modo a permitir outras intervenções com novas ideias e respeito ao cronómetro”, deu-se início ao debate.

Célia, carismática activista da F.A.G., ex-membro do PT e com aparição nas imagens da audiência com o governador estadual, inaugurou as falas sem se levantar do chão onde permaneceu de pernas cruzadas mexendo os dedos. Numa clara recuperação da incessante discussão do Facebook, na sua intervenção, disse:

"Companheiros, não estou falando de expulsar ou não o PT do Bloco, mas, eles sabem das diferenças que a gente tem e ainda assim, usam minha imagem num vídeo de angariação de filiações em como se eu e demais companheiros que aparecem ali... concordássemos com as suas políticas e ideologias?"

Tou achando que é chegada a hora de tirar ilações do momento histórico e crítico pelo qual estamos passando. Na semana passada tivemos de cancelar a assembleia marcada para o largo Zumbi que, até as 7:00 horas não contava com mais de quinze pessoas, por considerarmos que suas deliberações não seriam representativas. Já não dá tu estar fazendo acto atrás de acto e assembleia semanalmente pois, "Junho" já passou e a conjectura é outra... a gente tem de ter sensibilidade na leitura desse momento e fazer as devidas renovações do Bloco"

Estava implicitamente lançada a pauta do encontro, que nem observou o habitual espaço de informes, passando a mesa a conceder espaço aos inscritos. Muitas intervenções apoiando-se na locução da Lorena, criticaram a publicação do vídeo apontando para a usurpação do processo colectivo de construção de luta e

mobilizações e benefício particular dos "governistas" e a dificuldade de continuar partilhando a ferramenta com o PT. Eis uma breve condensação de tais críticas:

"Sabíamos que este momento chegaria. O PT gravita numa contradição ao ser a base que apoia o governo e, ao mesmo tempo se aliar à gente na luta. Oposição e crítica contra os desmandos e medidas do mesmo nessa aliança e servilismo aos patrões, na burocratização e aparelhamento dos sindicatos, destruição dos movimentos estudantis e mais...eu sempre afirmei sentir incómodo com a presença do PT dentro do Bloco". - Rafael

"Galera, não é de hoje, desde o início do ano que quando é para atacar a prefeitura, vamos todos bater no Fortunatti, mas, quando é para ir ao palácio Piratini, sempre surge algum desvio ou impedimento. Quantas vezes a gente teve a rota das manifestações desviada quando o alvo era uma instância do governo, e quem esteve atrás desse desvio? Várias manobras têm sido feitas para frear ímpeto combativo contra a institucionalização e o embate ao governo Tarso. As minhas ilações foram tiradas há muito tempo" - Briza

"De facto agora o PT pisou na bola. Não bastou lançar gás e bomba para crianças, indígenas e bater em professores com a sua Brigada Militar que também nos persegue, nos bate, nos criminaliza, e joga bomba para gente nos protestos...sabe não temos problemas pessoais com a gurizada do PT, apenas divergências ideológicas. Seria bom que a juventude do PT, fizesse uma autocrítica, uma nota/moção de censura não só sobre o vídeo como também das diversas posições que temos vindo a criticar e denunciar" - Sheila

Em sua defesa, os jovens "petistas" que se encontravam aglomerados próximo à entrada, em ânimos exaltados fizeram sua defesa por vezes em tom de desafio causando mais polémica e nalguns casos "bate-boca", insultos contribuindo mais para a emergência das diferenças do que uma tentativa de conciliação. Dentre outros aspectos, as principais intervenções focaram:

"Galera, quando a Brigada jogou bomba em crianças e indígenas, quando maltratou professores, a gente se posicionou contra. Não é verdade que a gente não faz autocrítica. Mediante nossas orientações ideológicas, criticamos do que discordamos. Esse vídeo foi feito pela propaganda do partido sem consulta prévia ou nosso conhecimento e consentimento. Fomos surpreendidos ao mesmo tempo e de igual maneira que toda gente. Quando levamos bomba, gás na rua por mais de 4 meses estivemos todos juntos e passamos todos pelo mesmo processo no

sol e na chuva. A gente não tem culpa de fazer parte do PT e nem de algumas pessoas que estão aqui falando terem sido expulsas dele." - Julia

*"Bueno, companheiros, a gente não sabia desse vídeo. Vamos fazer uma nota interna manifestando o desagrado e mal-estar que ele causou com o uso de imagem de vários membros de outras instituições. Aos que se sentirem lesados com o uso de sua imagem, podem sempre recorrer dos meios judiciais, mas quero aqui dizer que não é a primeira vez que imagens do Bloco são usadas por partidos ou colectivos. O PSTU e PSOL já usaram essas imagens e ninguém pediu sua exclusão do movimento. Agora, por que querem expulsar o PT? Além de que não tínhamos nenhuma regra sobre uso de imagens pelos colectivos componentes do Bloco então, o vosso argumento, não serve. Acho uma falta de bom-senso a separação de membros. O movimento andava vazio, mas como hoje se tratava de vir expulsar o PT, tanta gente até os que nunca vem, hoje estão aqui. Querem expulsar a gente? Tudo bem, o carrinho de som, o apoio logístico da CUT, tudo isso vão expulsar?" – Gerson**

*"Tem muita gente com inveja de nós e sabemos porquê. Ainda que a gente soubesse do vídeo, não teria como impedir, as imagens com o governador são duma actividade oficial do estado e as outras, são públicas das quais o PT participa, não tem como impedir isso...retirar o PT do Bloco é ridículo, coisa de idiota, oportunista e isso não vai resolver os problemas do movimento. Outra coisa, eu não sou obrigado a criticar o governo só porque alguns "anarcas" e outros frustrados assim o desejam. Se for para excluir, quero sair daqui hoje sabendo logo. – Pato***

Ainda que tenham levantado mais celeuma (pelas chantagens e ofensas), as intervenções "petistas" também trouxeram um equilíbrio argumentativo no debate que se fez notar na ponderação das falas subsequentes as quais apontavam que a "separação não era o caminho pois, a história estava cheia de exemplos disso e, não seria essa expulsão que resolveria os problemas" todavia, reiteravam a necessidade de "autocrítica e uma nota de repúdio ao vídeo".

Contrariados, alguns participantes que viam baixar o ímpeto separatista nas falas, contra-atacaram afirmando a necessidade de trabalhar com o consenso. Deveria se procurar consenso pois, há muitas vozes descontentes com o PT. Esse consenso, para que não restassem dúvidas, teria de ser aferido pela votação. Dário, que até então limitava-se a mediar, tomou a palavra e nalguns momentos coadjuvado por Briza e outros anarquistas, efectuando a seguinte fala:

"Não podemos permanecer no mesmo processo de construção com membros que servem de base de apoio ao governo que nos reprime. Eu e outra galera estamos sendo perseguidos e respondendo a processos. Os caras têm o meu número, conhecem onde moro e todos meus passos...mas é estranho que se estamos todos na luta e levando bomba, como se explica que nenhum membro do PT esteja a responder a nenhum desses processos? (...) o PT é responsável pelo genocídio sistemático da população negra e indígena, um partido lambe-bota da burguesia. Aqui o problema é político ideológico e negacionista dos membros do PT em assumir suas contradições... não se trata do vídeo, ele foi o estopim para enfrentarmos de cara este dia. Temos que avançar com a luta, e quem nos acompanhar vai progredir com a gente construindo a contradição deste sistema. Gente temos de votar, e deve ser hoje. O meu voto já é conhecido!"

Chamada a votação, Josep, colega do mestrado que viera se juntar a mim na poltrona, optou pela abstenção. O meu voto integrou os esmagados pela maioria que decidiu pela expulsão do PT, cuja imediata saída foi acompanhada de vaiais. Numa euforia não comemorada, seguiu-se um vazio de assembleia que foi interrompido já pela voz de Briza que, praticamente assumira a "mesa" reiterando que "se tratou duma decisão que se fez necessária" e chamou atenção para a necessidade de reestruturar o movimento, mediante da situação histórica que atravessava. Houve também intervenções que "queriam deixar claro que se cometeu um erro com a medida tomada" e que "deu-se uma alegria de bandeja à direita que sempre procurou enfraquecer o movimento".

Afectado negativamente com a situação, esgrimia argumentos com Josep que se mostrava de acordo com a medida tomada, quando pelo telemóvel, minha parceira - de então -, (que mediante a expulsão de sua agremiação teve de abandonar o recinto), me pediu para que descesse. Deu ainda tempo de me despedir de alguns amigos e marcar as "cevas" para sexta-feira. Nesse momento, ao abandonar aquele recinto, era-me difícil estabelecer os limites entre o pesquisador e o Miguel que se tornou entusiasta do movimento.

Diário de campo. Porto Alegre, 22 de Setembro de 2013

Com algum retoque, as notas acima evidenciam que a articulação interna do Bloco de Lutas como actor político que interpela instâncias do estado demandando direitos colectivos e reformas administrativas, é perpassada por clivagens nas quais assiste-se uma existência de jogos de pertencimento e exclusão, tramas, provocações, polarizações, alianças e desafectos que, como relatei, foram accionados pelos agentes na resolução de situações internamente consideradas infractoras. Ao subverter as fronteiras de acção em batalha de significados, estas contendidas podem ser olhadas como eventos críticos (Das, 1995; Chaves, 2004), pois, com uma dimensão catastrófica, colocaram uma profunda ruptura no fluxo da vida do colectivo, quebrando seu quotidiano, anulando simultaneamente o sentido de homogeneidade e o sentido de integridade; tão críticos que romperam com a continuidade temporal, deles resultando o surgimento de novas formas acção que redefiniram conceitos e códigos de condutas no grupo, ressignificando os sentidos émicos de política e concorrendo na transformação de identidades.

As três situações críticas, mostraram diferentes desfechos na resolução de conflitos internos, podendo daí observar-se a diversidade de formas de interpretação das regras bem como a prevalência dessas interpretações é perpassada por alianças, intrigas, desafectos lutas de poder e capital político e social que os indivíduos gozam dentro do movimento, condicionando e influenciando directamente na interpretação, aplicação, e prevalência dessas normas internas.

3.5 Notas de encerramento

As assembleias do Bloco de Lutas eram eventos que apresentavam um sentido de acontecimento com propósito colectivo e obedecendo uma ordem. Revestidas de poder simbólico na medida em que, pela acção social de seus membros, eram fruto de uma "imitação" duma forma social consagrada – a reunião - na qual deliberações relativas às demandas do grupo eram feitas e amparadas na força dos valores, ideias e crenças evocados no seu decurso.

O ideal igualitário celebrado pelo movimento era exercitado e colocado em prática nas assembleias desde a disposição dos participantes, cujo arranjo não obedecia

qualquer ordem além do formato circular adaptado ao recinto; a *mesa* não tinha qualquer privilégio, posicionando-se junto dos demais participantes, fazendo o que Comerford (2001, p. 152) chamou de "dissolução de *mesa*", numa subversão da prática tradicional das organizações; passando pelo estabelecimento do tempo de fala igual para todos, o julgamento por voto individual em assembleia nos casos de infração, até a ausência ou negação de representantes, o que são rituais que explicitam e destacam a ordem interna de horizontalidade e democracia.

Não obstante, no seu decurso, emergiam tensões, polarizações, descontinuidades e disputas entre diversas e divergentes concepções e ideologias constitutivas desse universo social. Essas disputas enunciadas pelas falas dos participantes em plenária, tornavam o momento do debate num espaço estratégico de competição por prestígio (onde o indivíduo podia ser reconhecido pela sua oratória, seus conhecimentos de política, históricos, nacionais ou internacionais; fortes posições e convicções políticas etc) no interior do movimento. Não obstante, essas diversas e divergentes correntes ideológicas, celebravam uma unidade no pertencimento a uma categoria comum (o Bloco de Luta), actor político interpelando agentes do Estado em demandas por direitos colectivos. Tal unidade, entretanto, longe de ser um pressuposto, deveria ser constantemente elaborada; a explicitação de tensões e seus modos de resolução - presentes, por exemplo, nos três eventos aqui analisados - faz perceber que a produção da "unidade" e, em última instância, do próprio "Bloco", era uma actividade que deveria ser constantemente realizada.

A unidade do "Bloco", portanto, não tinha a ver com estabilidade ou homogeneidade, mas sim com um *movimento* constante e quotidiano de sua constituição e afirmação. Neste sentido, a eficácia das assembleias residia na produção de efeitos dentro do movimento e seus participantes que, através das intervenções, exprimiam intensamente sua indignação e reivindicações partilhadas pelos presentes, materializando assim um sentido de pertencimento e unidade grupal.

“Well, what did you expect in an opera?

A happy ending?”

Bugs Bunny

Epílogo

Os rumos do movimento

Aqui nada se conclui. O “Bloco” continua fazendo a *luta* com a sua pluralidade de acções que representam sua pluralidade das pautas e modos de mobilização, uma política de coalizões, sem uma “essência” ou uma unidade, tendo na acção directa a arma de eleição no “fazer” a política.

Com o seu *movimento* e sua *luta*, o Bloco de Lutas ressemantiza a política dando-nos uma oportunidade de contextualmente reconsiderar e enriquecer a teoria da política pois, atentando às suas práticas e concepções encontramos uma forma de produção de conhecimento da política que é iminente prática e contingente – uma epistemologia da política que nos sugere uma aversão à representatividade democrática das instituições ocidentais, um desenvolvimento duma concepção alternativa de cidadania e de vida, encarando a mobilização e protesto popular como luta para redefinição dos modos de vida e de gestão pública em Porto Alegre e até a nível global. Como disse anteriormente, não se trata portanto duma simples busca formal de direitos, ou uma pura demanda por inclusão em uma ordem social preexistente, pelo contrário, são pessoas que se recusam a permanecer em lugares definidos social e culturalmente para eles.

É assinalável a interdependência entre a dinâmica dos protestos e a dinâmica da acção policial, a difusão de repertórios de acção entre diferentes segmentos sociais e políticos nos ciclos de protesto e também a autonomização do repertório (a manifestação virando um fim em si), a violência como repertório de contestação e a emergência de uma nova forma de mobilização distinta das formas tradicionais; formas de acção colectiva baseadas nas estruturas de mobilização constituídas pelas organizações sociais baseando-se nas redes de comunicação e informação da internet (o activismo individualizado).

Considerando que ainda está em aberto, reproduzo neste fim, parte de algumas considerações dos meus interlocutores, sua reflexividade sobre os rumos do *movimento*:

[...] a primeira conquista visível do “Bloco” foi barrar o aumento e em seguida obrigamos Fortunati a baixar a passagem para R\$ 2,80; obrigamos aos políticos a olhar o povo de outra maneira... e como os movimentos tradicionais estão engessados e já não dão vazão para a reivindicação das pessoas. Acho que o “Bloco” trouxe essa vitória que é um novo fôlego, uma nova forma de as pessoas saberem que podem se juntar e fazer essas reivindicações sem depender dos mecanismos clássicos que são os sindicatos e outras organizações que têm uma estrutura hierarquizada. O “Bloco” mostrou que a gente pode se juntar e se organizar de forma nivelada. (Bianca)

- No Defesa Pública da Alegria depois a gente fazia oposição ao Fortunati, depois que se derrubou o Mascote da Copa que era o símbolo da privatização do lugar e depois que Fortunati se elegeu, não se conseguiu andar mais...o movimento se esvaziou e não tinha mais aquele foco claro e concreto... se dissipou e cada um voltou para seu nicho... quando existe uma pauta concreta todos se aglutinam e voltam a lutar nas ruas, estando juntos por um objectivo comum. Então, enquanto não houver uma pauta bem concreta, bem visível para que todo mundo saia de novo, o trabalho do “Bloco” vai ser mais descentralizado e as pessoas vão se dedicar a outras coisas... fazer actos e outros lugares da cidade, fazer actividades e oficinas como foi daquela vez lá na Vila Tronco... então por enquanto ainda não tem uma pauta tão concreta para que todos se aglutinem para voltar a fazer actos de massa como tinha antes.” (Juliana)

- Enquanto eles continuarem nos vandalizando com um sistema de transporte público de merda, fazendo a gente pagar caro para apanhar o ônibus; nos vandalizam com um sistema de saúde precário, uma educação de péssima qualidade; nosso dinheiro público indo para o pagamento da dívida externa, que é o pagamento dos banqueiros, enquanto apenas 3% do PIB vão para a educação, e o nosso dinheiro destinado para a copa do mundo, para as grandes empresas ao invés de ir para assuntos sociais, a gente vai continuar lutando. Agora a galera não está tão mobilizada... o movimento está esvaziado mas acho que no próximo ano vai ser muito importante a base que o “Bloco” criou. Vai ser um organismo que vai mobilizar a juventude contra a Copa das remoções...vai ser muito importante” (André)

[...] depois de ocuparmos a Câmara de Vereadores e ter saído de lá com o projecto aprovado – o que simbolizava nossa vitória – acho que a galera não soube dar o devido encaminhamento e isso resultou no engavetamento do mesmo pelos vereadores. Acho que para a galera sair de novo à rua será quando acontecer algum facto assim de novo... lá no início quando a manifestação estourou foi quando a gente teve uma companheira presa e a galera não suportou aquela injustiça... mas agora temos vários companheiros que fora presos e já não está acontecendo nada. Acho que a gente precisa dum acontecimento de grande impacto...porque é isso, tocamos as pessoas quando conseguimos revogar o aumento da passagem, tocamos as pessoas quando saímos para a rua, quando ocupamos a Câmara de Vereadores. Talvez tenhamos que fazer outra acção ou te que acontecer algum outro facto que seja protagonizado por nós ou pelo Estado

enfim...mas nossas vitórias foram muitas...acho que agora a gente deveria se reorganizar. Não no sentido de fazer assembleia toda hora, toda semana e desgastar as pessoas naquelas discussões intermináveis, mas no sentido de propor acções concretas e pontuais e determinados pontos da cidade. A gente precisa mais de dialogar com a população, desenvolver projectos de iniciativa popular e mostrar que a gente não é esse bando de transviado da classe média que eles nos acusam de ser. Se a gente critica quem está no parlamento por não estar nos representando, por não realizar debates amplos com a população, por que a gente vai estar reproduzindo a mesma coisa? A gente tem que se assumir como referência e ampliar o debate com a população e isso só se consegue indo ter com o povo e mostrar os nossos ideais... a gente não pode deixar de lado o diálogo directo com a população. (Mariana)

[...] a gente tá atingindo uma maturidade muito grande e isso é reflexo da composição do movimento que conta com militantes com grande maturidade política, isso se reflectiu na ocupação ordeira e organizada que a gente fez na Câmara de Vereadores onde a gente fez muitas discussões políticas de qualidade e a vivência foi muito boa, acabando por aproximar mais as pessoas e dando maior coesão ao movimento. Agora a gente tem que rever as nossas formas de luta, reavaliar as nossas estratégias de luta... não acho que havemos de mudar a nossa sociedade com acções performáticas... o capitalismo não é uma performance, ele é um sistema económico e social que vai exigir que a gente dispute o poder das instâncias que influenciam a vida do povo, de maneira firme, organizada e massiva (Matheus)

[...] o exercício da democracia directa foi a maior conquista do “Bloco” e suas mobilizações. Aqui tem questões que não estão resolvidas ainda e nem a gente tinha expectativa de que se resolvessem logo em pouco tempo das nossas actividades. Mas o rumo do movimento é bom, a gente construiu um espaço comum de diálogo e, de certa forma a gente começa a avançar numa questão programática mínima, envolvendo uma situação de identificação e localização do inimigo, como falava o teu presidente Samora Machel.

A identificação do inimigo é ter em conta que existe um sector, uma classe dominante expressa politicamente através de sucessivos governos que são responsáveis pelo transporte público, responsáveis por essa situação de exploração e opressão que a gente vive... isso é uma conquista importante...e convivendo com opiniões diferentes, estratégias diferentes, então acho que é um exercício muito importante entre nós que a gente vai ter de continuar aprofundando. Continuar resgatando a democracia directa dos de baixo, e continuar reforçando a organização para enfrentar essa conjectura. A luta não era apenas por 20 centavos. A gente tem de continuar nesse rumo para não sucumbir como aconteceu agora com as velhas organizações que se mostraram mostrara completamente falidas para responder ao quadro que se apresentou...os tempos são outros...Porto Alegre e o país...entrou numa fora em Maio e saiu doutra forma em Julho, eu tenho isso muito claro. Ninguém passa por esse processo e continua igual. Todo mundo faz um balanço do processo... então o país saiu diferente. E eu estou com medo disso. (Onir Araújo)

[...] eu como anarquista valorizo o processo de construção popular, a caminhada, a maneira como as coisas são construídas. O movimento não tem que esforçar ou andar nessas coisas de plebiscito da presidente ou outra gente... a agregação tem que ser sempre para o poder popular, aquela consciência da autoestima da população de poder fazer as coisas com as próprias mãos. Essas lutas estão sendo uma grande escola para a população que foi se envolvendo. Para voltar a crescer a mobilização nas ruas, tem que existir um novo facto político... não sei quem vai criar esse facto... as em Dezembro ou Janeiro é capaz de vir o aumento da passagem de ónibus e o bixo vai pegar... a gente vai promover durante as férias algumas actividades para manter a chama do movimento acesa. Agora uma nova massificação nas ruas, só um novo facto político pode trazer. (Dário)

[...] a gente não está olhando para a actividade analisando se deu certo ou errado. A luta do “Bloco” é no sentido de criar referenciais para os próximos passos. Ela está na memória principalmente na possibilidade de se praticar tudo o que ela propõe ou executou. É um aprendizado que estamos desenvolvendo e ensinar a galera que ainda não tinha experiência em questões organizativas, vivência comunitária, horizontalidade, autogestão, autonomia, o apoio mútuo que são elementos e princípios do anarquismo, da autonomia e dos libertários. Então continuamos colocando semente para colher frutos dessa juventude que desobedece ao sistema que oprime. Através da desobediência cultural, pacífica e artística teremos a ferramenta de resistência da copa que vem no próximo ano... de forma pacífica mas sem perder o carácter da autodefesa, não podemos perder jamais o carácter e a

necessidade de nos defender. A gente precisa construir, se preparar para lutar contra um aparato altamente armado e ver quando ele é estratégico. O “Bloco” está colhendo frutos dos processos que os grupos autônomos vêm construindo nos últimos seis ou sete anos e eu tenho plena convicção de que Porto Alegre vai vivenciar tempos de combate, de acirramento com a bandeira da autonomia hasteada de vermelho e preto. (Leonardo).

A gente vem numa dinâmica de sete meses com assembleia e actos semanais, as vezes dois actos por semana e isso foi desgastando... também a ocupação da Câmara foi um processo de intensidade de vivência intensa e essa proximidade desgastou essa relação. Então esse momento é de tirar o pé do acelerador, ganhar fôlego para quando tiver uma luta real, quando tiver o aumento da passagem e a Copa chegando, a gente vai poder se reagrupar, olhar criteriosamente para os acordos colectivos e ir para cima, não adianta querer forçar, não temos vocação para vanguarda, não queremos ser dirigentes dessa mobilização, nós somos parte dessa mobilização. O momento é de recuar, se reorganizar, auto-organizar os grupos, reagrupar todo mundo e quando voltar no próximo ano ir para cima. (Júlia)

O movimento está num momento de recuo, tem que retomar no ano que vem mais fortalecido. É preciso os grupos se articularem e continuar construindo suas pautas dialogando com a população de modo a retornar a partir de Janeiro mais fortalecido... só retornando fortalecido ‘e que a gente vai conseguir manter a força do Bloco de Lutas, que é um espaço autônomo, legítimo, uma ferramenta do povo oprimido de Porto Alegre. Não é um espaço de algum partido ou dum grupo de vanguarda que se auto-

denomina como tal. É da população e no próximo ano a gente quer que a população se levante e quando ela se levantar, a gente vai estar junto, se outros grupos se levantarem, a gente vai estar junto. O “Bloco” não tem que ser o hegemónico da mobilização e a gente precisa também de recuar nas nossas diferenças e avançar no que temos de acordo que são vários pontos em comum para poder enfrentar esse inimigo. As nossas diferenças vão se dar nas assembleias, no debate, na construção de como avançar, mas quando avançar será para ir para a rua com força... essa é a resposta que o “Bloco” tem que dar, 2014 está aí, não vai ter copa, vamos resistir, vamos enfrentar, não vai ter aumento da passagem. Isso depende muito da nossa força, da nossa articulação... se a gente conseguir dialogar com as massas, não vai ter copa. (Briza)

FIM

Referencias Bibliográficas

ARAÚJO, Fábio. Falta alguém na minha casa: desaparecimento, luto, maternidade e política. In: Roberto Kant de Lima (org). Antropologia e direito humanos V. Brasília, Booklink, 2008

BORGES, Antonádia. Explorando a noção de etnografia popular – comparações e transformações a partir dos casos das cidades-satélites brasileiras e das townships sul-africanas. In: Cadernos de Antropologia Social n° 29, pp 23-42. 2009

CASTELLS, Manuel. Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na era da internet. Trad Carlos Alberto de Iedeos. Zahar editor. Rio de Janeiro. 2013

CEFAI, Daniel. Os novos movimentos de protesto em França. A articulação de novas arenas públicas. Revista crítica de ciências sociais. n°75, p. 129-160, Outubro, 2005.

CHAVES, Christine de Alencar. "A marcha nacional dos sem-terra: estudo de um ritual político" In: Peirano, Mariza (org). O dito e o feito: ensaios de antropologia dos rituais. Universidade Federal do Rio de Janeiro, NUAP. Coleção Antropologia da Política n°12, Relume Dumará. Rio de Janeiro. 2002

CHAUÍ, Marilena. Brasil: mito fundador e sociedade autoritária. Fundação Perseu Abramo. Coleção História do povo brasileiro. 5ª reimpressão, São Paulo, 2004

CLASTRES, Pierre. A sociedade contra o Estado. Trad: Theo Santiago. Coletivo Sabotagem. 2004

COMERFORD, John. "Reuniões camponesas, sociabilidades e lutas simbólicas". In: Peirano, Mariza (org). O dito e o feito: ensaios de antropologia dos rituais. Universidade Federal do Rio de Janeiro, NUAP. Coleção Antropologia da Política n°12, Relume Dumará. Rio de Janeiro. 2002

DAS, Veena. Critical Events: An anthropological perspective on contemporary India. Oxford University Press. New Dehli. 1995

DAMO, Arlei Sander. Cultura e Agência - o engajamento no orçamento participativo POA. 2009.

_____, Indignados do Brasil: Conexões entre a copa das confederações e as jornadas de Junho. MIMEO, 2014

EVANS-PRITCHARD,. Os Nuer: uma descrição dos modos de subsistência e das instituições políticas de um povo nilota. São Paulo: Perspectiva, 2007.

GEERTZ, Clifford. Nova luz sobre a antropologia. Zahar editor, Rio de Janeiro. 2001

GOHN, Maria da Glória. "Movimentos e Protestos sociais: Uma abordagem sob a óptica da teoria de mobilização política". In: Política & Sociedade: **Revista de sociologia política**. Universidade Federal de Santa Catarina-PPGSP. V.11, nº21, Florianópolis. 2012

GOLDMAN, Márcio. Como funciona a democracia: uma teoria etnográfica da política. Etnográfica, vol.IV (2), 2000

GOLDMAN, Márcio. "Política e subjectividade nos novos movimentos culturais" In: Ilha - Revista de Antropologia. Universidade Federal de Santa Catarina - PPGAS, V.9, números 1 e 2, Florianópolis. 2009

HARVEY, David. "A liberdade da cidade" in: Maricato, E. et al (org). Cidades Rebeldes: passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil. 1.ed. São Paulo. Biotempo: Carta Maior. 2013

KUSCHNIR, Karina. Antropologia e política. In: revista brasileira de ciências sociais. Dossiê métodos e explicações da política. Vol. 22, nº64. Pp. 163-167.

MAIOR, Jorge Luiz Souto. "A vez dos direitos sociais e descriminalização dos movimentos sociais". in: Maricato, E. et al (org). Cidades Rebeldes: passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil. 1.ed. São Paulo. Biotempo: Carta Maior. 2013

MAUSS, Marcel e HUBERT, Henri. Sobre o sacrifício. São Paulo. Cosac Naify, 2005.

MOVIMENTO PASSE LIVRE, São Paulo. "Não começou e Salvador, não vai terminar e São Paulo" in: Maricato, E. et al (org). Cidades Rebeldes: passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil. 1.ed. São Paulo. Biotempo: Carta Maior. 2013

PEIRANO, Mariza. Onde está a Antropologia. In: Mana 3(2) pp 67-102. 1997

- PEIRANO, Mariza. A análise antropológica de rituais. Série antropologia 270. 2000
- PEIRANO, Mariza. Três ensaios breves. Série antropologia-231. 1997
- PEIRANO, Mariza. Uma antropologia da política: rituais, representações e violência. Cadernos do NuAP 1. 1998
- ROSA, Marcelo. Para além do MST. In: Revista contemporânea de Antropologia. 2º semestre. 23. Editora UFF. Niterói. 2007
- SAHLINS, Marshall. “O ‘Pessimismo Sentimental’ e a experiencia etnográfica: porque a cultura não é um objecto em via de extinção” (parte II). Mana 3(2): Pp 103-150. 1997
- SAKAMOTO, Leonardo "Em São Paulo, o Facebook e o Twitter foram às ruas". in: Maricato, E. et al (org). Cidades Rebeldes: passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil. 1.ed. São Paulo. Biotempo: Carta Maior. 2013
- SILVA, Camila Farias. Dinâmicas da ação coletiva: as inovações nos repertórios de contestação nos eventos Defesa Pública da Alegria e Largo Vivo. Departamento de Sociologia. UFRGS. 2013
- SCOTT, James. Exploração normal, resistência normal. **Revista brasileira de ciência política**. nº 5. Brasília, janeiro-julho, pp. 217-243. 2011
- TARROW, Sydney. O poder e movimento: movimentos sociais e confronto político. Editora vozes. Petrópolis. 2009
- TEXEIRA, Carla Costa; CHAVES, Christine de Alencar (org). Espaços e tempos da política. Universidade Federal do Rio de Janeiro, NUAP. Coleção Antropologia da Política nº26, Relume Dumará. Rio de Janeiro. 2004
- TIMBIAH, Stanley. Conflito etnonacionalista e Violência colectiva no sul da Ásia. **Revista brasileira de ciências sociais**. nº 34, vol.12. Junho, tradução Vera Perreira, Revisão Mariza Peirano. 1997

ANEXO

Resultados eleitorais no município de POA desde 1998

1998

Olvivio Dutra 490.243 (60,19%)

Antonio Britto 307.791 (37,79%)

2000

Porto Alegre

Tarso Genro PT / PCB / PSB / PC do B 491 77563,5 1 Eleito –

Collares PDT / PTB / PTN / PMN 282 57536,49 Não Eleito Total

2004

[Fogaça](#) PPS 431.820 53,32%

[Raul Pont](#) PT 378.099 46,68%

2008

Pos.	Candidato	Nro.	Partido	Votação
1	JOSÉ ALBERTO FOGAÇA DE MEDEIROS	15	PMDB	470696
2	MARIA DO ROSARIO NUNES	13	PT	327799

2012

Pos.	Candidato	Nro.	Partido	Votação
1	JOSÉ ALBERTO REUS FORTUNATI	12	PDT	517969
2	MANUELA PINTO VIEIRA D AVILA	65	PC do B	141073